

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JULIETE MIRANDA ALVES

REDES SOCIAIS E DÁDIVA: A CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS
ENTRE LIDERANÇAS NA TRANSAMAZÔNICA-PARÁ

CAMPINA GRANDE-PB
2015

JULIETE MIRANDA ALVES

**REDES SOCIAIS E DÁDIVA: A CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS
ENTRE LIDERANÇAS NA TRANSAMAZÔNICA-PARÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

ORIENTADORA: Profa. Dra.
Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE-PB
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A474r Alves, Juliete Miranda.

Redes sociais e dádiva : a constituição dos vínculos sociais entre lideranças na transamazônica - Pará / Juliete Miranda Alves. – Campina Grande, 2015.
192 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Redes Sociais. 2. Retribuição. 3. Vínculos. 4. Obrigação Moral.
I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.472.4(043)

JULIETE MIRANDA ALVES

**REDES SOCIAIS E DÁDIVA: A CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS
ENTRE LIDERANÇAS NA TRANSAMAZÔNICA-PARÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 04/09/2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes – PPGCS/UFCG
ORIENTADORA

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves – PPGA/UFF
EXAMINADORA EXTERNA

Profa. Dra. Marcionila Fernandes– PPGDR/UEPB
EXAMINADORA EXTERNA

Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista– PPGCS/UFCG
EXAMINADORA INTERNA

Prof. Dr. Luís Henrique Cunha – PPGCS/UFCG
EXAMINADOR INTERNO

CAMPINA GRANDE – PB
2015

Para Pedro Miranda (Pedroca), pelo sorriso na hora certa e companheirismo em todos os momentos.

RETRIBUIÇÕES E RECONHECIMENTO

- À minha mãe, Maria Miranda, pelo amor e carinho dedicados a mim em todos os momentos de minha vida.
- À professora Ramonildes Alves Gomes, minha orientadora, pela leitura rigorosa de todo material escrito que eu enviava e pela orientação dedicada. Mais do que isso, retribuo a paciência nos momentos de minhas ausências, e foram muitas.
- A Nadine Agra, Luciano Albino e Marina Agra, pela acolhida e carinho com que sempre me receberam em sua casa em Campina Grande.
- Aos colegas da Faculdade de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal do Pará - Campus de Altamira. Sebastião Augusto, Miguel Alves e Ailton Araújo pela confiança e apoio nos momentos mais difíceis.
- Às amigas que a vida me deu, Sandra Silva e Francilene Parente, pelo apoio e lealdade.
- Grande parte desta tese escrevi na Universidade de Kassel-Hesse, na Alemanha. Minhas retribuições a David Hesterberg pela hospedagem.
- Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pelo aprendizado e descobertas.
- Em cada relato ouvido durante as entrevistas (muitas não estão nesta tese), emocionei-me com as dificuldades relatadas na chegada de cada migrante à Transamazônica. Foi somente nesta tese, e apesar de ter morado muito anos em Altamira, que entendi a expressão “pioneiro”, e esta não se refere somente à chegada do agricultor, o primeiro a **abrir caminho** através de uma região **mal conhecida**. O pioneiro é o que chega, enfrenta, resiste e permanece sempre com a expectativa de que tudo vai mudar para melhor. Às lideranças entrevistadas e aos movimentos sociais da Transamazônica, com os quais convivi de perto. Eu agradeço pelas entrevistas cedidas e empenho a minha admiração por estes lutadores que renovam constantemente a esperança em dias melhores.

RESUMO

O objetivo central deste trabalho consiste em analisar, através das redes sociais, os vínculos e as formas de retribuição constituídas na carreira de militantes das lideranças da Transamazônica e Xingu-Estado do Pará. Centralizamos nossa análise nas lideranças que construíram sua militância em movimentos sociais e se projetaram em entidades de classe, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI regional) e o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP regional). O período selecionado para essa análise foi a partir da década de 1980, culminando com o momento de reorganização dos movimentos sociais na Transamazônica e Xingu. Consideramos, nestes vínculos, os sistemas de troca e retribuição, compreendidos como as alianças tecidas, as trocas realizadas e as formas de retribuição ao longo de suas trajetórias de militantes. Para tal análise, fundamentamo-nos na concepção de dádiva de Marcel Mauss (1872-1950) e sistematizada em sua obra *Essai Sur le Don: Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaiques*, de 1925. A dádiva foi escolhida como perspectiva teórica porquanto ela é dotada de poder analítico capaz de explicar um dos aspectos mais significativos da tese: as noções de “aliança” e “vínculo” presentes nas redes tecidas por essas lideranças. A metodologia adotada se baseia na análise das trajetórias de lideranças vinculadas à noção de carreira. Esta noção pretende dar conta de um modelo processual ou sequencial da ação militante, considerando as redes sociais tecidas nas trajetórias das lideranças. Compreendemos, nesta pesquisa, que a adesão, engajamento, longevidade e extensão da militância dessas lideranças são fundadas mediante variadas formas de reconhecimento, baseadas, sobretudo, na obrigação moral de retribuição.

Palavras-chave: Vínculos. Retribuição. Obrigação moral. Redes sociais.

ABSTRACT

This study's main objective is to examine compensation links and forms made in militant career of Transamazônica and Xingu leaders (Pará, Brazil) through social networks. Our analysis is focused on leaders who built his/her activism in social movements and they are designed in professional associations such as Agricultural Workers Federation (regional FETAGRI) and Public Education Workers Union (SINTEPP from Pará state). The period selected for this analysis since the 1980, culminating with the moment from reorganization of social movements Transamazônica e Xingu. We conceive such bonds, exchange and retribution systems as woven alliances, exchanges carried out and retribution ways over their trajectories as militants. This analysis is grounded in Marcel Mauss (1872-1950)' donation concept, which has been and systematized in his essay *Essai Sur le Don: Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaiques*, from 1925. The gift was chosen as theoretical perspective because it is endowed with analytical power able to explain one of this thesis' most significant aspects: "covenant" and "link" notions present in the networks woven by such leaders. Methodology is based on leaders' trajectory analysis linked to career concept. This concept aims to realize a procedural or sequential militant action model when it comes to social networks woven in leaders' trajectories. In this research, we understand that such leaders' militancy adherence, engagement, longevity and extent are based upon various recognition forms, mainly related to the moral obligation to return.

Keywords: Ties. Retribution. Moral obligation. Social networks.

RESUMÉ

Le but de ce travail est d'analyser, parmi les réseaux sociaux, les liens et les formes de rétribution mis en place dans la carrière des dirigeants militants de la Transamazônica et Xingu, dans l'état du Pará. Nous concentrons notre analyse sur les dirigeants qui ont construit son engagement militant sur les mouvements sociaux et se sont projetés dans les entités de classe, comme la Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI régionale) et le Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP régional). Nous avons considéré, dans ces liens, les systèmes d'échange et de rétribution, comme les alliances, les échanges et les formes de rétribution menées le long de la trajectoire des militants. Pour faire cette analyse nous nous sommes appuyés sur le concept de don de Marcel Mauss (1872-1950) systematisée dans son oeuvre *Essai Sur le Don: Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaiques*, de 1925. Le don a été choisi comme perspective théorique, car il est capable d'expliquer l'un des aspects les plus importants de la thèse: les concepts d'"alliance" et de "lien", qui sont présents dans les réseaux de ces dirigeants. La méthodologie adoptée est basée sur l'analyse de la trajectoire des dirigeants liée à la notion de carrière. Cette notion prétend rendre compte d'un modèle procédural ou séquentiel de l'engagement militant, en considérant les réseaux sociaux dans la trajectoire des dirigeants. Nous avons compris, dans cette recherche, que l'adhésion, l'engagement, la longévité et l'étendue du militantisme de ces dirigeants sont fondés par différentes formes de reconnaissance basées surtout sur l'obligation morale de rétribution.

Mots-clés: Liens, rétribution, obligation morale, réseaux sociaux.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Mapa da localização dos municípios do território da Transamazônica e Xingu	20
FIGURA 02	Organograma 1: Lideranças catalisadoras	93
FIGURA 03	Organograma 2: Lideranças que ocupam ou ocuparam cargos no SINTEPP e na FETAGRI	94
FIGURA 04	Organograma 3: Lideranças jovens	94
FIGURA 05	Extensão do plano original da Rodovia Transamazônica	101
FIGURA 06	Primeira Agrópolis de Brasil Novo (1972)	102
FIGURA 07	Construção da Rodovia Transamazônica	187
FIGURA 08	Marco de inauguração da Estrada Transamazônica	187
FIGURA 09	Movimento no final da década de 1970 para cobrar do Estado a retomada do Projeto de Colonização para a Transamazônica	188
FIGURA 10	Os pioneiros da Comunidade de Uruará (1972)	188
FIGURA 11	A primeira escola da Comunidade de Uruará (1979)	189
FIGURA 12	Os pioneiros da Transamazônica (1979)	189
FIGURA 13	A Agrópolis de Brasil Novo (1982)	190
FIGURA 14	Retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Altamira (1988)	190
FIGURA 15	Passeata em Brasília no ano de 1998	191
FIGURA 16	Paralisação da Transamazônica em 2000	191
FIGURA 17	Passeata contra a Barragem Belo Monte em Altamira (2011)	192

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	População de Altamira-Pará (1970-2010)	112
------------------	--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIAPA	Associação dos Comerciantes de Altamira
AIAMAT	Associação de Madeireiros da Transamazônica
ARCAFAR	Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará
AVOSOS	Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe
CBB	Colonizadora Belém-Brasília
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFR	Casa Familiar Rural
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSLU	Corrente Sindical Lavradores Unidos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MEB	Movimento de Educação de Base
MMCC	Movimento de Mulheres Campo e Cidade
MPST	Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDA	Projetos Demonstrativos da Amazônia
PDRSX	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu
PDS	Programa de Desenvolvimento Sustentável
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Política de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNICA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional para Agricultura Familiar
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reservas Extrativistas
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STRs	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPA	Universidade Federal do Pará
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – REDES SOCIAIS E DÁDIVA	39
1.1 As redes nas Ciências Sociais	40
1.2 Simbolismo e fato social para Émile Durkheim e Marcel Mauss	48
1.2.1 Fato social e símbolo para Durkheim	48
1.2.2 Fato social total e símbolo para Marcel Mauss	51
1.3 Individualismo e holismo nas Ciências Sociais	53
1.4 A dádiva nas Ciências Sociais	58
1.5 Laços sociais e dádiva	65
CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: A TRAJETÓRIA DAS LIDERANÇAS NA TRANSAMAZÔNICA	68
2.1 A trajetória como metodologia	69
2.2 Trajetória, carreira e redes	79
2.3 Trajetória, engajamento, carreira e dádiva	86
2.4 As lideranças na Transamazônica e Xingu: diferenciações no campo da militância	90
2.4.1 Organograma dos vínculos constituídos nas redes tecidas	92
2.4.2 O perfil das lideranças	95
CAPÍTULO III – NA EXPANSÃO DA PRONTEIRA AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA, A OBRIGAÇÃO E A RETRIBUIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA	97
3.1 A expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia	97
3.2 A importância de Altamira como espaço agregador no território da Transamazônica	109
3.3 A emergência de novos atores sociais na Transamazônica: os movimentos sociais, a Igreja e o sistema de dádiva	113
CAPÍTULO IV – VÍNCULOS SOCIAIS, TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E REDES: A DÁDIVA E A CONSTITUIÇÃO DE TEIAS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	129
4.1 As teias na construção da carreira militante: os vínculos e as formas de dádiva	130
4.1.1 As lideranças catalisadoras e as formas de dádiva	130
4.1.2 As lideranças do SINTEPP e FETAGRI e as formas de dádiva	140
4.1.3 As lideranças mais jovens e as formas de dádiva	150
4.2 A relé social e os “nós” que entrelaçam as lideranças: os vínculos constituídos pelas lideranças até a FETAGRI e o SINTEPP	161

4.3	Redes sociais, dádiva, reconhecimento e retribuição entre lideranças na Transamazônica e Xingu	165
	CONCLUSÃO	170
	REFERÊNCIAS	176
	ANEXOS	187
	ANEXO 01: Registros imagéticos acerca do território da Transamazônica e sua repercussão nacional	187
	ANEXO 02: Mobilizações acerca do descaso do Governo Federal para com o Território da Transamazônica	191

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais constituem um universo social diversificado. Suas formas de organização interna, as atividades desenvolvidas e as vinculações estabelecidas com organizações políticas, econômicas e religiosas, entre outras, ocorrem de maneiras muito diferenciadas e distintas. As dinâmicas de organização, os sistemas de valores e de crenças são bem peculiares. É também sob a marca do diferente e do particular que os participantes desses movimentos fazem questão de apresentar suas instituições e o trabalho que desenvolvem. Há uma multiplicidade de atores e das formas de participação em movimentos sociais.

Quanto à participação, segundo Briguel (2012), estes estudos devem integrar substancialmente a “política do lugar”, não mais visto como o lugar estático, mas influenciado por relações específicas de classe, gênero, etnia e raça. O “lugar”, então, é um espaço de produção social, onde se expressam as relações econômicas, relações de poder, mas também de reação de seus participantes. Ainda para este autor, na produção do espaço, deve ser considerado o lugar, com suas estratégias alternativas e emancipatórias (BRIGUEL, 2012).

Nessa perspectiva de análise, os estudos e a compreensão dos movimentos sociais superam as investigações baseadas nas estruturas como determinantes da ação. As estruturas podem condicionar, mas não determinar a ação. Esta pode ocorrer - ou não - dependendo dos recursos (materiais e simbólicos), da capacidade de mobilização, da existência de uma identidade coletiva etc. Ou seja, há uma heterogeneidade de ações, com a presença de novos atores, de militâncias múltiplas e organizações mais descentradas (conquanto não espontâneas) e de repertórios mais mediáticos e performáticos. A análise de Briguel (2012) rompe, por fim, com a tendência em se observar somente a parte visível das ações coletivas, reconhecidas pelas lutas e disputas dos movimentos, e assim se aproxima dos estudos de Melucci (1989) sobre este tema, que propõem introduzir as redes submersas entendendo-as como as múltiplas redes tecidas e as concepções emergentes de ativismo, dando vozes aos próprios militantes, como também às suas experiências no processo de participação.

Nesta tese, propomo-nos a romper com a parte visível das ações coletivas, destacando as lideranças no espaço reconhecido como Transamazônica, focalizando as trocas, os vínculos e as retribuições diversas constituídas por elas no processo de

engajamento até a militância em movimentos sociais e entidades de classes. Para chegarmos a este objetivo geral de trabalho, as novas reflexões sobre os movimentos sociais colaboraram para a enunciação inicial na tese, que partia dos movimentos sociais da Transamazônica e suas ações coletivas em áreas de assentamentos rurais, suas disputas e redes de relações. Portanto, a discussão deste tema exigia novas leituras, pois pretendíamos refletir em termos de motivações dos movimentos sociais, além daquelas que valorizam somente o aspecto econômico das lutas destes movimentos.

Rompendo com a visão dos ganhos materiais, novos terrenos de investigação foram explorados. Buscou-se apreender as lógicas particulares e as motivações que levam à participação do indivíduo em movimentos sociais, às formas do investimento e à durabilidade em diferentes tipos de engajamento e de participação política (GOHN, 2007; MELUCCI, 2001; MUTZENBERG, 1999), bem como à formação de quadros políticos e suas redes sociais na consolidação de postos e posições adquiridas na hierarquia de suas organizações (JACOBI, 1985; HONNETH, 2003). Essas fases da pesquisa foram as primeiras metas traçadas e modificaram-se durante o trabalho de campo com as entrevistas, como veremos mais adiante. Não obstante, algo se insinuava como ponto de mudança para a tese. Como resultado dessas leituras iniciais, não mais a investigação estaria centrada nos movimentos sociais da Transamazônica, mas na atividade militante de suas lideranças¹.

Dentre as leituras que colaboraram para esta modificação no trabalho, figura a renovação das abordagens e dos instrumentos de investigação do militantismo e dos movimentos sociais, avançando na tentativa de superar dicotomias como “estrutura” e “ação”, “condições objetivas” e “subjetivas”, “constrangimentos estruturais” e “intencionalidade do ator”, “estruturalismo” e “interacionismo” (apesar de que nossa análise se insere neste último paradigma) etc. Estas novas abordagens têm procurado explorar as vinculações e interdependências, além das condições de emergência das diferentes formas de lideranças e da importância das redes sociais nesta formação (BRIGEL, 2008; ECHART, 2008; HONNETH, 2003).

¹ Tomamos como referência conceitual de liderança aqueles que agem e falam em nome de um grupo. O ato da delegação consistiria na personificação do grupo como tal, pois, através da pessoa do líder, o conjunto de indivíduos antes disperso passa a configurar um corpo social. Para Bourdieu (1998), a liderança está diretamente relacionada ao poder simbólico que, segundo este autor, só pode “[...] ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

O resultado deste debate tem chamado a atenção para a necessidade de se superar certa dificuldade no que diz respeito à integração entre agência humana e estrutura na compreensão de relações e processos políticos, argumentando que os pesquisadores do ativismo e dos movimentos sociais precisam revisitar o papel dos indivíduos nesses processos e nos resultados por eles alcançados.

A relação entre política e militância tem se tornado recentemente objeto de um conjunto de estudos e pesquisas nas Ciências Sociais. Destacamos, nessa literatura atual, os estudos sobre a profissionalização da militância e da política, como também as retribuições da atuação militante e suas reconversões de competências profissionais (OFFERLÉ, 1996, 1999; SAWICKI, 1999). De modo geral, as pesquisas desses autores têm destacado as retribuições e as recompensas diversas do militantismo e da ação coletiva, demonstrando de que forma a experiência militante e os investimentos em organizações coletivas oferecem ganhos e lucros, facilitando, inclusive, a inserção no mercado de empregos. A proeminência dessas análises está nas retribuições que não são contabilizadas somente pela aquisição material, mas, sobretudo, pelas recompensas, algumas simbólicas, demonstrando que a militância não se orienta somente pelos ganhos materiais.

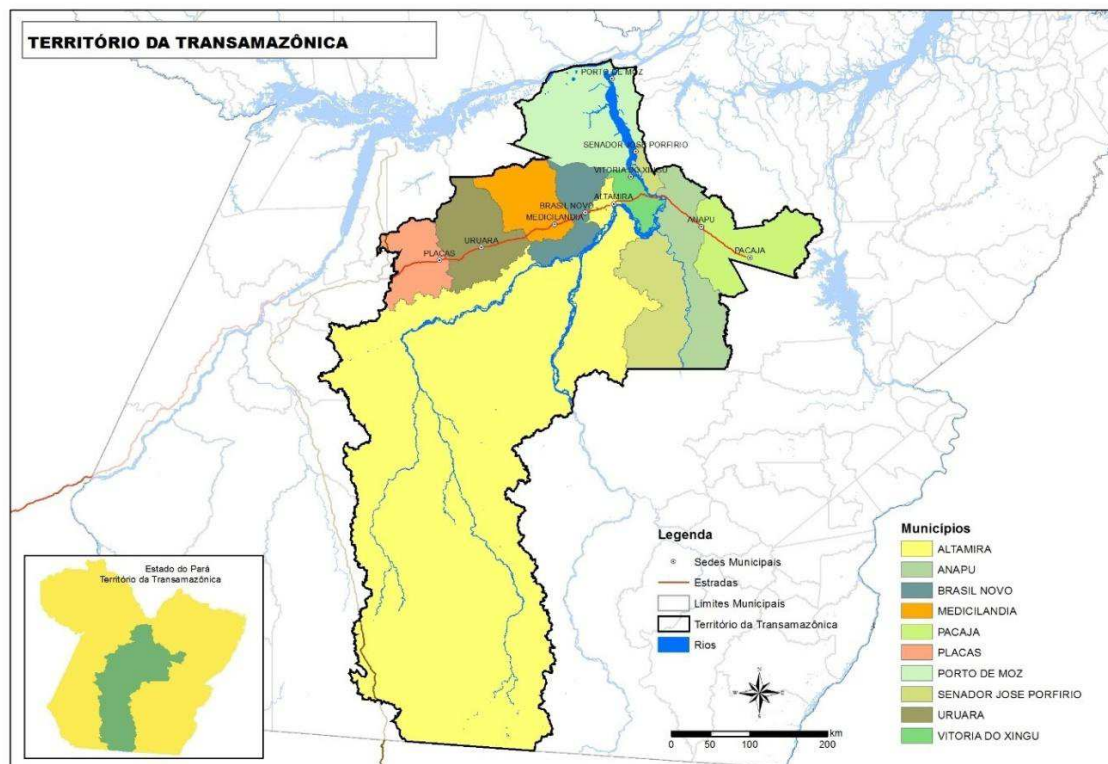
Como afirmado anteriormente, se a ideia inicial partia da análise dos movimentos sociais na Transamazônica e suas redes sociais, as leituras inverteram o objetivo de partida. A investigação desta tese se insere na perspectiva inovadora citada por Offerlé (1996), das recompensas para além daquelas de ordem material entre as lideranças atuantes na Transamazônica e no Xingu-PA. É na constituição das redes sociais tecidas por essas lideranças ao longo de suas trajetórias de militantes que buscamos compreender os vínculos sociais constituídos, as trocas e suas formas de retribuição. Sendo assim, nesta tese, tentaremos romper com a ideia reducionista e utilitária da ação política dos indivíduos, que os supõem como atores meramente em busca de seus interesses egoístas ou de postos e posições estratégicas nos movimentos sociais e nos partidos políticos.

A partir deste recorte, direcionaremos nosso olhar para a teoria da dádiva como chave de análise para compreender os vínculos sociais constituídos no processo de engajamento das lideranças, desde o seu ingresso em vários espaços sociais, a exemplo daqueles de caráter religioso, partidário, institucional, e as formas de retribuição, bem como o sentido das trocas e obrigações constitutivas, a nosso ver, no percurso do que

chamamos de carreira das lideranças de movimentos sociais na Transamazônica e no Xingu-PA.

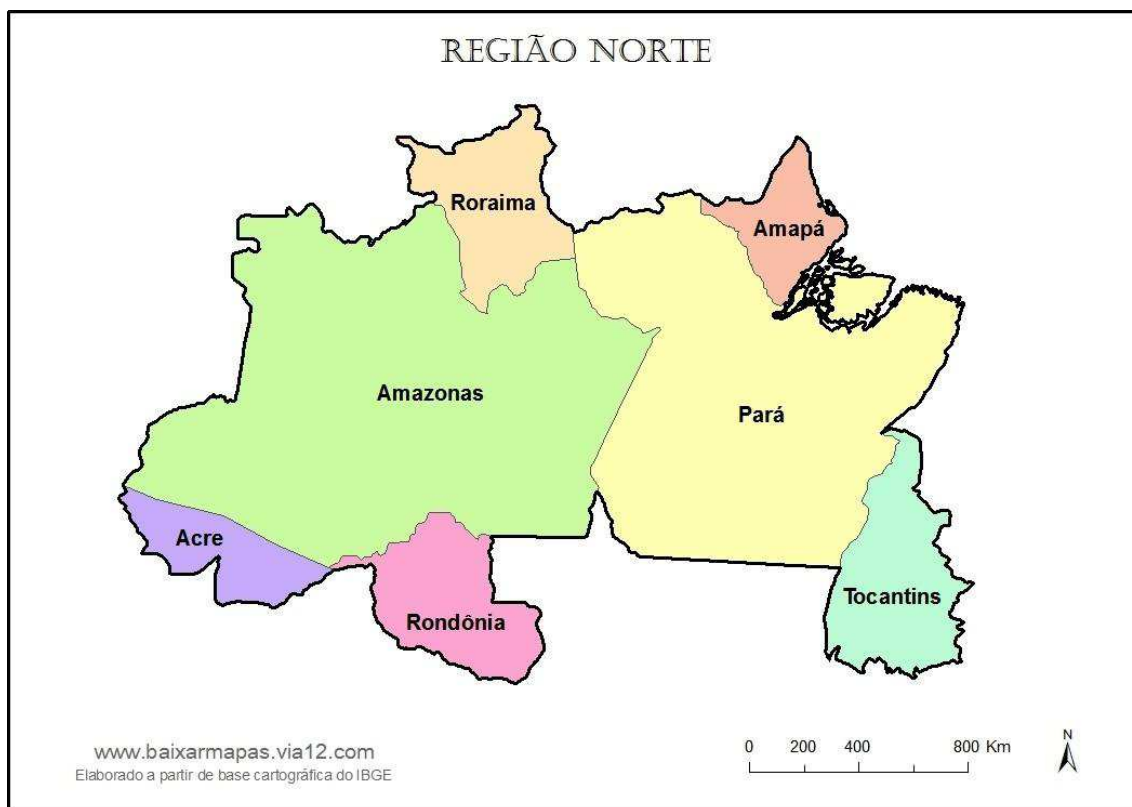
A Transamazônica e o Xingu consistem em uma área formada por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O mapa a seguir identifica estes municípios.

Figura 01 - Mapa da localização dos municípios do território da Transamazônica e Xingu.



Fonte: PDRS Xingu 2010 - Elaboração SEIR/GEOPARÁ.

Figura 02 - Mapa da Região Norte com seus Estados



Fonte: PDRS Xingu 2010 - Elaboração SEIR/GEOPARÁ.

O campo da pesquisa

Em que contexto histórico se situa esta tese? Quais dinâmicas possibilitaram a emergência das lideranças, alvo e interlocutoras desta pesquisa? Para responder a esta questão, contextualizaremos não somente os elementos históricos e conjunturais da formação da fronteira agropecuária na Amazônia, mas as relações que foram estabelecidas principalmente entre os imigrantes que chegaram para ocupar terras na Transamazônica, com a Igreja Católica e depois com a retomada e criação dos sindicatos e partidos políticos.

Os movimentos sociais na Transamazônica constituíram-se principalmente em meados da década de 1970, como consequência também dos programas de expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia. Com a abertura de rodovias, como a Transamazônica (BR-230), vários migrantes, vindos de diferentes regiões do país, ocuparam terras ao longo da estrada, formando comunidades, vilarejos. Para estes migrantes, a ocupação principal era exercer atividades agrícolas em terras destinadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em áreas

denominadas de lotes, que ficavam afastados dos centros urbanos e também de outros lotes. Contudo, o isolamento entre os agricultores provocado pelas distâncias não os impediu de se organizarem em defesa de direitos básicos: crédito e assistência técnica, postos de saúde e escolas.

Os migrantes construíram laços de vizinhança que foram importantes para a consolidação de espaços de encontro e lazer. Nesses encontros, foram se estabelecendo pautas de reivindicação, transformando-se muitas delas em reuniões incentivadas e outras organizadas pela Igreja Católica. Cresceu a disposição de retomarem os sindicatos de classe, representativos dos trabalhadores rurais, e a luta pela emancipação de várias comunidades, alçadas a cidades em meados da década de 1980. No bojo dessas discussões, crescia o sentimento de reconhecimento e valorização do território como espaço aglutinador de pessoas com diferentes origens e modos de vida.

Nesta tese, em muitos momentos, citaremos a Transamazônica e o Xingu como um Território². Com dez municípios, ele foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Possui área de aproximadamente 8 mil km², localizando-se na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR-230) e baixo Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010).

Altamira é o município mais importante da Transamazônica e Xingu. A maior parte dos municípios formadores do território se emancipou administrativamente na metade da década de 1980, combinando este momento com a efervescência dos movimentos sociais; a criação de uma organização formada por agricultores, professores e comerciantes, intitulada Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), e a retomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira em 1988, além da criação de outras formas de organização da sociedade civil: Associação de Madeireiros da Transamazônica (AIMAT), Associação dos Comerciantes de Altamira (ACIAPA), abrigadas em suas sedes, principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

² Adotaremos como recorte espacial da pesquisa o conceito de território da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A SDT e o MDA consideram a identidade uma característica importante do território, relacionando-a com as formas e os modos de ocupação do espaço. A identidade territorial reconhece e valoriza a diversidade política e cultural dos grupos humanos e o contexto social construído. Contudo, no decorrer da tese, mostraremos que a construção do “território” também faz parte da luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento de um espaço de ação política na Transamazônica.

A expressão *território* está diretamente relacionada à construção do movimento social na Transamazônica organizado dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em congressos de jovens e eventos de catequese. Nos debates travados nesses encontros, o tom do discurso e a bandeira de luta empunhada eram *em defesa da reforma agrária, contra a violência e em prol da saúde para todos, bem como a conscientização da importância das organizações dos mais pobres*. As mobilizações, retomadas de sindicatos, discussões sobre direitos humanos e a reivindicação por maior participação na discussão e elaboração de projetos para a Transamazônica não estavam desvinculadas do discurso de valorização e reconhecimento dos problemas globais, aliadas às especificidades do território e à criação de condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável, tais como agroindústrias familiares e cooperativismo.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo da coleta do látex e da castanha, como também a caça de animais silvestres e a garimpagem. Os Projetos de colonização como parte do Programa de Expansão da Fronteira Agropecuária para a Amazônia modificou o município, atraindo muitas pessoas que chegavam do Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil para ocupar terras no interior da floresta. Na cidade, intensificaram-se o comércio e o crescimento de agências bancárias, hospitais etc. Portanto, Altamira transformou-se em uma cidade polo; ao mesmo tempo, em um lugar intermediário, passagem obrigatória dos assentados que chegavam apoiados pelo INCRA nos projetos de colonização. Tais mudanças estruturais levaram também à organização de setores da sociedade local. Portanto, os movimentos sociais neste território são também o resultado deste contexto de reivindicações e lutas por direitos à saúde, educação, estradas e reforma agrária.

Neste processo de organização e luta dos movimentos sociais, cada vez mais tornava-se importante a valorização da identidade da Transamazônica como território de pertencimento de sujeitos que, através das suas relações, costumes, identidades, cotidiano e tradições, constroem e reconstróem o espaço, territorializando-se. Hall (2004) define a identificação como um “processo de articulação, saturação, sobre determinação [...] nunca um ajuste completo, uma totalidade” (HALL, 2004, p. 38), colocando a identificação como um processo dinâmico de perdas e ganhos sujeito ao jogo da diferença, pois a identificação se afirma por meio da diferença. A valorização desta identidade é construída também por um discurso regionalista, influenciado pela

Igreja Católica. As mobilizações se direcionavam principalmente para o projeto de colonização e o questionamento da ausência do Estado nas áreas de assentamentos do INCRA. O mote destas reivindicações estava no cumprimento de algumas diretrizes do Projeto Integrado de Colonização (PIC): escolas, posto de saúde, assistência técnica para os colonos³ e recuperação das estradas, tanto a Transamazônica quanto as vicinais⁴.

A Prelazia do Xingu⁵ mobilizava nas vicinais os agricultores e professores. Esses últimos atuavam nas áreas rurais em escolas multisseriadas (ainda existentes nos dias atuais). Alguns professores, como veremos em alguns relatos, eram porta-vozes da Prelazia do Xingu, pois mobilizavam os agricultores, reunindo-os em barracões ou na sede das escolas. Muitos professores eram filhos ou esposas de agricultores que vieram pelo Projeto de Colonização. Alguns moravam próximos ou na mesma vicinal. Contudo, mesmo distantes, isto não foi um empecilho à participação, como atestam várias entrevistas citadas ao longo da tese. Em cada vicinal, na década de 1980, segundo o depoimento de um dos entrevistados e o registro destas reuniões na Prelazia do Xingu, formavam-se núcleos, por exemplo: núcleo da vicinal 18, de Altamira, núcleo da vicinal 40, em Brasil Novo etc. Nestas reuniões em vicinais, formaram-se muitas lideranças, iniciando suas carreiras de militantes nesses espaços de debates. Era um espaço privilegiado, onde as reivindicações tomavam forma de mobilizações, culminando em Altamira, principalmente em frente ao INCRA e à Secretaria Municipal e Estadual de Educação.

As lutas dos movimentos transformavam-se na necessidade de criar e retomar sindicatos de categorias. O primeiro sindicato a ser retomado foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira, em 1988. Esta retomada representou um ganho simbólico importante para as organizações de outras categorias, como a dos professores. As principais lideranças de agricultores e professores neste primeiro momento se

³ O termo *colono* é até hoje utilizado pelo INCRA para denominar as pessoas que vieram pelo Programa de Colonização Dirigida, o qual discutiremos no terceiro capítulo desta tese. Os movimentos sociais e os próprios assentados também se denominam “colonos”. Portanto, o uso desta expressão na tese está em consonância com esta denominação conferida principalmente pelos movimentos sociais.

⁴ As vicinais são estradas construídas inicialmente saindo da Transamazônica e, no projeto original, com até 10 km, onde ficavam os lotes de 100 ha para o agricultor trabalhar. São conhecidas na Transamazônica como “travessões”.

⁵ A Prelazia do Xingu é a maior circunscrição eclesiástica em extensão geográfica do Pará, compreendendo uma extensão de 342. 548 km². Atualmente, reúne 15 municípios (Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix, Tucumã, Bannach) e 17 paróquias (áreas pastorais). Neste trabalho, somam 25 padres, 6 irmãos Lassalistas, 40 freiras e aproximadamente 100 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base. Foi elevada à condição de Prelazia pelo Papa Pio XI, em 16 de agosto de 1934. Atualmente, seu bispo é Dom Erwin Krautler, nomeado, em 1980, pelo Papa João Paulo II. Dom Erwin atua há mais de 50 anos em comunidade rurais e indígenas na Amazônia.

abrigavam nas vicinais, indo para Altamira participar de palestras, eventos e oficinas promovidos pela Prelazia do Xingu. Tais eventos transformavam-se em pontos de encontro importantes para a ação das lideranças, quando retornavam às suas vicinais. Cada liderança ficava incumbida de trazer para o próximo encontro outras pessoas. A cada encontro, aumentava o número de participantes e a incorporação de novas demandas, a exemplo da emancipação dos municípios, que até então eram chamados de comunidades. Na segunda metade da década de 1980, várias comunidades se emanciparam administrativamente, transformando-se em municípios, tais como Medicilândia (1987), Uruará (1988), Rurópolis (1988) e Brasil Novo (1989).

A Prelazia do Xingu, nesse território, como veremos no capítulo III, assume uma importância inicial nas redes sociais tecidas pelas lideranças. Sua influência há mais de 70 anos junto às muitas comunidades e à organização da população rural, urbana e povos indígenas, assim como seu envolvimento com as questões ambientais, transformou-a em um importante espaço de ativismo e constituição de lideranças. Assim, as proposições e os impactos de seu influente discurso serviram para a organização de agricultores e de sindicatos na Transamazônica. O trabalho da Igreja Católica junto aos agricultores migrantes da região foi decisivo para a construção dos movimentos sociais. Estes movimentos, originados nas Comissões Eclesiais de Base (CEBs), apoiou o movimento de oposição sindical, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional. Apoiou também os agricultores na tomada da diretoria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) existentes no país. Esses sindicatos, criados na época da ditadura do regime militar, realizavam um trabalho puramente assistencialista e impediam qualquer manifestação dos agricultores contra as políticas governamentais.

Na Transamazônica, a Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU), movimento de oposição sindical que havia assumido a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Santarém em 1979, em muito influenciou a organização dos agricultores migrantes. A CSLU serviu como instrumento pedagógico dos trabalhadores rurais na conquista da direção dos Sindicatos rurais no Oeste paraense.

Dos encontros e lutas, despontaram várias lideranças. Com a experiência de um sindicalista (já falecido), que viera morar em Altamira e trabalhou com o bispo Dom Helder Câmara em Pernambuco, o incentivo à organização dos trabalhadores rurais ganhou mais um aliado. Nestes espaços de ação, desde as reuniões nas vicinais, passando pela Prelazia do Xingu, foram se consolidando lideranças a oeste da estrada

Transamazônica: Rurópolis e Placas, passando a fazer parte da direção da CSLU. Foram essas lideranças (que vieram morar em Altamira), as quais foram quase todas entrevistadas, que colaboraram para o debate sobre a importância do sindicalismo e da emancipação dos municípios em toda a Transamazônica.

Na década de 1980, todo o período culmina com a retirada da assistência oficial do Estado na Transamazônica, com o declínio comercial de espécies comerciais de valor na época, como pimenta-do-reino, cacau e café. Estes produtos passaram por ciclos de prosperidade e declínio, de acordo com as oscilações de preços no mercado nacional. Os depoimentos colhidos em entrevistas e os documentos da época pesquisados na Prelazia do Xingu revelaram que, no final dos anos 1980, vários colonos abandonaram seus lotes para tentar a vida em Altamira ou voltaram para as suas regiões de origem.

Todavia, esta última solução não era a saída possível para a grande maioria dos migrantes. Contraditoriamente, o descaso oficial do Estado reforçou as concepções de organização dos sindicatos nos municípios e comunidades rurais. As lideranças, já imbuídas destas orientações e junto com a Prelazia do Xingu, reforçaram em outros municípios, como Medicilândia, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Pacajá e mesmo Altamira, o sentimento e a importância de se organizar para resistir.

Assim, as lideranças deixaram de ser “locais”, restritas à sua vicinal ou comunidade, e foram ampliando seu espaço de atuação política, incorporando outras pessoas de outras comunidades, constituindo redes de apoio espalhadas em diferentes vicinais na Transamazônica e depois em municípios, mas mantendo como ponto de encontro principal a Prelazia do Xingu ou o Sindicato de Trabalhadores Rurais em Altamira. Ao mesmo tempo em que organizavam o sindicato de professores e de agricultores, as lideranças discutiam novas propostas que iam além da Transamazônica, incorporando redes de apoio de políticos e partidos, estes últimos representados principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Neste processo de mobilização, formação e luta sindical, construía-se o discurso de ocupar cargos políticos nas prefeituras. Altamira foi o primeiro município a ter um vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), liderança do movimento dos professores que viera de Brasil Novo. No final da década de 1990 e anos 2000, lideranças de agricultores foram eleitos deputados estaduais e federais e outros participaram como candidatos a prefeituras nos municípios de Medicilândia, Uruará, Brasil Novo, Anapu e Pacajá.

Nestas questões levantadas, demonstraremos que as primeiras organizações de agricultores e professores também alavancaram outros movimentos sociais que, em 1994, abrigaram-se no Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), a exemplo do Movimento de Mulheres e do Mutirão pela Cidadania, este último reunindo diferentes segmentos da sociedade. “Na avaliação das lideranças, o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) carregava um apelo autêntico e identificado com os anseios da população, e potencializava a mobilização das amplas camadas insatisfeitas com o abandono da estrada” (FVPP, 2006, p.10).

A partir deste contexto, reconhecemos as lideranças, com sua atuação em todo o Território da Transamazônica⁶. A partir de 2003, acrescentaram ao território o nome Xingu. Essas lideranças influenciaram outras organizações, não restringindo sua ação a um município. Sua competência reside também em negociar em momentos de conflitos e disputas de poder, em mobilizar recursos materiais e simbólicos e também por sua competência em mobilizar e agregar novas pessoas aos movimentos.

O problema de pesquisa e o objeto de estudo

A História dos movimentos sociais na Transamazônica foi estudada por autores como Souza (2005) e Calvi (2012), resgatando a importância das organizações de agricultores e professores na Transamazônica. As lideranças constituídas nesse processo foram, em grande parte, aqueles que vieram morar e ocupar terras na Transamazônica, além de filhos ou filhas de agricultores. Por isso, a temática da agricultura familiar é, até o presente momento, um tema recorrente nas organizações em todo território.

A Transamazônica é um espaço até hoje disputado por diferentes atores sociais. Além dos movimentos sociais, constituídos majoritariamente em toda a década de 1980, entram nessa disputa os sindicatos rurais e delegacias sindicais por vicinais e, na década seguinte, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), com várias Subsedes implantadas na Transamazônica e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI).

O SINTEPP Altamira desencadeou a luta pela educação e por mais escolas em toda a Transamazônica, enquanto a organização dos professores nas vicinais consolidou

⁶ O território da Transamazônica e Xingu de que fala o estudo coincide com grande parte da área de atuação da Prelazia do Xingu, somando um total de 15 municípios (Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Senador José Porfírio e Porto de Moz) no Pará.

o Sindicato que hoje existe em todos os municípios citados como pertencentes ao território. A FETAGRI, além da reforma agrária e retomada do Projeto de Colonização, ponto de reivindicação constante em sua agenda de luta em toda a década de 1980 e parte da de 1990, incorporou também em seu discurso as lutas por políticas públicas de assistência técnica e de financiamento especial para agricultores, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que se consolidou como política financeira e de desenvolvimento para a região amazônica.

Apesar de outras organizações surgirem principalmente no município de Altamira na década de 1990, como a Associação dos Comerciantes de Altamira (ACIAPA) e a Associação dos Madeireiros da Transamazônica (AIMAT), são as lideranças dos movimentos sociais detentoras de um papel importante em dar visibilidade aos problemas sociais da Transamazônica. Isto já em 1987, quando lideraram, junto com a Igreja Católica, várias manifestações (ANEXO 1) exigindo a retomada do Projeto de Colonização do Governo Federal. Ocuparam as páginas dos jornais estaduais, denunciando o descaso oficial do Estado. Organizaram, no início da década de 1990, o MPST, reunindo vários representantes, inclusive empresários do setor madeireiro e fazendeiros para juntos mobilizarem passeatas e caravanas a Brasília: uma reação dos agricultores que foi apoiada por vários outros grupos organizados, dentre eles, a Prelazia do Xingu, que exigia do governo a retomada do Projeto de Colonização.

Essa história encontrada em vários documentos pesquisados na Prelazia do Xingu e AIMAT, relatada ainda por moradores, destacava constantemente o papel das lideranças na condução deste debate. Em nossas primeiras incursões na pesquisa, quando o centro de análise era ainda os movimentos sociais da Transamazônica, tomamos contato com as lideranças e a importância do seu papel na condução das discussões no processo de organização sindical e partidário. Disto adveio que a primeira questão surgida como perguntas para a tese foi: em que medida e de que forma todo este processo de colonização, ausência do Estado, falta de assistência técnica, educação e saúde constituíram lideranças com forte apelo em vários municípios? A outra questão que nos chamou à atenção estava no campo de disputa, o qual, apesar de conflituoso, é composto por diferentes grupos, como madeireiros, fazendeiros e militantes de sindicatos. Foram estes últimos que conseguiram eleger, em diferentes momentos eleitorais (referimo-nos ao final da década de 1990 e 2000), vários vereadores nos

municípios da Transamazônica. Tiveram disputas acirradas para as prefeituras, eleição de Deputados Estaduais (dois em 2006) e eleição de dois Deputados Federais.

No campo institucional, também essas lideranças se destacavam por assumir cargos importantes, como o de coordenador em órgão de classe como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No primeiro Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002- 2006), houve indicações para ocupar cargos em Brasília. No primeiro governo do Partido dos Trabalhadores no Pará, conduzido por Ana Julia Carepa (2006-2010), outra liderança que fora da FETAGRI e CONTAG assumiu a Secretaria Estadual de Transporte e outro órgão, como a Secretaria Estadual de Agricultura, teve como assessor uma liderança da Transamazônica. No conjunto dessas lideranças, destacam-se os agricultores e professores no papel de mobilizadores no território da Transamazônica e Xingu.

Diante de lideranças tão atuantes, o foco da pesquisa, como mencionado anteriormente, foi se deslocando dos movimentos sociais para a constituição das lideranças no espaço da Transamazônica e das redes tecidas ao longo de suas trajetórias de militantes. Nas entrevistas já com as lideranças, as redes tecidas envolviam uma série de obrigações que foram observadas ao longo das trajetórias relatadas. Não eram obrigações retribuídas imediatamente. As retribuições se apresentavam no decorrer da militância e fortaleciam laços futuros. Para observar estas questões, construímos, como pergunta geral, em que medida a análise das trajetórias das lideranças poderia responder às redes tecidas e aos vínculos constituídos? Diante deste fato, reconstruímos o objetivo central desta tese.

Este consiste em analisar, através das redes sociais das lideranças da FETAGRI e SINTEPP, os vínculos constituídos por estes líderes. Consideramos, nestes vínculos, as alianças tecidas, as trocas realizadas e as formas de retribuição ao longo de suas trajetórias que, a nosso ver, justificam a emergência, permanência e projeção desses indivíduos como líderes.

Tomando como relevantes as alianças, teias e nós constituídos nas redes sociais, consideraremos o sistema de trocas e retribuições. A troca, então, exprime-se para além dos resultados econômicos ou estratégicos, como, por exemplo, para alcançar ou ocupar um cargo; são também trocas simbólicas. Nesse sentido, como diria Mauss (1984, p.24) “a coisa trocada tem alma” e o direito constituído é um vínculo de almas.

Fundamentamo-nos na concepção de dádiva de Marcel Mauss (1872-1950) e sistematizada em sua obra *Essai Sur le Don: Forme et Raison de l'Échange dans les*

Sociétés Archaiques, de 1925. A categoria da dádiva do pensamento maussiano foi escolhida como perspectiva teórica, uma vez que ela é dotada de poder analítico capaz de explicar um dos aspectos mais significativos da tese: as noções de “aliança” e “vínculo” presentes nas redes tecidas pelas lideranças da Transamazônica.

Mauss demonstra, no ensaio sobre a dádiva, como “toda representação é relação” (MAUSS, 1984, p. 24). Seu argumento central é que a dádiva produz alianças, tanto as matrimoniais quanto as políticas, religiosas, econômicas, jurídicas (LANNA 2000, p. 175). Na dádiva, “o bem circula a serviço do vínculo” (GODBOUT, 1999, p. 38).

A teoria da dádiva desafia duas teorias de explicação da ação humana nas Ciências Sociais: o individualismo metodológico e o holismo. A primeira procura explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade e de utilidade. A segunda, de forma geral, não valoriza o indivíduo em sua dimensão racional e psicológica, situando-o mais como um elemento dentro de uma estrutura social que orienta e explica a sua ação.

Na dádiva, o sujeito humano não pode ser visto nem entendido apenas em sua individualidade, porque não se trata de um ser fechado em si mesmo; pelo contrário, é sempre um ser relacional, real ou potencialmente aberto e teleologicamente orientado para o outro. Assim, o modo de ver maussiano se baseia na compreensão de troca envolvendo um conjunto de atividades sociais situadas para além do domínio do estritamente econômico e relacionadas fundamentalmente ao princípio de reciprocidade. A reciprocidade maussiana simboliza não a manipulação dos indivíduos, “mas a possibilidade concreta e originária de escapar das aporias do dilema do holismo e do individualismo metodológico, uma vez que coloca, de fato, o problema da confiança e da tessitura do laço social” (CAILLÉ, 1998, p.14).

As relações de troca e os contratos, portanto, encontram-se inseridos na vida social, sendo regulados por dinâmicas que extrapolam uma racionalidade puramente instrumental. Outro ponto importante a ser mostrado nesta tese é que a dádiva carrega em si um potencial político, na medida em que substitui os conflitos através de contratos, produzindo o acordo necessário para estabilizar relações e satisfazer interesses dos atores e grupos sociais mutuamente.

Diante do exposto, centralizaremos nossa análise nos vínculos constituídos de lideranças que construíram sua militância em movimentos sociais da Transamazônica e

Xingu e se projetaram em entidades de classes, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI regional) e o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP regional).

A FETAGRI foi criada em 1997. É formada de Sindicatos da Transamazônica. O Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP regional), fundado em 1995, em Altamira, estendeu-se para outros municípios também na década de 1990. A justificativa para a escolha desses órgãos reside no fato de que, além de serem o espaço de referência das lideranças, projetarem seus militantes para cargos legislativos estaduais, federais e executivos municipais desde o final da década de 1990. Representam também o esforço das organizações de diferentes movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Mulheres Campo e Cidade (MMCC), Movimento de Crianças e Adolescentes Emascarados de Altamira, Mutirão pela Cidadania e Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Estes movimentos se organizaram em momentos distintos, mas foram decisivos para a projeção de lideranças em entidades como a FETAGRI e SINTEPP que, na história da Transamazônica, representam dois planos de luta projetados principalmente na década de 1980 pelos movimentos sociais: a luta pela terra e a educação.

O trabalho de campo, iniciado em 2012, baseou-se inicialmente no levantamento de documentos referentes à história dos movimentos sociais na Transamazônica. Ainda sem ter muito claro o objetivo da pesquisa, conversamos com padres e freiras da Prelazia do Xingu, cuja sede fica em Altamira. Estas conversas foram importantes, pois sinalizaram os primeiros contatos com as lideranças que participaram dos momentos de mobilização e efervescência dos movimentos sociais no final da década de 1970 e toda a década de 1980. Organizamos as primeiras entrevistas com as lideranças indicadas, baseadas em algumas perguntas centrais, versando sobre a família até o engajamento nos movimentos sociais, levantando, na ocasião, as redes traçadas nestes diferentes momentos de socialização. Da conversa com padres e freiras até a entrevista com as lideranças sugeridas (sete no total), duas concepções se destacaram nas narrativas das lideranças: a troca e o reconhecimento.

O padrão de engajamento dessas lideranças não se caracterizava somente pela obtenção de recursos materiais, pelos interesses particulares ou a busca em ocupar cargos políticos. No relato das trajetórias de vida, outro elemento presente nos sentidos dados à ação e que atravessava em diferentes momentos as narrativas das lideranças foi a obrigação. Não se tratava da obrigação no sentido jurídico, que se traduz por uma

relação legal entre duas pessoas, em virtude da qual uma pessoa pode exigir algo de outra. Este laço jurídico estabelece um devedor e um credor, podendo incidir a sanção jurídica caso o outro não venha a pagar.

A obrigação analisada e presente nos discursos era de ordem moral, resultando em um compromisso que não é obrigatório no sentido jurídico do termo, mas funcionava como um imperativo. Traduzia-se também na obrigação moral em reconhecer o valor daquelas pessoas, ou grupos que os levaram à militância em suas organizações e que os fizeram mudar a própria concepção de vida. Neste reconhecimento, havia a troca e a obrigação de retribuir. O endividamento, nesse caso, não tinha uma conotação negativa. Ao contrário, era uma condição benéfica de reconhecimento e de retribuição. Os vínculos, com suas trocas, e o reconhecimento deixaram de ser parte de suas trajetórias e se constituíram como elementos centrais de investigação.

O engajamento das lideranças na Transamazônica não pode ser determinado somente por estratégias racionais, movidas apenas pelos interesses particulares, mas envolve também o sentido que o indivíduo atribui às escolhas realizadas. Nas redes traçadas, ressaltamos que outros elementos se constituem e são valorizados, como o reconhecimento, mesmo que isto se dê em longo prazo. O reconhecimento é legitimado na relação entre grupos (HONNETH, 2003), sendo somente viabilizado pelos parceiros e pela instituição à qual pertencem. Honneth (2003) acredita que por trás de todas as lutas está aquela por reconhecimento como forma de retribuição.

A partir destas questões, procuramos responder as seguintes perguntas nesta pesquisa: como as redes sociais fundam alianças? Como se definem os laços e as obrigações nas redes sociais? Que tipos de vínculos são constituídos entre as lideranças e com os próprios objetivos da instituição à qual pertencem? Em que consistem as diferentes trocas nas redes sociais das lideranças? Qual a concepção de justiça e reconhecimento para essas lideranças? Os diferentes vínculos traçados e as trocas podem ser indicadores da constituição dessas lideranças, da extensão e longevidade de suas militâncias e posições que ocupam em um certo espaço social?

Norteados por estas perguntas, nossos objetivos específicos assim se delimitaram:

- Compreender as expectativas de dadores e receptores nas teias elaboradas nas redes sociais;

- Compreender os sentidos, principalmente os simbólicos, que regulam as trocas no interior das redes;
- Analisar as concepções de justiça e reconhecimento pelas lideranças no interior das redes;
- Demonstrar como os vínculos constituídos nas redes sociais e suas retribuições ao longo do tempo são elementos concretos para a construção de lideranças e de suas militâncias.

Partimos da hipótese de que a longevidade e a extensão da militância dessas lideranças são fundadas mediante variadas formas de reconhecimento baseadas, sobretudo, na obrigação moral de retribuir àquelas pessoas ou grupos que as levaram à condição de liderança.

A importância de trabalhar com redes sociais deve-se ao fato de que estas tanto podem se constituir em um método, um caminho ou uma categoria que descreve e analisa os padrões de relações existentes entre os sujeitos.

Nesta tese, as redes serão tratadas como uma categoria relacional, em que a militância das lideranças depende dos vínculos constituídos para o exercício do seu poder. Portanto, essa categoria deixa de ser classificatória e correspondente de uma determinada realidade estrutural e passa a ser relacional, compreendida no conjunto de relações que as interliga. Os vínculos não podem ser elucidados ignorando-se as relações e interações entre as lideranças e os espaços ocupados no percurso de suas carreiras de militantes nem devem prescindir da percepção que os atores têm de sua imersão em redes. “A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais” (PORTUGAL, 2007, p. 07).

Nesse sentido, os vínculos e as trocas evidenciadas nas redes podem resultar, para as lideranças, em intercâmbio afetivo, em valores simbólicos dotados de uma moral da dádiva, além dos interesses econômicos e materiais, religiosos, políticos etc.

A rede social é um sistema baseado no movimento incessante e ambivalente de trocas, às vezes organizativas, às vezes simbólicas, não estáticas e em circulação na vida social, resultando, a cada momento, na criação de novos lugares e de novas identificações. Como bem cita Martins (2004b, p. 9), a “noção de rede apenas emerge com toda a sua força quando incorporamos a compreensão da ação social como um

sistema aberto a trocas de informações ambivalentes e intensas entre o todo e a parte e vice-versa”.

Há uma farta literatura sobre redes, a exemplo de Castells (1995), Melucci (2001), Fontes (2004) e Marques (2009), analisando a inserção do indivíduo na estrutura da rede social, mas pouco se tem investigado sobre essas redes e suas influências nas trajetórias dos atores. As redes sociais, pela sua complexidade, não devem ser analisadas unicamente a partir dos atributos dos atores (sexo, idade, religião) ou da determinação da estrutura sobre a ação do indivíduo. Procuramos mostrar que as escolhas são mais complexas e devem ser compreendidas em um quadro de análise das trajetórias em sua interface com o sistema de interações no qual esses indivíduos estão inseridos enquanto militantes.

As escolhas das lideranças não são orientadas somente como uma possibilidade racional de retribuições materiais e interesses pessoais. Há outros sistemas de reciprocidade que podem ser identificados nas redes sociais tecidas pelas lideranças, se compreendidas a partir do paradigma da dádiva iniciado por Marcel Mauss. A dádiva apresenta um caráter “híbrido” da sociabilidade humana. No indivíduo, mesclam-se interesse e gratuidade, obrigação e liberdade, presentes na tripla obrigação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1989). Portanto, o paradigma da dádiva escapa à sociabilidade humana ditada pela racionalidade ou pela cultura.

As redes sociais são recortes e se relacionam a contextos sociais mais amplos. Destarte, qualquer análise priorizando a rede leva em consideração as combinações de relações que são formadas, desde as redes iniciadas no processo primário, como família, parentes, amizade, quanto a outros padrões de sociabilidade, como as referências territoriais e as instituições que interagem com estas redes. As redes sociais também podem ser pensadas como estruturas capazes de mobilizar os atores para a participação nas ações coletivas.

Metodologia utilizada na pesquisa

A estratégia metodológica adotada nesta tese se baseia na análise das trajetórias de lideranças, sendo este um conceito importante para compreender os vínculos dos militantes através das redes sociais. Logo, o “passado” destas lideranças será um elemento relevante para esta compreensão. Contudo, a análise de trajetória por si só não é explicativa das relações estabelecidas pelas lideranças. Procuramos entendê-las

associando-as aos “[...] graus de evolução dos contextos sociais e políticos em que essas experiências ocorrem” (FILLIEULE, 2001, p. 102). Assim, ao dar importância às análises das biografias, busca-se enfatizar as etapas de uma trajetória como significativas de experiências específicas e, portanto, de vínculos e acordos que são firmados pelas lideranças.

A trajetória como metodologia de pesquisa estará vinculada à noção de “carreira” (AGRIKOLIANSKY, 2001). Esta noção pretende dar conta de um modelo processual ou sequencial da ação militante, considerando as redes sociais tecidas nas trajetórias das lideranças. Considera-se, então, o contexto para indicar os tipos de vínculos mais ou menos fortes e que podem ser importantes para a construção da liderança, desde a rede de procedência (família, relações de parentesco e de vizinhança) até a sociabilidade, que diz respeito aos espaços de inserção presentes na trajetória da liderança: família, instituições políticas e religiosas, partido político, sindicato, associações e formações diversas, passando pelas formas de recrutamento para os movimentos sociais e pela posição das lideranças na estrutura dos movimentos ou entidades a que pertencem ou pertenceram.

A diferença da análise de trajetória sob o aporte da carreira é que o “peso” não recai somente sobre os processos de socialização que mais se revelam como uma sequência de posições ocupadas (movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos) pela liderança em espaços sociais diversificados e dos laços tecidos, mas não dá conta das formas de troca, acordos que os indivíduos estabelecem em determinado tempo e situação. Diríamos mais: a noção de carreira dá conta das identidades produzidas nesse processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços, como também da forma com que eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços, fundamentais para se compreender o sentido dado pelas lideranças à troca. Contudo, ressaltamos que não é nosso objetivo analisar a identidade das lideranças. Em função disso, não pretendemos entrar aqui nos pormenores das dificuldades teóricas inerentes à noção de identidade, mas apenas considerar que a investigação a respeito das trajetórias de vida das lideranças da Transamazônica fornece indícios concernentes aos processos de formação de identidades.

Estabelecemos um marco temporal como referencial de análise considerando as trajetórias das lideranças a partir do período mais intenso de efervescência dos movimentos sociais na Transamazônica, como situado no campo de pesquisa, no início

da década de 1980, momento das primeiras mobilizações organizadas pela Prelazia do Xingu.

As lideranças se diferenciam sobre um gradiente de situações, cujo critério adotado para dividi-las foram as redes de origem da carreira militantes. As situações identificadas foram as seguintes:

A primeira situação foi identificar as lideranças que participaram diretamente das lutas pela emancipação dos municípios, das primeiras organizações sindicais e outros movimentos sociais que serão relatados no capítulo III. Uma parte relevante destas lideranças, como mencionamos anteriormente, hoje é composta por deputados federais ou estaduais, além de vereadores. Alguns ocupam cargos importantes na esfera federal e outros na esfera estadual, participando ativamente da organização e mobilização dos movimentos sociais e das entidades selecionadas.

A segunda situação consistiu em identificar lideranças que fossem ocupantes de cargos de coordenação nas estruturas organizacionais das entidades selecionadas. Optamos também por entrevistar lideranças que participaram dessas estruturas por entender que poderiam contribuir para o entendimento dos vínculos criados nas redes sociais.

A terceira situação foi entrevistar lideranças que participam ou participaram dos Conselhos de Desenvolvimento na Transamazônica, a saber: o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER), a Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (ARCAFAR- Transamazônica e Xingu), além de lideranças que participam de cooperativas e associações de agricultores e pastorais da juventude. Nesse caso, são lideranças dentre as quais algumas ao mesmo tempo participam dos conselhos e das entidades selecionadas.

A partir destas situações identificadas, criamos uma caracterização para a organização do trabalho necessária diante das inúmeras lideranças da Transamazônica, tomando como referência as redes de origem de suas militâncias. A primeira forma de liderança, intitulada Catalisadora, é aquela cujo aprendizado e recrutamento deram-se no interior da Igreja Católica, através da Prelazia do Xingu, das Comissões Eclesiais de Base (CEBS) e da influência do Sindicalismo de Santarém. Exerce um papel de catalisadora de relações pela qual passam também muitos laços estabelecidos com outras lideranças. Foram entrevistadas oito lideranças.

O segundo tipo de lideranças é aquele cujo recrutamento se deu prioritariamente pelas lideranças catalisadoras e movimentos sociais (Movimento de Mulheres, Comitê

em Defesa da Vida das Crianças e Adolescentes Emasculados de Altamira, Movimento Xingu Vivo Para Sempre). Elas exercem ou exerceram cargos importantes na estrutura dos Sindicatos de Professores, no SINTEPP e na FETAGRI. Foram entrevistadas dez lideranças.

O terceiro tipo compreende as lideranças mais jovens, recrutadas pelos sindicatos, movimentos sociais e pelas novas formas de organizações: conselhos de desenvolvimento, cooperativas e pastorais da juventude. O termo *jovem* cabe tanto com relação à idade como à constituição da liderança pelo tempo de militância. Foram entrevistadas 12 lideranças.

Essa caracterização pretende dar conta dos espaços percorridos por essas lideranças em suas carreiras de militantes até chegarem às entidades SINTEPP e FETAGRI, culminando com o Partido Político e os cargos ocupados. No capítulo II, apresentaremos um organograma explicativo das redes tecidas.

A partir desta caracterização, das 30 lideranças entrevistadas, nove são mulheres e 21 homens. O número escolhido foi aleatório, não obedecendo a nenhuma amostra quantitativa, mas à intervenção e influência das lideranças nos movimentos e no Território da Transamazônica e Xingu. As entrevistas foram realizadas no período de 2012 e início de 2013. A maioria dos entrevistados estava em diferentes situações no município de Altamira. Somente por três vezes precisamos nos deslocar até outro município do Território. Estes foram Anapu e Pacajá.

Todas as entrevistas foram gravadas. Os temas orientadores das entrevistas foram a trajetória da liderança, desde as relações familiares, com a chegada da família à Transamazônica; a forma de adesão nos movimentos sociais, resgatando quais indivíduos e instituições presentes motivaram seu ingresso na militância e que tipos de vínculos foram traçados pela liderança em sua trajetória até a filiação partidária, além da religião e da escolaridade. Em todas as entrevistas, as perguntas se dirigiam também para compreender os motivos, as percepções e os significados de cada vínculo traçado pela liderança e para os cargos ocupados por ela.

Pesquisamos ainda os arquivos da Prelazia do Xingu, levantando as atas sobre as reuniões, passeatas e mobilizações. Porém, na maioria das reuniões em vicinais, não havia material escrito. Destarte, foi necessário entrevistar os padres e freiras que participaram desses momentos iniciais. Outra instituição não governamental importante para esta tese foi a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), cuja documentação

escrita sobre os movimentos sociais, gritos da Terra e memória dos colonizadores encontram-se muito bem organizados, inclusive por datas.

As entrevistas foram analisadas no final de 2013 e em 2014. Em algumas delas, tivemos de retomar alguns pontos não bem esclarecidos, situados principalmente sobre os vínculos traçados. Analisamos as entrevistas por grupos de lideranças, pontuando os principais vínculos, os sentidos a eles atribuídos, as formas de retribuição encontradas em diferentes momentos, os conflitos e os papéis desempenhados (para identificar o momento em que a liderança assume o papel de doador e de recebedor nas redes).

Os argumentos que intencionam construir a tese estão sistematizados em quatro capítulos, estruturados da seguinte forma. No primeiro capítulo, destacaremos o conceito de redes sociais, fundamentado a partir de autores clássicos, como Simmel (1999); autores contemporâneos, como Marques (2009) e Fontes (2004), que trabalharam nesta perspectiva com comunidades de moradores da periferia em São Paulo, além de autores que tomam como referência as redes nos movimentos sociais, como Melucci (2001). A instrumentalização e a explicação teórica desta tese têm como referência principal o paradigma da dádiva de Marcel Mauss e a discussão contemporânea de autores como Caillé (2002) e Godbout (2002), que ampliaram este debate convertendo e reinterpretando a dádiva mediante outra possibilidade explicativa da realidade, mesmo em tempos de predominância do mercado nas relações sociais.

No segundo capítulo, considerando a importância de distinguir a metodologia sobre itinerários, mas destacando as carreiras militantes, apresentaremos a fundamentação teórica que sustentará as análises sobre as trajetórias das lideranças, alicerçadas no tratamento metodológico que ressalta a “biografia” vinculada à noção de “carreira” (AGRIKOLIANSKY, 2002) dos agentes sociais como base explicativa de suas ações. A noção de “carreira” é importante por dar conta dos relatos de vida, das trocas e do sentido atribuído a elas, identificadas nas redes sociais em diferentes tempos (que podem ser marcados pela religião, sindicato, partido político etc.). Isto nos permitiu também compreender as formas de inserção em outros espaços, como o institucional, além do sistema de obrigações e retribuições inerentes, a nosso ver, à construção de lideranças.

No terceiro capítulo, identificaremos a colonização e a abertura da fronteira amazônica a partir de 1970, com a constituição dos movimentos sociais articulados a um discurso regionalizado de defesa da Transamazônica, bem como a ideia de território como espaço de identidade. É na constituição desses movimentos sociais, organizados

referencialmente em meados da década de 1980, que examinaremos as condições históricas e os processos políticos que fortaleceram grupos e lideranças na Transamazônica. Neste capítulo, mostraremos as formas de organização nas vicinais, a constituição de movimentos sociais até a criação da FETAGRI e do SINTEPP como movimentos importantes para a formação do quadro de lideranças da Transamazônica. Não podemos desconsiderar este momento em que a dádiva está inscrita na capacidade de transcender o egoísmo individual para os benefícios coletivos, resultados da organização de agricultores. Este discurso está presente na Prelazia do Xingu, nas ações implementadas por este setor da Igreja Católica na Transamazônica e na CSLU.

No quarto capítulo, analisaremos, à luz do paradigma da dádiva, as diferentes formas de reciprocidade, as obrigações e acordos decorrentes dos vínculos nas redes tecidas na carreira das lideranças: o ingresso, a vinculação com os sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, Igrejas, ONGS etc., além dos laços constituídos e pertinentes para os vínculos. Identificaremos os espaços de atuação das lideranças, ressaltando, em suas trajetórias, as redes de procedência da militância, os processos de socialização, a função política representada pela militância no sindicato, associação ou partido político, a posição que ocupam em suas organizações e as formas de retribuição e reconhecimento.

Ainda neste capítulo, a atuação das mulheres lideranças ganhará destaque em virtude do número reduzido de mulheres entrevistadas (9) em relação aos homens (21). Outro elemento que não será analisado nesta tese será o papel das lideranças em tempos de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o que se justifica pela época em que foram realizadas as entrevistas, quando as lideranças começavam a participar de fóruns, os quais culminaram, em 2013, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu (PDRSX) e com a formação de comitês técnicos, dos quais muitas lideranças participam. Algumas reflexões sobre este tema serão abordadas na Conclusão deste trabalho.

CAPÍTULO I - REDES SOCIAIS E DÁDIVA

O objetivo deste capítulo será apresentar as principais referências teóricas que dão suporte a esta tese: as Redes sociais e Dádiva. As redes sociais são os espaços privilegiados de socialização militante das lideranças e também da construção de diferentes vínculos, sejam eles familiares, religiosos, sindicais ou partidários. Apresentamos a análise de redes sociais em diferentes campos disciplinares. Os pioneiros desses estudos vêm da Psicologia, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Encontramos em Marques (2010) outra referência importante para o debate sobre redes, baseado nos vínculos sociais que os indivíduos dispõem ao longo de suas trajetórias de vida. Para ele, há diferentes tipos de redes, com um alto grau de heterogeneidade entre as pessoas.

Na dádiva, destacamos o campo dessa discussão a partir dos modelos que regem as teorias sobre o individualismo metodológico e o holismo. A primeira é incapaz de observar o vínculo social em que a ação humana é condicionada *a priori* nos limites da racionalidade interessada; na segunda, a ação humana está condicionada à coerção social. Sem esgotar essa temática, destacamos suas principais diferenças com a teoria da dádiva.

Como a chave de análise construída para essa tese se apoia na teoria da dádiva, a compreendemos a partir do estudo pioneiro de Marcel Mauss no livro *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas* (MAUSS, 1925). Para este autor, a dádiva é apresentada como um fato social total, complementando (e não se opondo) a ideia central de Durkheim sobre o fato social e o símbolo. Assim, focalizamos nossa análise nas diferenças entre estes autores.

Na extensão das ideias de Mauss, tomaremos a discussão mais contemporânea de autores como Caillé (1998, 2002) e Godbout (2002), participantes do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS), escola filiada à tradição teórica de Marcel Mauss. Estes autores ampliam a discussão sobre o paradigma da dádiva, superando a dicotomia clássica da Sociologia entre agência e estrutura ao evidenciar que os bens que circulam na sociedade não são apenas materiais, mas também simbólicos.

A análise tomando como referência as redes nos permitiu compreender os vínculos sociais traçados ao longo de suas trajetórias e como estes são instauradores de alianças, além de operadores privilegiados para analisar as formas de dádiva.

1.1 As redes nas Ciências Sociais

A análise sistemática das redes e seus padrões, baseados em estudos empíricos data das primeiras décadas do século XX, com os trabalhos pioneiros de Jacob Levy Moreno (1889-1974). Como psicólogo, denominou de “geografia psicológica” as representações de família, grupo, mundo e universo. Enfim, o lugar em que a pessoa se situa e se expressa em seus inter-relacionamentos. Para este autor, os seres humanos são criadores e cocriadores, vivendo num mundo de relações interpessoais de interdependência mútua. Este estudioso desenvolveu, em seus trabalhos nos Estados Unidos, na década de 1940, dois conceitos importantes: a “sociometria” e o “psicodrama”.

A sociometria visava a mensurar as relações entre os membros do grupo, evidenciando as preferências e rejeições presentes nas relações grupais, os vínculos estabelecidos entre forças sociais individuais e os vínculos como formadores sociais. Em vários estudos, Jacob Moreno utilizou uma técnica formulada com representações gráficas, que permitia um questionário com um número limitado de perguntas (até cinco). Cada membro do grupo era interrogado sobre suas preferências em situações muito concretas e por ordem de prioridades. “Os resultados do teste são registrados em um quadro de dupla entrada denominada por matriz sociométrica, apresentando as suas preferências e rejeições” (MORENO, 1972, p. 72). Apesar de ser um teste aplicado a pessoas direcionadas pela amostra, foi importante, na época, como estudos sobre as inter-relações e o reconhecimento de redes sociais na formação de lideranças. Identificaram-se, nas redes sociais, conjuntos específicos de ligações entre um determinado conjunto de indivíduos, a formação de grupos de interesses e os indivíduos que não estavam conectados à rede social.

No psicodrama, de acordo com Moreno (1972), há três regras, sendo a primeira a integração de três partes, como o aquecimento, a ação e a volta ao grupo. A segunda regra é a de que o sujeito escolherá, sempre que possível, o momento, o lugar, a cena e o ego auxiliar necessário para a representação do psicodrama. A terceira regra é que a representação psicodramática deve procurar uma aproximação gradual de situações traumatizantes para o sujeito, proporcionando tempo para que ele se adapte progressivamente. A importância do psicodrama é representada pela passagem do tratamento do indivíduo isolado para o tratamento do indivíduo em grupos; do tratamento do indivíduo com métodos verbais para o tratamento com métodos de ação.

O psicodrama como modelo nasceu em Viena, tendo como marco o ano de 1921, ocasião em que Jacob Moreno realizou a sua primeira sessão pública de Sociopsicodrama. A Sociometria e o psicodrama foram usados por Moreno em estudos importantes realizados com prisioneiros e em uma escola para moças. As pesquisas do referido autor buscaram demonstrar que os indivíduos eram essencialmente parte de um grupo e suas redes traçadas ao longo da vida eram fundamentais para o papel desempenhado na sociedade.

Se a análise sistemática de redes pode ser atribuída a Moreno, a preocupação das Ciências Sociais com as redes e seus efeitos, bem como com os padrões de conexões entre os indivíduos, é bastante antiga, remontando a clássicos como Georg Simmel (1858-1918). Para este autor, uma sociedade toma forma a partir do momento em que os atores sociais criam relações de interdependência ou estabelecem contatos e interações sociais de reciprocidade. Concebendo a sociedade como produto das interações individuais, Simmel formula o conceito de “sociação” para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam. É um filósofo que analisa os processos de interação nos quais a sociedade existe a partir do momento em que os indivíduos estão em interação uns com os outros e têm consciência dessa ligação. “A sociedade não é constituída pelos indivíduos, mas preexiste a eles e os constitui socializando-os” (VANDENBERGUE, 2005, p. 19).

Nos processos de socialização, Simmel leva em conta a mediação pela cultura e as instituições, aproximando-se de Durkheim quanto aos fatos sociais. Para Durkheim (1982), os fatos sociais são o objeto de estudo da Sociologia. Trata-se de “toda maneira de agir ou pensar fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, apresentando uma existência própria independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 1982, p. 12). Os fatos sociais, para este autor, são diferentes dos fatos estudados por outras ciências por terem origem na sociedade, e não na natureza (como nas ciências naturais) ou no indivíduo (como na psicologia).

Mas a aproximação com Durkheim se encerra neste patamar. Simmel avança na análise dos fatos sociais e na importância de interações para a constituição da Sociedade. Esta interpretação se faz presente em seus estudos sobre a modernidade, tomando como referência o dinheiro. No ensaio *Philosophie des geldes* (1900), Simmel compreende os fenômenos econômicos, mais precisamente o dinheiro, como um “símbolo”, movimentando a totalidade da sociedade e de suas instituições, que exprime e condensa todas as relações sociais. Sua análise sociológica procura responder como o

dinheiro direciona “[...] a uma linha diretriz conduzindo aos valores e significações últimos de tudo o que é humano” (VANDENBERGUE, 2005, p. 19). O dinheiro, “símbolo” da modernidade, é considerado como um “fato social total”, aproximando-se, assim, de Marcel Mauss.

A aproximação de Simmel com Mauss se dá na importância da troca como resultado de interações. Para Mauss, nas sociedades arcaicas apresentadas na obra *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, as trocas não são apenas coisas do passado mesmo na sociedade moderna, pois semelhantes modalidades de troca figuram como um fato social total. O mercado na sociedade moderna não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos. O fato social total compreende que a natureza dos bens produzidos pelos membros da comunidade não é apenas material, no valor atribuído às coisas, mas também simbólica.

Para Simmel, as interações sociais e as relações de interdependência não representam necessariamente a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos. As interações sociais podem prefigurar relações conflitivas, relações de interesse mútuo e relações de subordinação (ou dominação). O conflito, porém, é concebido por Simmel como algo benéfico porque é um momento que sinaliza o desenvolvimento da tomada de consciência individual, que teria uma função positiva para a sociedade como um todo, principalmente à medida que o conflito fosse superado mediante acordos. Ele avança na perspectiva das interações e dos processos de sociabilidade, diferenciando-se peremptoriamente da visão de Durkheim, com a ideia de totalidade maior que os indivíduos e dos conflitos como resultados de uma sociedade em anomia.

A utilização do conceito de redes sociais na Antropologia surge principalmente entre os autores britânicos nos anos de 1950. Os trabalhos de Max Gluckman (1911-1975), um dos expoentes principais dos estudos de rede, expressam a preocupação com a descrição das relações entre grupos e revelam dinâmicas complexas em sociedades que saíam do jugo colonial europeu. Em *Análise de uma situação social na Zululândia moderna* (1958), Gluckman evidencia as relações entre os grupos africanos (Zulus) e brancos europeus no norte da Zululândia, detalhando como de um evento particular, a inauguração de uma ponte, pode-se “[...] abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade” (GLUCKMAN, 2010, p. 239).

Estes estudos procuram desviar a atenção dos sistemas culturais, em que a análise privilegiada estava centrada no grupo restrito, para dar atenção aos sistemas de redes de relações sociais, implicando estudar as interações individuais na estrutura social comunitária. O estudo de J. A Barnes (1918-2010) intitulado *Redes Sociais e processo político* (1954) é pioneiro ao estudar uma comunidade na Noruega, os Bredes. Empregando a ideia de rede social, Barnes descreve “[...] como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma os indivíduos usavam laços pessoais de parentesco e amizade em Bredes” (BARNES, 2010, p. 173). Os laços sociais foram importantes para Barnes compreender o acesso ao emprego ou a cargos políticos na comunidade estudada.

Pouco tempo depois, o estudo de Elizabeth Bott (1924 -) *Família e rede social* (1957), com dados coletados nos distritos suburbanos de Londres, toma como hipótese central que a estrutura de redes de parentes, amigos e vizinhos exerce influência direta na definição das relações familiares. A autora apresenta dois conceitos de redes: as redes de “malha estreita”, aquelas em que existem muitas relações entre os membros, e redes de “malha frouxa”, aquelas em que existem poucos relacionamentos. A segregação dos papéis conjugais está relacionada ao grau de conexão da rede total da família. Quanto mais conexa for a rede de uma família, maior será a segregação dos papéis entre marido e mulher.

A retomada destes autores em suas ideias centrais aponta para a compreensão das interações sociais, seus resultados e repercussões. A análise centrada em redes sociais

consiste nos fenômenos sociais cujas unidades básicas são as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos. Nesse sentido, o mundo social seria constituído ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação (MARQUES, 2010, p. 44).

Estes padrões de relações estão ligados aos vínculos sociais que os indivíduos dispõem entre si. Os vínculos podem ser materiais e imateriais e estão em constante transformação. Segundo Marques (2010), em um estudo realizado em São Paulo, este autor identificou três principais tipos de redes. As redes totais, estudando parcelas ou redes inteiras de contextos sociais específicos. As redes pessoais, ou egocentradas, são aquelas que cercam os indivíduos, incluindo os contatos de sociabilidade de cada

indivíduo. Nas redes egocentradas consideram-se apenas as relações diretas dos indivíduos e as eventuais relações entre esses contatos primários. Portanto, ela limita a sociabilidade dos indivíduos a contatos primários. Para Marques (2010), as redes egocentradas são normalmente estruturadas com sujeitos que se identificam e partilham características socioculturais. As redes individuais, por sua vez, são aquelas em que se considera o contexto e a sociabilidade do indivíduo.

Para Fontes (2004), a análise de redes fornece uma explicação do comportamento social baseada na interseção entre os atores, ao invés de se pautar somente pelos efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais, ou mesmo concebê-las em seus efeitos cumulativos de múltiplas interações. Para este autor, ao compreendermos as redes de forma relacional, podemos observar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social, mas também o modo como eles o utilizam e o modificam consoante seus interesses.

As redes sociais sempre representam recortes artificiais de contextos relacionais mais amplos. Os tipos de redes apresentadas não são definitivos; elas podem mudar e se reorganizar, criando novas redes. Qualquer análise priorizando as redes leva em conta combinações de relações que são formadas desde as redes iniciadas no processo primário, como família, parentes, amizade, quanto a outros padrões de sociabilidade, como as referências territoriais e as instituições que interagem com estas redes.

Para Galaskiewicz (1994, p. 12), a “análise de redes une as perspectivas micro e macro porque permite ao pesquisador focar sua atenção tanto na ação individual quanto no comportamento inserido em um contexto estrutural mais amplo”.

Procuramos mostrar como as redes sociais, pela sua complexidade, não devem ser analisadas unicamente a partir dos atributos dos indivíduos (sexo, idade, religião) e/ou da determinação da estrutura sobre a ação do indivíduo. Para dar conta desta complexidade, as redes sociais podem ser descritas a partir de Fontes (2004), apresentando o conceito de **relé social** como sendo o mecanismo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para novas redes, criando, assim, redes de redes. Ou seja, a partir de laços preexistentes, acessamos pessoas e nos inserimos em outros espaços institucionais e em locais de sociabilidade.

A importância deste conceito reside principalmente na perspectiva de mobilização, recrutamento e inserção de militantes de movimentos sociais, nos tipos de laços efetivados e nos vínculos definidores ou não de sua inserção em novas redes. Portanto, as redes sociais, na perspectiva de relé, não podem estar desvinculadas de

diferentes vínculos processados e do contexto no qual estão imersos os militantes. Retomaremos estas questões nas narrativas de lideranças no capítulo IV.

Relés sociais é um conceito introduzido por Thomas Ohlemacher (1992). Foi empregado por este autor para explicar, a partir de redes egocentradas, o recrutamento de militantes de movimentos sociais e a formação de “redes de redes”. As relés sociais são redes que funcionam como contexto para relações face a face. As funções das relés são as seguintes:

- as relés ligam redes não conectadas anteriormente. Atuam como *brokers* entre estrangeiros ou grupos de estrangeiros. Pessoas em contato com outras através de pontes estabelecidas a partir de contatos sociais preexistentes.
- As relés se estruturam basicamente através de círculos sociais que entrecruzam processos de sociabilidade originários de redes egocentradas.
- algumas dessas redes funcionam como redes de mediação e geram novas redes. As redes apresentam dinamicidade à medida que elas criam novas redes e renovam o conteúdo das redes antigas (redes de procedência). Esta última característica é importante para o estudo das redes sociais nas trajetórias de lideranças, pois a relação entre as redes de mediação de procedência e as novas inserções institucionais é um ingrediente importante para a compreensão dos processos de recrutamento de ativistas sociais.

A relé aponta para um grau de heterogeneidade das pessoas na rede e, com isso, maior é o potencial de expansão da rede a partir de uma relé. Os padrões de sociabilidade são fortemente móveis e instáveis. Snow (2001) afirma que os processos de recrutamento são influenciados pela

proximidade estrutural, disponibilidade e interações afetivas entre os membros do movimento, indicando que os processos de recrutamento são fortemente influenciados pelas redes dos militantes, que trazem para o movimento novos membros (SNOW, 2001, p. 28).

Fundamentalmente, para esta autora, a importância das redes nos processos de mobilização e participação de indivíduos em movimentos sociais reside em que as “redes socializam e constroem identidades individuais” (SNIW, 1980, p. 54).

As redes sociais se vinculam também ao conceito de círculos sociais. O “círculo social é definido como a forma de integração de seus membros através de curtos canais de interação” (FONTES, 2004, p. 22). Este conceito reporta-se à ideia de que seus membros dispõem de oportunidades diferenciadas de acesso a recursos a partir de contatos estabelecidos no interior do círculo e de pontes para outros campos de sociabilidade, construídos a partir de membros do círculo social a que pertencem. Os indivíduos, a partir de suas trajetórias de sociabilidade, são introduzidos em uma série de círculos sociais, desenhando o campo social em que estão inscritos. Estes círculos e campos geralmente têm um forte conteúdo de homofilia⁷ (isto em um primeiro momento), mas também implicam relações não necessariamente ancoradas em laços identitários fortes. Nesse caso, então, a noção de redes intermediárias explica melhor outros campos de socialização.

Estas redes se localizam em um campo de sociabilidade mais amplo, com vínculos de pertencimento entre seus membros mais frouxos e com uma expansão territorial mais ampla, o que sugere uma complexa estruturação de pontes entre redes que compõem este nível intermediário (MARQUES, 2010, p. 68).

As redes também se caracterizam pela multiplexidade, que diz respeito à sobreposição de laços sociais com localização em campos institucionais diversos. Pode-se compreender a multiplexidade mediante os diversos papéis que os indivíduos exercem em diversos contextos e sociabilidade: parentesco, vizinhança etc. Segundo Ficher (1982), a multiplexidade orienta redes sociais mais fechadas, ancoradas em laços fortes. Estas redes normalmente são menos permeáveis ao surgimento de novos membros e também menos abertas para o estabelecimento de pontes com outros campos institucionais, o que dificulta o processo de mobilização coletiva.

A mobilização coletiva e sua compreensão a partir da análise de redes elucidam-se com outro autor que centrou suas investigações em movimentos sociais, Alberto Melucci. Para Melucci (2001), a compreensão das ações coletivas deve combinar a análise da subjetividade das pessoas com o estudo das condições políticas e ideológicas de um dado contexto histórico. Assim, a identidade coletiva é o resultado de trocas, negociações, conflito entre os atores. A construção da identidade coletiva implica

⁷ Relações homofílicas são aquelas constituídas entre pessoas de mesmo atributo: sexo, idade, renda, escolaridade etc.

investimentos contínuos. A importância destas questões está em recolocar a ação coletiva dos militantes de movimentos sociais para além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica, baseada nos ganhos materiais. Para este autor,

é necessário desenvolver uma teoria da produção rompendo a equivalência entre produção e relações econômicas para torná-las adequadas às condições de produção das sociedades complexas. Isto porque tanto o utilitarismo quanto o determinismo negam à Sociologia a possibilidade de explicação a partir das relações sociais e a capacidade de pessoas envolvidas em fazer e dar sentido às suas ações coletivas, pluralidades de sentido e relações (MELUCCI, 2001, p. 57).

As redes sociais seriam um mobilizador para a participação dos atores nas ações coletivas. Ele destaca os processos de interação e negociação com diferentes orientações e projetos políticos dos atores. Estes atores não se apresentam de forma homogênea e diferem profundamente do ator coletivo politicamente organizado. Dois conceitos são importantes para Melucci (2001): o conflito e a solidariedade. O primeiro não se reduz à luta para a satisfação das necessidades e aquisição de bens materiais. A solidariedade não está separada da busca pessoal e das necessidades de seus membros, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos. O estudioso reforça, então, as redes de movimentos em sociedades complexas como desdobramentos de “[...] redes subterrâneas de grupos de encontro e circuitos de solidariedade” (MELUCCI, 2001, p. 72). As redes de ação coletiva teriam as seguintes características:

As redes estariam ligadas (1) à vida cotidiana (2) à identidade do grupo e transformariam a ação coletiva visível em situação de latência (3) a mudança é apenas uma condição de mobilização (4) a agregação que resulta da mobilização não persegue os objetivos de longo prazo (MELUCCI, 2001, p. 98).

A tese de uma rede em constante movimento aparece como um conceito adequado para explicar a dinâmica das relações humanas, que não podem ser reduzidas nem à liberdade individual nem apenas ao constrangimento coletivo. A rede está em movimento constante. “Assim, efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (MARTINS apud ELIAS, 2004a, p. 35). A ideia de Elias (2004a) é de uma dinâmica de relações humanas baseada no movimento constante e na troca social.

1.2 Simbolismo e fato social para Émile Durkheim e Marcel Mauss

1.2.1 Fato social e símbolo para Durkheim

Com o intuito de buscar os elementos fundantes da dádiva na tradição durkheimiana, encontramos na obra *A divisão do trabalho social* (1893) uma compreensão do fato social em uma perspectiva funcional e histórica. Nesta obra, Durkheim afirma que o estudo da solidariedade é um fato social. Ela é, porém, um fenômeno totalmente moral, que, por si, não se presta à observação exata nem à medida. “A divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade” (DURKHEIM, 1999, p. 02).

Na divisão do trabalho, a solidariedade social se exprime de duas formas: a solidariedade mecânica e orgânica. Na primeira, típica das sociedades pré-capitalistas, os indivíduos pertencem a uma coletividade, pois se identificam através da família, da religião, da tradição e dos costumes, reconhecendo os mesmos valores e os mesmos sentimentos. Durkheim denomina de consciência coletiva o conjunto de crenças e dos sentimentos comuns a uma mesma sociedade.

É, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, elas permanecem [...]. Ela é o tipo psíquico da sociedade. A consciência coletiva é toda consciência social, isto é, se estende tão longe quanto a vida psíquica da sociedade (DURKHEIM, 1999, p. 28).

Nas sociedades de solidariedade orgânica, os laços se dão através da divisão do trabalho social. A união social é formada pela interdependência entre os indivíduos e não pelos costumes e tradições.

Os indivíduos não se assemelham; são diferentes e necessários, como os órgãos de um ser vivo. Assim, o efeito mais importante da divisão do trabalho não é o aumento da produtividade, do rendimento das funções, mas a solidariedade que gera entre os homens⁸. A passagem da solidariedade mecânica para a orgânica se dá através de uma perspectiva histórica. A solidariedade mecânica vai perdendo espaço para a orgânica à medida que a sociedade evolui. A maneira pela qual os homens são solidários afeta

⁸ Id. p. 27.

diretamente a estrutura das sociedades. Não obstante, a função moral da divisão social é o elemento chave para a integração dos indivíduos na sociedade. Nesse sentido, a solidariedade, na teoria de Durkheim, desempenha uma função importante sobre o comportamento dos indivíduos, exercendo uma pressão de ordem moral. É, portanto, um fato social.

No pensamento de Durkheim, o fato social é o núcleo central da teoria sociológica. Para que um fenômeno seja considerado social, é preciso que seja geral, independente e coercitivo e exerça uma pressão moral sobre o comportamento do indivíduo. O estudioso considera fato social como uma “coisa”, tal como o objeto das Ciências Naturais, definindo, assim, a objetividade do conhecimento sociológico. A explicação da causa do fenômeno social não reside na ação individual, mas em outro fenômeno social. O objeto sociológico são as representações ou as consciências coletivas que se opõe às consciências individuais.

No livro *As formas elementares da vida religiosa* (1912), Durkheim estuda as formas primitivas de religião. Ao se dirigir às religiões primitivas,

não é com a intenção de depreciar a religião em geral, pois aquelas religiões não são menos respeitáveis que as outras. Elas respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem das mesmas causas: portanto, elas podem servir para manifestar igualmente bem a natureza da vida religiosa e, por conseguinte, para resolver o problema que desejamos tratar (DURKHEIM, 2009, p. 37).

O autor direciona sua análise para a dualidade sagrado-profano, fazendo da religião uma realidade intelectual, enquanto os rituais fazem dela uma força moral: uma entidade que define limites entre o certo e o errado e os faz operar na medida em que recompensa quem está certo e pune quem está errado. Durkheim (2009) conclui que a religião é um fato social porque impõe uma sanção psicológica no ordenamento da vida individual. Por sua vez, as representações religiosas são representações coletivas, com realidades coletivas. Os ritos são exemplos disso. A religião é um produto do pensamento coletivo. Um quadro abstrato e impessoal que envolve não apenas a nossa existência individual, mas a da humanidade. Assim, a religião é um fenômeno simbólico, uma crença humana coletiva que impacta na produção das solidariedades entre pessoas (coletivas e individuais) e na organização da vida social.

A unidade das pequenas sociedades tradicionais é assegurada pela existência de uma forte consciência coletiva. A unidade dessas sociedades é devida ao fato de os seus

membros aderirem a crenças e a sentimentos comuns. Isto lhes permite relacionar as crenças religiosas e cognitivas no interior de uma teoria geral das representações coletivas que não se fecha num sistema teórico holístico simples, mas que se abre para as tensões dualistas fundadas nas representações, pois “os primeiros sistemas de representações que o homem produziu no mundo e de si próprio são de origem religiosa” (DURKHEIM, 2009, p. 15).

Outro dado neste estudo torna-se relevante nas “Formas Elementares”: as categorias de sagrado e profano. Esta dualidade é uma característica de todas as crenças religiosas e pode ser facilmente observada em ambas as religiões, primitivas e modernas. O sagrado não é objetivamente definido, mas abrange um aspecto da realidade que é separado do comum. É o oposto do profano, que é onde nós vivemos. Por isso, estas seriam categorias que dificilmente se classificam na mesma unidade de tempo e de espaço.

Em razão da barreira que separa o sagrado do profano, diz ele: “o homem só pode entrar em contato íntimo com as coisas sagradas se se despojar do que há de profano nele” (DURKHEIM, 2009, p. 328). Por outro lado, sugere, podem-se manejar as coisas profanas nas atitudes, nos gestos e nas linguagens, pois elas participam de algum modo da experiência religiosa. Afirma ainda que mundo exprimido pelo sistema total dos conceitos é aquele que a sociedade representa. “Somente a sociedade pode nos fornecer as noções segundo as quais ele deve ser representado” (DURKHEIM, 2009, p. 491). Assim, a ação domina a vida religiosa pelo simples fato de a sociedade ser a sua fonte.

Para Durkheim (2009), o simples relacionamento social entre os homens não é suficiente e essencial na sociedade, sendo importante constituir categorias fundamentais do entendimento humano. Deve, destarte, haver um grupo próprio que defina sua identidade a partir do compartilhamento de estruturas simbólicas e normativas. É, assim, a partir do entendimento da constituição do grupo social não como mera função mecânica, mas como ação organizada a partir de solidariedades consentidas socialmente entre grupos e indivíduos morais, que se desenvolve a noção de todo social durkheimiano. Esta noção nos ajuda a compreender que sua teoria do pensamento coletivo não é mera projeção da divisão funcional e histórica, mas ação incorporada moral e simbolicamente pela coletividade num contexto de individualização social. Nesse debate, o simbólico ganha força como campo de produção do conhecimento sobre a realidade, a partir das significações mutuamente compartilhadas.

A sociedade, para Durkheim (2009), é uma categoria total que se realiza por subcategorias. Para que seja formada a primeira sociedade, é preciso que a força dos homens associados se transfira para essa primeira representação coletiva. Ao remeter à totalidade, esse símbolo coletivo do grupo é sacralizado por encarnar a maior das forças da natureza: a da associação dos homens. Assim, o fenômeno social apenas se completa quando é incorporado num símbolo (DURKHEIM, 2009). O símbolo, então, é exterior à força dos homens.

1.2.2 Fato social total e símbolo para Marcel Mauss

Em *Formas Elementares*, Durkheim deixa claro que a vida social só se torna possível graças a um vasto simbolismo. “Os sentimentos coletivos podem igualmente encarnar-se em pessoas e fórmulas: há fórmulas que são bandeiras; há personagens reais ou míticos que são símbolos” (DURKHEIM apud CAILLÉ, 2002, p. 222). Tanto Durkheim quanto Mauss nomearão de símbolos aquilo que se designava como representações. Marcel Mauss ampliará o campo de aplicação desta noção.

Através da noção de simbolismo, Mauss vai se distanciando da rigidez do sistema de Durkheim e de suas dicotomias entre sagrado e profano, coletivo e individual, normal e patológico. Mauss supera a posição objetivista de Durkheim, que distinguia, de um lado, a realidade social e, do outro, as representações coletivas. Em Mauss, a realidade social é concebida como simbólica. Em Durkheim, o simbolismo estava presente na sociedade; contudo, não como intrinsecamente ligado à realidade social, mas como ponto de afirmação da unidade moral entre os indivíduos. O símbolo é, para Durkheim, a exterioridade dos fatos sociais à representação da realidade.

Diferentemente de Durkheim, que ficou prisioneiro de uma preocupação cientificista de objetivação da realidade social, Mauss compreendeu-a como sendo primeiramente instituída por uma dimensão simbólica, existindo uma estreita ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente de as mesmas serem modernas ou tradicionais. No pensamento deste cientista, conforme esclarece Camile Tarot, “o simbolismo não constitui um território balizado, mas uma terra de exploração; trata-se de um continente a descobrir e a rememorar, algumas vezes uma terra a exumar, como o dom” (TAROT, 1998, p. 25).

Segundo Caillé (2002), Mauss não concebe o símbolo como uma representação do real, mas como constituinte da realidade mesma. Nesse sentido, os símbolos não são

fatos sociais, mas constituintes da realidade. A realidade não é algo objetivo que se situe além dos indivíduos: ela precisa acessar a realidade através da interpretação do simbolismo.

A sociedade é, então, um fenômeno total, embora esteja aberta de modo ambivalente às suas diferenças individuais. A sociologia de Mauss, ao dar ênfase à ideia de uma totalidade que não é mera representação objetivista (como se verifica em Durkheim), mas simbólica, desfaz esses dogmas dualistas e separatistas, sendo a sociedade um todo integrado por significações circulantes (gestos, risos, palavras, presentes, sacrifícios, etc.). Desse modo, a análise sociológica da realidade social deve não apenas considerar os múltiplos signos/símbolos que articulam os indivíduos e as instituições sociais em uma única e mesma rede, mas, para isso, a análise crítica deve estar aberta a uma compreensão complexa da experiência. Tal perspectiva de uma totalidade que é ambivalente implica dizer que a criação do vínculo social ocorre no interior das práticas sociais, “[...] desde seu meio, horizontalmente, em função do conjunto de inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores propriamente sociais” (CAILLÉ, 2000, p. 19). Para Merleau Ponty, “Ao conceber o social como um simbolismo, Mauss descobriu uma forma para respeitar a realidade do indivíduo, a do social, e a variedade das culturas, sem torná-las impermeáveis uma à outra” (MERLEAU-PONTY apud CAILLÉ, 2002, p. 223).

Assim, para Mauss, o fato social não é mais considerado como coisa, mas um símbolo. Surge então a noção de fato social total, que, ao englobar a noção de simbolismo, permite que a sociedade seja analisada não só como uma totalidade de fenômenos e instituições, mas também como uma totalidade instituída pela produção simbólica dos homens. O holismo não coloca o surgimento do laço social, mas “postula que o laço social sempre está dado de saída e preexiste ontologicamente à ação dos sujeitos sociais” (CAILLÉ, 1998, p. 105).

Ao definir a sociedade como um “fato social total”, Mauss compreendeu que a vida social é essencialmente um sistema de prestações e contraprestações que obriga a todos os membros da comunidade. Mas entendeu, também, que essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra (MARTINS, 2005, p. 32)

Para Caillé (2002), Marcel Mauss avançou em relação às teorias de Durkheim, superando a primazia da sociedade sobre o indivíduo, mas, sobretudo, superando também a tendência ao economicismo que considera tudo como um cálculo custo/benefício, representando a cristalização da visão utilitarista do mundo.

Nas teorias de Mauss, a dádiva é um dom arcaico. É, ao mesmo tempo, obrigatória e livre, interessada e desinteressada. Um fato social que aglutina todas essas dimensões, englobando simultaneamente o aspecto econômico, político, religioso, lúdico etc. O mercado e o Estado devem ser compreendidos como formas de especialização e de autonomização daquilo que no dom permanecia obscuro. O mercado autonomiza a lógica do interesse; o Estado, a dimensão da obrigação. Mas, a existência do social não se reduz ao mercado e ao Estado. Há dimensões do social que não devem ser desconsideradas, como a sociabilidade primária (família, vizinhança, amigos, associações etc.), em que a regra social essencial é sempre a do dar-receber-devolver. É apenas através dela que nos tornamos plenamente humanos (CAILLÉ, 2002).

A dádiva de que fala Mauss não se confunde com a tradução que o senso comum faz do termo. No Brasil, por exemplo, ela é, sobretudo, identificada com as ideias católicas de caridade e de bênção. Esta conotação foi muito influenciada pela cultura religiosa ibérica e, em particular, a lusitana, associando o dom ao imaginário católico tradicional. Embora caridade e bênção correspondam a certo tipo de dádiva, é importante, desde logo, assinalar que, para Mauss, o termo tem uma significação mais ampla. Para ele, a dádiva é uma lógica organizativa do social, apresentando um caráter universalizante e que não pode ser reduzido a aspectos particulares como aqueles religiosos ou econômicos.

1.3 Individualismo e holismo nas Ciências Sociais

Não se trata aqui de apresentar todo o arsenal teórico sobre as distinções do que seja holismo e individualismo. Antes, trata-se de evidenciar o quanto estas teorias são criticadas pela dádiva, mostrando como privilegiaram modelos de ação centrados em torno do atomismo tanto quanto do determinismo pela socialização. As premissas principais serão enunciadas para diferenciá-las da dádiva.

O individualismo metodológico nasce simultaneamente com a ciência econômica. Adam Smith, com o seu elogio à divisão social do trabalho, ao instaurar

uma coincidência entre interesse individual e interesse geral, marca o nascimento do individualismo metodológico nas Ciências Sociais.

Para Adam Smith, o interesse geral é a soma dos interesses individuais e o indivíduo, perseguindo fins egoístas e racionais, termina por servir ao bem estar geral da população. Este “dado da realidade” torna-se um instrumento metodológico que permite compreender esta mesma realidade. Embora Smith não tenha criado uma metodologia científica de forma sistemática e sob estes pressupostos, isto é verificável em seu procedimento analítico e será o ponto de partida para a elaboração do individualismo metodológico feito posteriormente de forma sistematizada. Se o mercado, baseado em ações individuais, coloca em funcionamento a economia nacional, então se torna desnecessária qualquer regulação estatal desta. A análise, por conseguinte, deve centralizar-se sobre as ações individuais que ocorrem na esfera do mercado, que não passa de uma soma das ações individuais.

Elster (1985), um dos principais representantes desta corrente, define o individualismo metodológico como sendo “a posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser, em princípio, explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações” (ELSTER, 1985, p. 22). Ainda de acordo com este autor, “a doutrina de que todos os fenômenos sociais - sua estrutura e sua mudança - são, em princípio, explicáveis por fatores que envolvem apenas as pessoas, suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações⁹”.

Esta corrente desenvolve-se nos anos 70 do século XX, e pretende-se que seja a metodologia, por excelência, da Sociologia, cujo foco da análise sociológica fundamental recai sobre o indivíduo (toda a unidade munida de poder de ação coletiva) e, por isso, a realidade social é o resultado composto pela justaposição de ações individuais.

Ressalta-se, nesta teoria, a capacidade estratégica do indivíduo, entendido como um ator, mas, sobretudo, como um agente, consciente e responsável, portador de racionalidade, ainda que limitada. Isto quer dizer que, mesmo sujeito a constrangimentos institucionais, presentes em qualquer ação, o indivíduo é detentor de certa margem de autonomia, que lhe permite estabelecer táticas no sentido da satisfação dos seus interesses. As ações dos atores-agentes são sempre explicáveis mediante a

⁹ Id. p. 05.

intenção que preside à sua realização. O individualismo metodológico, apesar de ter se imposto na análise sociológica e de ter tido eco na teoria dos grupos e da ação coletiva, foi bastante criticado pelas perspectivas estruturalistas e culturalistas, que, além de outras críticas, acusaram-no de reduzir a sociedade aos indivíduos.

Já o holismo, como o próprio termo designa, em sentido amplo, contempla um conjunto de teorias que falam da sociedade mais do que do indivíduo. Não valoriza o indivíduo em sua dimensão racional e psicológica, situando-o mais como um elemento dentro de uma estrutura social que orienta e explica a sua ação. O holismo está presente também nas teorias de Durkheim, na dualidade clássica entre indivíduo e sociedade. Para este autor, a ideia de totalidade é central na constituição da sociedade. O ator social vai além das leituras psicologizantes, individualistas e utilitaristas da época. O seu objetivo maior estava em definir a Sociologia como ciência distinta em método da Psicologia. Nesta tentativa de delimitação, o indivíduo aparece como estrutura moral e social e não como estrutura cognitiva e psicológica (MARTINS, 2004a).

Podemos afirmar que o termo fundamental utilizado por Durkheim que deixa explícito o seu holismo metodológico é o de fato social, já explicado anteriormente. Com o fato social, encontra-se uma concepção de sociedade que tem uma importante consequência para a estruturação do método sociológico: a ideia de que a sociedade molda o indivíduo. Ademais, também se verifica sub-repticiamente a ideia de que estes indivíduos se relacionam através das instituições e estas dão forma às regras, punições, enfim, às estruturas judiciais e estatais.

Após Durkheim, o holismo metodológico também foi sistematizado pela abordagem funcionalista na Antropologia. Embora Durkheim seja considerado o fundador do método funcionalista por muitos, o certo é que com Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown é que se torna um método sistemático e o termo *função* ganha um papel de primeira ordem. Para Malinowski, a cultura é uma totalidade integrada, ou seja, um todo orgânico. Este todo orgânico possui um fim em si mesmo.

Tais observações estão presentes no *Kula*, como formas de troca praticadas por comunidades localizadas num extenso conjunto de ilhas do norte ao leste e extremo oriental da Nova Guiné, documentados pelo autor entre 1914 e 1918 no livro *Os Argonautas do pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné Melanésia* (1922). Na sua clássica análise do *Kula*, ele afirma: “*Kula* não se realiza sobre a pressão de quaisquer necessidades, visto que seu objetivo principal é o de permuta de artigos que não têm nenhuma utilidade

prática” (MALINOWSKI, 1978, p. 53). Como não existe “pressão exterior” e o objetivo do Kula é a permuta de artigos, então ele tem como finalidade a sua própria reprodução. Nesta concepção, a cultura é um todo que funciona, tal como um organismo. Sendo assim, tudo que é parte integrante da totalidade integrada tem uma função. Esta função, por sua vez, tem como finalidade a reprodução do todo.

Ao estudar o comportamento dos nativos e todos os costumes em questão, vemos que o *Kula* constitui, sob todos os aspectos, o objetivo principal: as datas são fixadas, as atividades preliminares estabelecidas, as expedições organizadas, a organização social determinada não em função do comércio, mas, sim, em função do próprio *Kula*. A grande festa cerimonial ao iniciar-se uma expedição refere-se ao *Kula*; a cerimônia final da avaliação e contagem dos espólios referem-se ao *Kula* e não aos objetos obtidos pelo comércio. Finalmente, a magia, que constitui um dos principais elementos de todo esse processo, refere-se exclusivamente ao *Kula* e isto se abriga até mesmo ao conjunto de mágicas com que se encantam as canoas. Alguns dos rituais mágicos do ciclo são executados tendo por objetivo as próprias canoas; outros têm por objetivo o *Kula*. A construção de canoas está em conexão direta com uma expedição do *Kula*.

Destarte, a relação entre indivíduo e cultura (sociedade) é marcada por uma relação de subordinação. O indivíduo está subordinado à sociedade. Esta é uma totalidade orgânica cuja finalidade é reproduzir-se, sendo os indivíduos os agentes determinados desta finalidade.

A escola funcionalista na Antropologia foi desenvolvida por outro pesquisador de grande importância na história desta disciplina científica. Trata-se de A. R. Radcliffe-Brown. Este autor define sua concepção de vida social comparando-a com a vida orgânica, dando significado aos termos *totalidade* e *função*:

A vida de um organismo concebe-se como sendo o funcionamento da sua estrutura. É através de e por meio da continuidade desse funcionamento que esta continuidade de estrutura se mantém. Se considerarmos uma parte qualquer recorrente do processo vital, como por exemplo, a respiração, a digestão, etc., a sua função é o seu papel, ou seja, a sua contribuição para a vida do organismo na sua totalidade (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 73).

Observamos que o holismo metodológico de Radcliffe-Brown apresenta o mesmo princípio de Malinowski, apesar de algumas diferenças de pormenor. A

sociedade é uma totalidade. As partes componentes desta totalidade possuem como função realizar a sua reprodução.

Outra forma de holismo metodológico surgiu ocupando grande parte do espaço antes definido pela abordagem funcionalista: o estruturalismo. O método estrutural surge na Linguística através da obra de Ferdinand de Saussure. Este cria, com sua linguística estrutural, as distinções entre língua e fala, sincronia e diacronia. O método estrutural focaliza os elementos invariantes e permanentes da linguagem, ou seja, sua estrutura. Claude Lévi-Strauss buscou transferir o método estrutural da Linguística para a Etnologia. Além da linguística estrutural de Saussure, a fonologia de Trubetzkoy lhe proporcionou muitos elementos metodológicos que ele incluiria em sua Antropologia estrutural como uma nova forma de holismo metodológico.

O método estruturalista de Lévi-Strauss se fundamenta sob o pressuposto da existência de estruturas inconscientes. Entretanto, o termo *inconsciente*, aqui, não possui o mesmo significado que se encontra na Psicanálise freudiana, embora apresente elementos em comum com a Psicanálise estruturalista de Jacques Lacan, segundo a qual “o inconsciente é a linguagem” (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 21).

Para Lévi-Strauss, a atividade inconsciente do espírito, ou o espírito humano invariante, caracteriza-se por impor formas a um conteúdo. Essas formas são as mesmas para todos os espíritos e isto torna possível atingir a estrutura inconsciente que está na base de todas as instituições. Isto quer dizer, entre outras coisas, que as estruturas inconscientes são invariantes e universais.

O método estrutural busca explicar a totalidade do sistema e considera toda estrutura como um feixe de relações, que são relações de oposição, em especial, de opostos binários, revelando o seu caráter de complementaridade.

Diante destas questões, qual é o espaço reservado ao indivíduo nesta abordagem? Sem dúvida, a característica mais polêmica do estruturalismo se encontra na sua tentativa de diluir o homem nas estruturas. Tal como afirmou Lévi-Strauss (2005, p. 23), “o objetivo último das ciências humanas não é constituir o homem, é dissolvê-lo”. O indivíduo é abolido no método estruturalista e, em seu lugar, emerge um holismo metodológico *sui generis*: o das estruturas simbólicas.

Segundo Dumont (1983), cada corrente apresenta uma forma de totalidade. Na abordagem funcionalista de Durkheim, este compreende a totalidade como um “todo orgânico” que, sem dúvida, possui partes, embora extrapole a simples soma das partes. A abordagem estruturalista compreende a totalidade como um “todo estruturado de forma hierárquica”, cujo centro hierárquico reside no mundo simbólico (ou no mundo das ideias ou da linguagem). Esta abordagem cria uma autonomização do simbólico em detrimento do real, fundamentando-se numa analogia entre linguagem e sociedade. Esta última passa a ser vista como uma “linguagem secundária”,

ou seja, nesta abordagem, realiza-se a subsunção da sociedade à linguagem. De forma geral, o indivíduo é apenas um elemento de uma totalidade, uma unidade de um sistema muito maior. As propriedades da totalidade não se deduz das propriedades dos indivíduos que se combinam para formá-la.

Nas duas correntes esboçadas, não existe espaço para a ação do indivíduo e muito menos para a dádiva. Ao passo que, no holismo, o indivíduo será visto pela submissão às prescrições do ritual e cumprimento das tarefas necessárias à reprodução da ordem funcional e estrutural e, portanto, neste corpo de teorias, a produção da totalidade e das relações sociais não será problematizada. As abordagens individualistas não problematizam a produção do indivíduo, pois este já é considerado como dado. Ou a sociedade está dada, ou os indivíduos.

1.4 A dádiva nas Ciências Sociais

Na sociedade moderna, a dádiva opera em situações envolvendo diferentes espaços, seja na doação de órgãos, na filantropia ou no trabalho voluntariado. Em sua dissertação de mestrado *Dádiva e Voluntariado: ações de apoio junto a portadores de câncer*, Lima (2009) procura compreender a dádiva na Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (AVOSOS), localizada em Aracaju. A autora demonstra a importância dos vínculos estabelecidos entre o voluntário e o paciente a partir da tripla obrigação de dar, receber e retribuir, como na multiplicidade de elementos que dão significado à ação voluntária. A dádiva é um elemento presente na constituição dos espaços de sociabilidade contemporâneos, passando a ser exercida tanto com base numa relação de confiança quanto de comprometimento por parte dos atores envolvidos.

Na tese de doutorado de Silva (2006), *A sagração do dinheiro no neopentecostalismo: Religião e interesse à luz do sistema da dádiva*, o autor apresenta o dinheiro como elemento de mediação na relação com o sagrado na experiência religiosa neopentecostal. A referência empírica ao dinheiro, até então visto como chave principal no mercado, é analisada como um símbolo, peça central na expressão de fé daqueles que participam do grupo religioso, que o transformam em um símbolo comunitário. São os significados desta produção social que o autor se propõe a analisar.

Em outro trabalho, *O sistema da dádiva nas relações comunitárias e a constituição de alianças pelo trabalho tradicional*, Salles e Sales (2002) investigam a constituição de vínculos sociais estabelecidos a partir de um sistema de cooperação

integrado, representado pela organização da atividade turística em comunidades tradicionais no Ceará. Estas atividades são analisadas a partir do paradigma da dádiva. Para as autoras, as atividades relacionadas ao turismo de base comunitária favorecem a formação de vínculos comunitários a partir da troca de experiências, de saberes tradicionais e do trabalho comunitário, organizado em projetos coletivos.

Observa-se, tomando como exemplos os trabalhos expostos, como são vários os campos em que a teoria da dádiva pode oferecer explicações mais adequadas quanto à apreensão dos mecanismos subjacentes às trocas simbólicas nas sociedades contemporâneas. Godbout (1999) assevera que o indivíduo moderno está constantemente envolvido em relações de dádiva¹⁰. Conforme Godelier (2001), em nossa sociedade, a dádiva se tornou uma operação subjetiva, pessoal, individual. “O dom é a expressão e o instrumento de relações pessoais situadas além do mercado e do Estado” (GODELIER, 2001, p. 314).

Nesta tese, a dádiva opera como teoria para compreender principalmente os sentidos atribuídos aos vínculos sociais constituídos nas redes de lideranças na Transamazônica e Xingu-PA. Nesta investigação, as redes sociais traçadas em diferentes momentos na trajetória das lideranças revelaram uma série de sentidos atribuídos às alianças e às trocas não somente alicerçados no interesse instrumental ou na obrigação pura e simples de retribuir. Os sentidos são mais complexos e extrapolam a racionalidade ou estratégia do indivíduo.

Veremos, inclusive, como as noções de interesse e utilidade assumem significados específicos em cada trajetória analisada. Significa dizer que, nesta perspectiva, a experiência dos processos de socialização das lideranças não será concebida unicamente como relação entre meios e fins, resultando em cargos e posições ocupadas em suas instituições. Não há, na dádiva, atribuições racionalistas, surgidas meramente do cálculo ou da coerção, por mais que o resultado das redes sociais seja estratégico para as lideranças, tanto na execução de tarefas como para a conquista de posições assumidas nas instituições a que pertencem ou pertenceram, ou mesmo do cargo que ocupam ou ocuparam no partido político. Contudo, estes cargos, posições e tarefas adquirem outro sentido quando analisados pela teoria da dádiva.

Esta teoria encontra no livro *Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de Marcel Mauss, as primeiras enunciações sobre as trocas e os

¹⁰ Id. p. 113.

sentidos, principalmente o simbólico, em sociedades não ocidentais. Este autor não desenvolve teorias sequenciadas nem um esquema geral de análise cobrindo todo o campo pesquisado. São teorias dispersas e não sistemáticas divididas por capítulos. O capítulo I trata da Polinésia. O capítulo II, das Ilhas Andaman, no Oceano Índico, Melanésia e do Noroeste americano. No capítulo III, trata-se das chamadas sociedades antigas (Roma, Índia, povos germânicos). E, na conclusão, da Europa moderna.

A noção de aliança no ensaio diz respeito a “toda representação e relação e funda-se sobre a união de uma dualidade de contrários” (LANNA, 1995, p. 37). O argumento central da dádiva é que esta produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais, como as políticas que se dão entre chefes; as religiosas, como nos sacrifícios; econômicas, jurídicas e diplomáticas. Neste último caso, incluem-se as relações pessoais de hospitalidade (LANNA, 1995).

Mauss compreende a dádiva como fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas, o oposto da lógica mercantil moderna, identificando nas prestações totais das sociedades primitivas uma forma de relação que ele chama de “dádiva-troca”, em que se desenvolvem formas de troca não correspondentes à troca mercantil das sociedades ocidentais. Para Mauss, a transação econômica tem uma moral associada a um valor ético, que ele denominou de moral da dádiva-troca.

O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã – aquele nos quais indivíduos e grupos trocam tudo entre si – constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca (MAUSS, 2003, p. 299).

As trocas não são somente materiais¹¹. Elas são contratos que tanto são úteis como também simbólicos. Nas economias das sociedades tidas como primitivas, não se constatarem simples trocas de bens e riquezas entre indivíduos. Nestas sociedades, as trocas significam um contrato estabelecido entre coletividades (clãs, tribos, famílias) que negociam e, eventualmente, enfrentam-se em grupos e/ou por intermédio de seus chefes. A troca envolve prestações e contraprestações, estendem-se às coisas

¹¹ Sobre as trocas, Alain Caillé (2002) faz uma crítica interessante a Claude Lévi-Strauss, pois, segundo Caillé, Lévi-Strauss reduz a dádiva à troca e com seu desenvolvimento pautado nas categorias primitivas, dando atenção exclusivamente à sua estrutura formal. Lévi-Strauss alegava que, na Ciência, não havia lugar para as categorias nativas de alma ou de “espírito da coisa dada”, afirmando que não existem três obrigações distintas, de dar, receber e retribuir, mas apenas uma, a de trocar. Dessa forma, a teoria maussiana para este autor, está limitada ao conhecimento da forma e à ausência dos conflitos.

economicamente úteis, mas envolvem retribuições: gentilezas, banquetes, ritos, mulheres, festas etc., no âmbito das quais a circulação de riquezas e o mercado aparecem como termos de um “contrato mais geral e permanente”. Essas prestações e contraprestações - “sistema de prestações totais”, na conceituação de Mauss -, são realizadas de forma voluntária, por presentes, embora sejam, no fundo, obrigatórias podendo incentivar guerras privadas ou públicas.

A dádiva se apresenta como fenômeno social total. Mauss evidencia “[...] que a dádiva é um fenômeno total, simbólica por excelência; e que anima o conjunto da atividade simbólica” (CAILLÉ, 2002, p. 192). Como foi escrito anteriormente, o fato social se caracteriza como “fenômeno total”, ampliando a observação sobre o conjunto de bens materiais e simbólicos circulantes no interior da sociedade, determinando que os lugares próprios e singulares de cada membro sejam compreendidos pelo ângulo da totalidade. Funda-se ao mesmo tempo nas crenças coletivas e nas experiências concretas dos atores sociais.

Mauss reconhece que as obrigações e prestações recíprocas são realizadas por grupos comunitários ou pelos seus chefes. Na batalha, os chefes e nobres se enfrentam mutuamente, às vezes até a morte, e ocorre a destruição de um grande montante de riquezas acumuladas a fim de eclipsar o chefe rival. Este combate é uma forma típica de prestações totais de tipo agonístico existente no noroeste americano. A chefia tem prerrogativas: receber tributos, por exemplo. Da chefia emanam valores que se estendem à sociedade como um todo, conforme foi desenvolvido por Pierre Clastres (1978). A dádiva de palavras ou objetos é frequentemente um dever da chefia.

A troca não é só material, mas espiritual, e sua força está justamente no laço forte entre os atores da dádiva. A retribuição da dádiva seria explicada pela existência dessa força dentro da coisa dada: um vínculo espiritual, associado de maneira inalienável ao nome do doador, ou seja, ao seu prestígio. A esta força do vínculo traduzida como “espiritual” ou à sua expressão simbólica ligada a uma ação ou transação, Mauss dará o nome polinésio de *mana*. A expressão do *mana* está carregada de uma moral cujo efeito resulta que a coisa dada leva algo do ser do doador.

Dessa forma, o autor faz uma distinção entre a dádiva agonística, aquela em que a troca mercantil é motivada pelo interesse, do sistema de dádiva, no qual reina a nobreza e a honra e no qual o doador ganha prestígio. Mauss percebe, então, que a matriz do laço entre as almas, isto é, do *mana*, encontrava-se na obrigação de retribuir, na obrigação de reciprocidade. “O *mana* é o valor da reciprocidade, um terceiro entre os

homens, que não está ainda aqui, mas para nascer, um fruto, um filho, o verbo que circula (a Palavra), que dá a cada um seu nome de ser humano, e a sua razão ao universo (MAUSS, 2003, p. 12).

O que move a dádiva não são as ações individuais, mas coletivas: “em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam” (MAUSS, 2003, p. 190). As prestações totais se caracterizam por misturar as riquezas materiais e espirituais.

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens, riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas [...]. Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas (MAUSS, 2003, p. 212).

No sistema de dádiva compreendida como uma série de trocas, a vida é baseada em dar e receber, sendo estas obrigações não organizadas de modo particular. Para Godbout (1999), a precaução na teoria iniciada por Mauss reside em entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares. De fato, elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos. Por isso, a troca é um fato social total, pois tem um aspecto social, econômico, mas também religioso, moral, político e estético.

As trocas assumem múltiplas formas e conteúdos. Podem levar à superação de um estado de guerra, serem associadas não à aproximação, mas a interdições, respeito, ritos de separação e evitação. Elas também sacramentam uma distância entre parceiros, mas também criam uma relação, porquanto o que importa na relação de troca é a dependência entre o doador e receptor. O ato de dar não é um ato desinteressado. É um ato de generosidade, mas não existe doação sem a expectativa de retribuição. Para Mauss, não “há uma regra para estipular a retribuição, concluindo que cada sociedade tem a sua”. (LANNA, 1995, p.38). Não basta haver uma prestação unilateral, na qual há simultaneamente o ato de dar e receber (oferecimento e uma aceitação). Para haver dádiva, esta prestação unilateral precisa gerar valor.

O sentido da troca deixa o receptor na obrigação de devolver algo igual ou até melhor ao doador. Não existe nenhum caso em que o presente dado não seja retribuído. Isso acontece não somente por causa do compromisso, mas porque a troca é como se o doador

passasse parte de seu espírito ou alma àquele que recebe e isso significa dizer que a dádiva não tem somente o sentido formal ou de cordialidade, mas agrega também o sentido espiritual ou religioso, cuja não reciprocidade pode ser entendida como erro (pecado) (MAUSS, 2003).

Ampliando a definição sociológica de dádiva, Caillé (2002) a apresenta como “qualquer prestação de bens ou serviços efetuados sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem” (CAILLÉ, 2002, p. 192). A gratuidade da ação é compreendida pela prestação efetuada sem a garantia ou certeza do retorno. Ainda para este autor, as ideias de Mauss são reveladoras da dádiva e o símbolo como um fato co-extensivo, situando-se na tríade “dar, receber e retribuir”.

Para Maurice Merleau-Ponty, a dádiva e o símbolo são também indissociáveis, pois,

ao compreender o social como um simbolismo, ele (Mauss) concebeu os meios de fazer respeitar a realidade do indivíduo, aquela do social e da variedade de culturas sem com isso tornar impermeável umas às outras. Uma razão ampliada deveria ser capaz de penetrar até o irracional presente na magia e no dom (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 05).

Outro autor, Claude Lefort, em artigo datado de 1951, comenta a originalidade da contribuição desta teoria: “a preocupação constante de Mauss não é de explicar um fenômeno social a partir de um outro fenômeno tido como causa, mas ligar todos os traços econômicos, jurídicos, religiosos, artísticos de uma dada sociedade e de compreender como conspiram em um mesmo sentido” (LEFORT, 1979, p. 12). A liberdade é outra manifestação positiva na dádiva segundo Lefort, pois supõe alguns outros quesitos: o crédito, a confiança do homem no homem.

O símbolo aparece na Sociologia maussiana como um “operador de tradução” (KARSENTI, 1994), permitindo compreender por que os ritos, as saudações, etc. não são uma manifestação individual qualquer, mas se referem significativamente à expressão do grupo do qual o indivíduo faz parte. As palavras, as saudações, os presentes, as danças, os rituais constituem, diz Mauss, fenômenos tão importantes quanto o mercado na organização da vida social. “São sistemas de prestações totais” (MAUSS, 1999, p. 151). Ou seja, são símbolos que dão significado à ação social.

Para Mauss, a superação entre indivíduo e sociedade torna-se evidente na teoria

das reciprocidades não-simétricas, expostas no Ensaio, aprofundando a ideia de Durkheim acerca da existência de uma obrigação social coletiva que se impõe às diferenças individuais. Ele reconhece as diferenças individuais e sua autonomia. A dádiva é o reconhecimento da existência de uma obrigação social.

A dádiva foge também ao campo do pensamento liberal, cuja concepção é norteada pelo mercado e suas relações de troca. Mauss demonstra que a maior parte das sociedades não ocidentais não se organizou unicamente pelos princípios do mercado. O mercado e o Estado representam aquilo que é possível chamar de sociabilidade secundária, aquela que liga estatutos e papéis mais ou menos definidos institucionalmente. Assim, compreende que havia muitas sociedades cuja vida econômica se inspirava em princípios mediante os quais os objetos circulavam sobre a forma de dons.

Essas “economias do dom” poderiam tornar-se altamente competitivas, mas, então, tratava-se de uma forma radicalmente oposta à nossa: em vez de lutarem para acumular a maior quantidade possível de bens, os ganhadores eram aqueles que se organizavam para dar o mais possível (MARTINS, 2002, p. 23).

Nos estudos com os Kwakiutl, da Colômbia Britânica, Mauss reconstitui a criação de vínculos de amizade ou o surgimento de vínculos estabelecidos entre as pessoas como objeto de troca. As trocas não se efetuam sob a forma de mercado, do escambo, do “toma lá, dá cá”, mas sob o modelo de tripla obrigação “dar, receber e retribuir”. Para Alain Caillé (2002, p. 192), “o paradigma da dádiva insiste sobre a importância, positiva, normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de prestação”.

Jacques Godbout (2002) traz outros dois conceitos agregadores à dádiva de Mauss: a incerteza e o interesse. O primeiro considera que o ato de dar não representa a aceitação de quem está recebendo e, mesmo se aceitar, não significa que retribuirá. O segundo existe e desempenha um importante papel na condução da aliança e em sua permanência.

Godbout (2002) apresenta cinco modelos de dom esclarecedores para o sistema de dádivas encontrado entre as lideranças da Transamazônica, o qual retomaremos no capítulo IV. O primeiro refere-se à solidariedade, sendo este o modelo que mais se aproxima do modo de circulação dos bens, instaurado pelo estado em que a dívida se

aproxima do “débito”. O segundo é o dom agonístico entre iguais, em que a reciprocidade desempenha o papel mais importante, pois funciona como elemento de igualdade.

O terceiro, o dom entre desiguais, é hierárquico. Neste, a dívida é estruturalmente desigual, funcionando com um vínculo de dependência muito forte e persistente. É caracterizado por relações clientelistas, por exemplo. O quarto é o dom aos desconhecidos, sem vínculo primário entre o doador e o donatário, tomando como exemplos o trabalho voluntário e a doação de sangue. A particularidade deste modelo reside no fato de que a dívida é transferida para um terceiro: “trata-se dos vínculos primários e ao mesmo tempo do modelo de *hau* de Mauss: ela não volta ao doador” (GODBOUT, 2002, p. 91). Nestas ações voltadas para pessoas desconhecidas, o dom se revela com uma norma moral e expressa o vínculo com valor simbólico. O serviço prestado é unilateral e não recíproco. O quinto modelo é a dívida mútua positiva, encontrado nos vínculos primários e nas relações de parentesco, em que pode se dizer que a dívida existe para os dois parceiros.

Todos esses modelos distinguem-se do modelo mercantil baseado na liquidação da dívida, pois este se orienta na manutenção da dívida, sendo o vínculo estabelecido exclusivamente pela obrigação do contrato.

Pode-se pensar na dádiva como um meio pelo qual se estabelece um pacto associativo. Este pacto, segundo Caillé (2002, p. 202), “só poderá formar-se no registro da ‘incondicionalidade condicional’, em que cada um se compromete a dar incondicionalmente ao outro, mas mostra-se também preparado para retirar-se do jogo, a qualquer instante, se os outros deixarem de jogar”.

1.5 Laços sociais e dádiva

Não é nosso objetivo historicizar o conceito de laços sociais. Contudo, é inevitável citá-lo para uma melhor definição dos tipos de vínculos tecidos pelas lideranças. Há, de certo, um bom número de autores que trataram tal temática: Durkheim (1982), quando trata dos tipos de solidariedade e da importância dos laços; Simmel (1986), na compreensão das interações sociais e dos laços para composição do círculo dos indivíduos em situação de conflito.

Destacamos, nesta apresentação, dois autores, Pierre Bourdieu (1982) e James Coleman (1988) para melhor direcionar a compreensão do peso dos laços nos vínculos

traçados pelas lideranças. Posto que esses laços interconectem as formas como o doador e o recebedor interpretam, por meios de sua trajetória, os vínculos e sua importância para o padrão de conexão existente.

Os laços sociais foram abordados por Pierre Bourdieu (1982) referindo-se às vantagens e oportunidades de pertencer a certas comunidades, compreendo-os como capital social de um agente que agrega recursos reais ou potenciais relacionados à sua participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento, provendo, assim, para cada membro, o suporte do capital de propriedade coletiva. Em outras palavras, para Bourdieu (1982), o capital social emerge da formação de laços em redes, sendo estas familiares e/ou reconhecidas. A manutenção e o crescimento do capital social ocorrem devido à interação existente entre os atores que compõem essa rede.

Para James Coleman (1988), o capital social é definido como uma função, facilitadora das ações dos atores, compreendendo estas ações como resultantes da variedade de entidades das quais participam estes atores. Diferente de Bourdieu (1982), Coleman (1988) centraliza suas preocupações no agir do indivíduo, de forma a beneficiar outros indivíduos ou a renunciar voluntariamente a realizar ações que lhe possam beneficiar imediatamente. Em última instância, este último indaga sobre como é possível a produção de bens coletivos. Para tanto, o seu pressuposto é o de que as ações sociais praticadas por indivíduos no espaço micro constituem os nexos causais que ligam os fenômenos uns aos outros.

Nessa perspectiva, Mark Granovetter¹² apresenta uma análise do padrão de conexão existente entre os indivíduos (grau de coesão das redes, fluxo de recursos entre os indivíduos como dinheiro, afeto, informação), importante como reflexão para as decisões tomadas pelas lideranças e para compreender o sistema de dívida na qual elas estão imersas. Granovetter (1973) diferencia e acentua os laços sociais em fortes e fracos, considerando como laços fortes os indivíduos que possuem relações de parentesco ou um forte vínculo de amizade. Todavia, são esses laços que, por semelhança, vinculam ainda mais o indivíduo à sua comunidade, enquanto os laços fracos se efetuariam em diferentes contextos sociais nos quais inexistem as relações de parentesco ou de vínculos de amizade.

¹² Em 1973, Mark Granovetter publica um artigo intitulado *A força dos laços fracos*. Nesta publicação, Granovetter busca comprovar cientificamente a grande importância dos laços fracos presentes nas interações entre indivíduos.

Não obstante, os laços fracos funcionam como disseminadores de inovação, pois se conectam com vários outros grupos, permitindo o fluxo de informações vindas de redes constituídas de indivíduos com experiências e formações diversas. Nas redes de “Laços Fortes”, há uma identidade comum. As dinâmicas geradas nessas interações se baseiam na credibilidade e influência. Indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os “Laços Fracos” são importantes para a integração dos indivíduos à sociedade.

É claro que a perspectiva de Granovetter (1973) estava em compreender economicamente a relação dos grupos no mercado e sua forma de inserção. Contudo, o autor ressalta as relações baseadas na confiança e nas ações dos atores condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais. O mercado, portanto, não consiste num livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas num conjunto de ações estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais. Neste ponto, este estudo nos indicou como a análise de redes das lideranças e suas interações com outros grupos e instituições são entrelaçadas por laços fortes e fracos que foram importantes para os vínculos estabelecidos.

As questões apresentadas não esgotam o potencial explicativo da teoria da dádiva, mas reforçam a importância dos vínculos para a constituição de lideranças na Transamazônica. No capítulo seguinte, apresentaremos como metodologicamente associamos a noção de “carreira” nos itinerários biográficos à dádiva e como ela se apresenta nas redes sociais tecidas pelas lideranças na Transamazônica.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: A TRAJETÓRIA DAS LIDERANÇAS NA TRANSAMAZÔNICA

Neste capítulo, propomo-nos a justificar a adoção metodológica dos itinerários de vida vinculados a outro conceito fundamentado na carreira de militantes. A análise de trajetórias e de carreiras utilizadas de maneira articulada nos forneceu os elementos necessários para a investigação dos vínculos constituídos nas redes sociais de lideranças na Transamazônica e Xingu. A militância será então compreendida como uma atividade social individual e sua evolução temporal está relacionada também a variáveis contextuais e situacionais. É claro que as vinculações anteriores à sua participação nos movimentos sociais são dados importantes, pois trata-se de um espaço prévio de

socialização, de formação das identidades. Contudo, nosso marco para compreender os vínculos, as trocas e a reciprocidade, enfim, o sistema de dádiva se orienta para o indivíduo militante de movimentos sociais e entidades de classes.

A “carreira” compreende uma série de relações interativas e/ou fatores que concretamente tornam possível a participação e o engajamento de militantes. O termo *carreira* tem-se revelado dentro da Sociologia da militância menos como uma nova teoria e mais como uma metodologia de análise (é assim que iremos tratá-la), inovando investigações sobre as condições (objetivas e subjetivas) de engajamento e de diferentes compreensões da militância, bem como do desengajamento. Este tem sido um campo de pesquisa particularmente ativo na França nos últimos vinte anos. Dele despontam autores como Olivier Fillieule (2001), Agrikoliansky (2002) e Bernard Pudal (1989). A perspectiva teórica da Sociologia do engajamento se alia ao paradigma interacionista, que se interessa pela dimensão processual do engajamento e das carreiras militantes, e também pelas formas de retribuição da militância.

O capítulo está organizado apresentando inicialmente o campo teórico do tratamento dado à biografia por alguns autores, como Bourdieu (1996, 1986) e Passeron (1995) e, posteriormente, o conceito de “carreira” como método para analisar os processos de engajamento nas ações coletivas e a inserção dos atores sociais em uma multiplicidade de espaços sociais.

2.1 A trajetória como metodologia

Os métodos biográficos podem ser considerados um campo amplo no qual se inscrevem os diversos recursos e abordagens para a análise de autorrelatos e de trajetórias de vida. O conceito de método biográfico indicado por Marre (1991) mostra como os recursos autobiográficos - relato, história de vida etc. - são tomados não apenas como técnicas de pesquisa, mas como parte constitutiva de um método. Segundo o autor,

englobam-se na expressão história de vida (*life history*) tanto relatos orais como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada (MARRE, 1991, p. 90).

A contribuição de uma abordagem hermenêutica a partir de Gadamer (2009) e Paul Ricoeur (1988) reitera a fronteira entre sujeito e história como o ambiente epistêmico por excelência da pesquisa biográfica. Ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser produções individuais e factuais e evidenciam a interpenetração entre sujeito e história, bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas. Nessa perspectiva, o universo comum que engloba um campo de práticas e discursos, como a militância, pode ser visto como uma grande narrativa que envolve e torna plausíveis as narrativas individuais.

Na busca por acessar a conexão entre indivíduo e seu ambiente sócio-histórico, são valorizados, na perspectiva biográfica, o autorrelato, a ideia de trajetória e a própria noção de biografia como expressões privilegiadas desse encontro paradigmático, como apontam Ferraroti (1983), Eckert (1994, 1997) e Marre (1991). Para Ferraroti (1983), a prática social é uma atividade que interioriza e sintetiza o contexto social e as transformam em estruturas psicológicas pela sua atividade de desestruturação-reestruturação. Eckert (1994), sobre o uso de relatos e narrativas no método etnográfico, refere-se à “[...] complexa combinação entre as narrativas pessoais, relatos de ciclos de vida, biografias, histórias familiares, trajetórias e projeções de vida remetida ao contexto histórico de uma sociedade” (ECKERT, 1994, p. 05). As narrativas pessoais estão permeadas de intersubjetividade. Para Marre (1991), o método biográfico “tem como objetivo - a partir da totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo - reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal” (MARRE, 1991, p. 89).

Na perspectiva dos autores citados, a história de vida é um método. Contudo, o contexto social em que se inserem os indivíduos aparece imóvel, sem qualquer relação ou pouco combinado com a biografia do indivíduo.

O debate sobre a biografia ser ou não um método científico toma mais corpo na Europa na década de 1980, com Franco Ferrarotti. Este autor defende a autonomia do método biográfico numa perspectiva crítica e numa reformulação da Sociologia em adotar uma postura privilegiando o sujeito ao invés de aboli-lo da pesquisa sociológica. Neste método, a prioridade são as fontes primárias e, portanto, o sociólogo empenhado nessa abordagem deve garantir a quem lhe oferece sua história uma escuta respeitosa e o anonimato. A entrevista ocupa o lugar central no método e deve ser realizada “num pé

de igualdade entre o pesquisador e o grupo pesquisado” para garantir a honestidade metodológica.

É principalmente sobre este último autor que Pierre Bourdieu tecerá suas críticas quanto à biografia, considerando-a uma noção do senso comum e voltando-se contra a possibilidade de os sociólogos aceitarem-na como um método. Para Bourdieu (1996), a biografia cria um valor artificial de sentidos, chamando de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1996, p. 102).

Para esse autor, “a história de vida” é uma dessas noções de senso comum que entraram de “contrabando no universo acadêmico” (BOURDIEU, 1996, p. 103). Ele desqualificou tanto o método quanto o seu objeto – de fato indiscerníveis, segundo seu ponto de vista. O objetivo de Bourdieu (1996) ao tecer esta crítica aos estudos do “enfoque biográfico” estava na ausência do que ele considerava uma necessária objetivação dos dados. O estudioso destaca a importância no tratamento metodológico que ressalta a “biografia” dos agentes sociais como uma base explicativa de suas ações. Porém, para este autor, uma análise neste nível requer cautela no tratamento dispensado a algumas “histórias de vida” ou “biografias”, pois estas seriam interpretadas como se a vida do entrevistado constituísse um todo, um conjunto coerente e orientado, levando

[...] a supor que a história de vida mais se aproxima do modelo oficial da apresentação oficial de si – carteira de identidade, atestado de estado civil, *curriculum vitae*, biografia oficial – e da filosofia da identidade subjacente a ele, quanto mais nos familiarizamos com os questionários oficiais das pesquisas oficiais – cujo limite é o interrogatório policial ou judiciário – e nos afastamos, ao mesmo tempo, das trocas íntimas entre membros da família e da lógica da confiança, corrente nesses mercados protegidos onde se está entre amigos (BOURDIEU, 1996, p. 80).

Para tanto, o autor propunha que os esforços acerca do assunto fossem transformados em “estudos de trajetórias”, utilizando uma metáfora que viria a se tornar célebre: a análise crítica destes processos sociais conduz à construção da noção de trajetória como série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele mesmo em devir e submetido a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e suficiente em si mesma de eventos sucessivos, sem outra ligação senão a associação a um “sujeito” cuja constância é apenas aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações

objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Os tipos de capital a que se refere Bourdieu (1996) são definidos principalmente pelo econômico, social, cultural e simbólico. Estes tendem (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico e “quando alcançam um reconhecimento explícito ou prático, operam como um *habitus* estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado” (BOURDIEU, 1996, p. 187). O *habitus* é reconhecido quando

[...] os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem hábitos, sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a visada consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “regradas” e “regulares” sem ser em nada o produto da obediência a regras, e, em sendo tudo isto, coletivamente orquestradas, não ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1996, p. 88).

Essa definição enfatiza que o *habitus* é um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. Sendo elas interiorizadas, funcionam, então, como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. É importante frisar que, em Bourdieu (1996), o *habitus* representa capital cultural na forma incorporada e, portanto, recursos de poder, já que o capital cultural, assim como o econômico, é distribuído desigualmente na sociedade. O *habitus* constitui princípios de um arbítrio cultural, principalmente na sua acepção de cultura prática: é o sentido prático, o saber prático, evoluindo estrategicamente segundo uma lógica prática entre a acumulação de capital cultural e a legitimação social.

Pode-se depreender que, na teoria de Pierre Bourdieu, o *habitus* é, ao mesmo tempo, produto e produtor. Ele é o produto de condições históricas de existência e é, por sua vez, produtor de história, por transposição. Nesse caso, o *habitus* aparece como um sistema que se exprime através de um conjunto coerente de disposições, mecanismos de condicionamento cujo efeito é permanente, uma vez que ele é adquirido, o que remete todos ao seu lugar originário e supõe que, interiorizadas as condições de existência, há

uma onipotência do condicionamento, da homogeneidade e da coerência de seus conteúdos. Nesse sentido, a questão central está nas disposições adquiridas, porque, dado o caráter poderoso dos primeiros condicionamentos, vale para todos os domínios de práticas sociais. É principalmente “nesses condicionamentos” que residem as críticas de alguns autores a essa teoria, pois, nessa abordagem, o processo de socialização ultrapassa o indivíduo.

Um desses autores é Passeron (1995). Para ele, o conceito de trajetória utilizado por Bourdieu (1996) efetua uma “aparência exterior”, pois “pretende subsumir teoricamente o conjunto das estruturas ativas acima e sua ligação com o que está abaixo, em uma estrutura de ‘reprodução’” (PASSERON, 1995, p. 226). Nessa situação, a trajetória redefine o objeto biográfico como “interiorização do provável”, sendo a inteligibilidade biográfica subordinada à descrição das estruturas objetivas que a precedem e a determinam. Nesse diapasão, a biografia é apreendida como pré-estruturas cristalizadas; pouco valoriza a ação social e os sentidos atribuídos a esta. Ainda para esse autor, o conceito de trajetória em muitos estudos autorizou “[...] práticas de pesquisa desigualmente controladas¹³”.

Passeron (1995) considera que o conceito de “carreira” permite uma análise indissociável entre objetivismo e subjetivismo nas interpretações e explicações das ações dos indivíduos. Para ele, a cautela é necessária, pois uma análise baseada na narrativa biográfica apresenta um risco, porquanto exerce fascínio, uma vez que, “por seus poderes de sugestão, é um alvo utópico exaustivo que baseia sua impressão de compreender na ilusão do imediato” (PASSERON, 1995, p. 207). Portanto, neste polo, há um grande risco: o desaparecimento do problema teórico dos traços pertinentes da descrição. Não obstante,

o material biográfico é material histórico como outro e às vezes até mais completo que outro, de qualquer modo, sempre organizado de maneira diferente; a questão é saber o que fazer com ele. A partir de um corpus de biografias ou das relações de uma biografia com seu contexto histórico, como produzir uma inteligibilidade longitudinal em que se ganha algo que partiu de biografias e não de observações genéricas ou sincrônicas? [...] em minha conceituação um perigo é aparentemente balizado com maior insistência do que outro é precisamente porque a narrativa biográfica já apresenta uma ordem falante demais que parece dispensar qualquer trabalho de reconstrução, pois ela propõe e impõe, antes de qualquer tratamento, um modelo de interpretação (PASSERON, 1995, p. 213).

¹³ Id. p.226

A interpretação, segundo Passeron (1995), perpassa, sobretudo, por um protocolo para tratamento dos dados, com regras de análise definidas para que a biografia não se torne um recurso fechado em sua própria compreensão. Percebe-se que tanto a crítica de Bourdieu (1996) quanto a de Passeron (1995) dizem respeito justamente à ausência, nos estudos de história de vida, frente às condições concretas de existência a ela subjacentes.

Ambos os autores problematizam as condições concretas de existência. A questão chave dos estudos que empregam histórias de vida diz respeito às conexões estabelecidas entre uma trajetória individual e o meio social em que ela se desenrola – questão esta que espelha as dificuldades do dilema do dualismo sociedade-indivíduo. Para tentar resolver este dualismo no uso do método biográfico, Giovanni Levi (1989) destaca um novo componente nesse debate: o “contexto” como pressuposto necessário para os estudos de biografia. O uso deste componente é, em geral, problemático, pois aparece como rígido, coerente, servindo como um pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam.

De fato, em vários estudos de trajetórias, esta ligação é traçada como a remissão do ator social, não do meio em que ele se insere. O pressuposto subjacente a estes estudos, dificilmente explicitado como tal, é o de que o pertencimento a um dado grupo implica inevitavelmente inflexões unívocas nas trajetórias de todos os seus membros. Ocorrem aí duas ordens de problemas: por um lado, é, em geral, o analista quem arbitra quais eventos ou características dos ambientes sociais enfocados são relevantes para análise; em segundo lugar, pressupõe-se que todo o grupo foi submetido de modo homogêneo a estes eventos ou características especificadas pelo analista. Já os estudos subjetivistas de histórias de vida privilegiam a observação exclusiva dos discursos de um dado indivíduo, desconsiderando a regulação operada sobre ele pelos meios sociais a que está ligado.

Para Levi (1989), há, de fato, uma relação permanente entre biografia e contexto; a mudança é precisamente a soma dessas inter-relações. A biografia permite uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, das incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a

diversificação de práticas. Quanto à liberdade de escolha individual, para Levi (1989), ela não é absoluta, à medida que os atores se movimentam nos interstícios.

Na análise desses interstícios, o pressuposto de “carreira” se apresenta como uma chave de compreensão mais completa, especialmente na Sociologia da militância, considerando tanto a ação quanto o meio a que está ligada. Filleule (2001), um dos autores expoentes deste conceito, apresenta um aporte teórico mais completo, baseado principalmente nos diferentes momentos do engajamento dos atores, referindo-se, em especial, aos militantes das questões ambientais na França.

Nesses estudos sobre ações coletivas e militantismo, Filleule (2001) destaca a compreensão sobre os indivíduos através de uma série de relações interativas do seu engajamento com os movimentos sociais. O conceito de “carreira” é, então, utilizado para analisar “os processos de engajamento nas ações coletivas e a inserção dos atores sociais em uma multiplicidade de locais e de espaços sociais” (FILLIEULE, 2001, p. 200). Nesse sentido, o indivíduo está submetido a valores, regras e lógicas diferenciadas, o que o faz incorporar mecanismos diferenciados de ação.

Sendo assim, o autor observa que, enquanto a análise de trajetória incide principalmente na compreensão do engajamento do indivíduo em movimentos sociais, uma análise voltada para a “carreira” dos militantes não se inicia unicamente pela participação em determinado grupo, contrariando a visão substancialista do coletivo de modelos com atores únicos, muito comuns em análises de trajetória. O autor defende que a noção de carreira permite observar o militantismo como um processo, no qual o ator social é compreendido na multiplicidade de situações do seu engajamento ao longo da vida, aí se incluindo sua retroação. Não existe, assim, um indivíduo independente das lógicas sociais coletivas, pois estas também se impõem a ele em seu processo de engajamento.

Uma análise desse tipo vem questionar os modos habituais de categorização da prática, inclusive aqueles que parecem estar no mesmo campo ideológico, mas principalmente remetem a outra análise pertinente quando se considera, nos processos de engajamento, o tempo.

Num livro de 1959, *Miroirs et masques*, Anselm Strauss (1916-1996), desenvolvendo as teses de George Herbert Mead, insistia principalmente na necessidade de se considerar “a experiência humana do tempo” para definir a ação. “A experiência humana do tempo está incessantemente em vias de ser feita. Essa estruturação temporal da experiência tem como consequência a ‘indeterminação do eu’ e o fato de que ‘o

imprevisto é inelutável” (STRAUSS, 1992, p. 83). Para ele, a noção de ação pode ser definida em relação a um processo central, que é o da avaliação (ou da reavaliação), quer se trate do ajuste entre meios e fins, da apreciação do outro ou da antecipação que pode ser feita a propósito do comportamento dos diversos atores.

É isso que explica o privilégio quase estatutário concedido às situações de muita incerteza, nas quais os atores são levados a proceder a mais avaliações do que em situações rotineiras. Esta é uma variante do interacionismo: privilegiar a temporalidade na dimensão processual da ação. Em sua última obra, *Continual permutations of actions* (1993), Anselm Strauss retoma, numa forma mais teórica, as proposições desenvolvidas em trabalhos precedentes, ao mesmo tempo em que acrescenta os elementos de uma biografia “teórica” que permite compreender o reconhecimento tardio da Sociologia interacionista inspirada no pragmatismo, em que a produção teórica é geralmente associada a certo tipo de conceitualização, aquela que parte de um corpus doutrinário e não das formas sucessivas de problematização “tiradas da pesquisa de campo”. Escreve Strauss (1992, p. 01):

Na minha concepção de ciência, as teorias surgem a partir do estudo dos eventos. Elas variam em seus objetivos e em seu grau de abstração. São provisórias, incompletas e precisam ser verificadas e qualificadas. Têm uma utilidade potencial enquanto duram, mas, uma vez assegurada sua contribuição para a ciência, elas desaparecem ou são integradas em novas teorias (STRAUSS, 1992, p. 01).

Strauss (1992) retoma, em boa parte, as principais tomadas de posição teóricas da Sociologia interacionista, trazendo certo número de contribuições que esclarecem de uma maneira nova a questão da relação entre a biografia e a ação. A primeira destas noções é a de trajetória. Não se trata da trajetória das sociologias deterministas, que é fixada uma vez por todas e que faz com que o agente não se desvie de seu caminho. A noção de trajetória é aqui tomada em dois sentidos: 1- o curso de todo fenômeno do qual se pode ter experiência enquanto ele evolui através do tempo (isto se aplica a uma revolução social); 2- as ações e as interações que contribuem para uma evolução do fenômeno considerado. Destarte, os fenômenos recebem em parte sua forma das interações entre os atores concernidos.

A segunda noção é a de biografia. Esta é definida como a identidade de um ator através do tempo. A noção de trajetória biográfica permite integrar a dimensão corporal na definição do ator. A terceira noção remete à estrutura temporal da ação: as condições

de interação variam no decorrer do tempo. A teoria da ação, assim constituída, tem como objetivo não centrar a análise apenas nos aspectos mais racionais da ação, mas também sobre seus componentes simbólicos ou emocionais. O ator é aqui um ator corporal cuja ação é orientada através de uma série de símbolos. Como se pode ver, Strauss (1992) atribui um lugar central à estrutura temporal da interação e à manutenção da unidade biográfica através do tempo, com seus símbolos, que são negadas na teoria do ator racional tanto quanto na teoria do *habitus* de Bourdieu (1996).

O mais importante a resgatar na teoria de Strauss (1992) é que a identidade biográfica não se reduz nunca à coerência de um sistema de preferências ou à constância através do tempo do poder coercitivo de um sistema de socialização. Para Strauss (1992), a ideia é que somos feitos de peças e pedaços. Há, portanto, um caráter múltiplo do indivíduo; sua vivência é atravessada por diferentes cenários. Nesses termos,

nas sociedades contemporâneas, as atividades e as interações que têm lugar no interior dos mundos (e dos submundos) sociais dão forma em profundidade às perspectivas de seus membros. Mas somente uma minoria pertence apenas a um ou dois mundos. Temos todas as chances de pertencer a vários dentre eles no curso da existência tanto quanto num momento dado de nossa vida. As pertenças múltiplas no interior desses mundos sociais, que podem ser muito heterogêneos, se encavalarem ou, ao contrário, serem consoantes, conduzem a perspectivas complexas que condicionam, por sua vez, o engajamento e a ação. Essas pertenças não são necessariamente visíveis para os outros membros, quer sejam deliberadamente escondidas, quer não apareçam (STRAUSS, 1992, p. 41).

A lógica das pertenças múltiplas constitui o próprio princípio da identidade do indivíduo pelo fato de que seu trajeto biográfico consiste essencialmente em juntar esses diferentes mundos ou essas diferentes cenas. Os lugares de interação, assim, nunca aparecem como lugares de confrontação de duas (ou várias) unidades estratégicas ou de duas (ou várias) unidades de condicionamento homogêneo. Os que interagem nunca mobilizam senão uma parte de si mesmos sobre uma cena social determinada. O desconhecimento das outras partes ou “pedaços” está no princípio de ambivalência das avaliações recíprocas e da incerteza das antecipações, sem que haja necessidade de se recorrer a uma teoria da duplicidade ou do segredo para dar conta do curso das interações.

A identidade do ator, tal como ela se desdobra no curso do tempo, é o resultado desse processo de coordenação e de negociação, processo que não exclui de modo

algum em seu princípio as situações de dominação ou de conflito. Os conflitos mais violentos podem ser pensados por meio desse quadro processual: a interação pode ser também discordante, pois as múltiplas pertencas constituem o próprio princípio e identidade do indivíduo, pelo fato de que seu trajeto biográfico consiste, no essencial, em juntar esses diferentes mundos ou essas diferentes cenas. No processo de interação, os que interagem mobilizam uma parte de si mesmos sobre uma cena social determinada, ou seja, acionam uma parte de si em proveito de uma posição ou de uma situação.

No centro destas discussões está a identidade do sujeito. Foi, sem dúvida, Goffman (1922-1982), embora ele não seja verdadeiramente filiado ao interacionismo, que forneceu formulações mais convincentes quanto à identidade do ator. Para ele, o conceito de “papel social” é central na constituição destas identidades. A posição do indivíduo no sistema social é definida por um código comportamental que responde às expectativas e às exigências normativas de uma posição. O indivíduo “interpreta”, em função de sua posição na estrutura social, um papel que é majoritariamente constituído pelas expectativas sociais que correspondem a essa posição. Assim, a teoria dos papéis é inseparável de uma problemática da socialização: é porque os indivíduos interiorizaram papéis que eles podem “representá-los”. Logo, cada pessoa se veste de um personagem, que deve revelar um “eu” apropriado para cada ocasião e, ao mesmo tempo, esconder um self que, se revelado, poderia inibir, embaraçar ou distorcer o seu propósito.

Goffman (2009) busca demonstrar a importância que as aparências exercem no comportamento dos indivíduos e usa a metáfora de que o relacionamento humano assume a qualidade de uma máscara. Isso significa que os sujeitos aprendem comportamentos apropriados para as posições que ocupam em sociedade, modificando-as de acordo com o ambiente. Em um ambiente de serviços, por exemplo, devem agir de forma bastante diferente de como agem em seus momentos de lazer.

As pessoas são definidas pelos papéis de serviços que desempenham. Assim, o conflito de papéis é uma séria ameaça para a conceitualização integrada da ordem social. Goffman (2009) aponta todas as dificuldades da noção tradicional de papel, insistindo sobre as ambiguidades da categoria “direitos e deveres”. O universo funcionalista define um espaço de normatividade fictício: as obrigações e expectativas podem ser ou não desejadas; a obrigação pode designar uma classe de ações, a escolha permanecendo aberta no interior dessa classe (o homem de negócios é obrigado a usar um terno, mas pode escolher aquele que quiser em seu guarda-roupa); ou há obrigações

que podem ser dispensadas. Goffman (2009) fará do par normativo obrigações/expectativas um aspecto dentre outros da construção social da imagem de si. A posição ou o estatuto do indivíduo não é mais definido unicamente em termos de estrutura, mas depende da definição que o indivíduo tem da situação: mesmo nas organizações muito fortemente estruturadas através de um quadro espacial unitário e uniformemente coercitivo, as propriedades “sistêmicas” e funcionais não devem ser tomadas como evidentes.

Quando se passa para contextos de ação menos explicitamente estruturados, os “quadros de referência” são ainda menos visíveis. Poder-se-ia dizer que há uma espécie de ilusão sistêmica do contexto, do quadro organizacional da ação: toma-se um arranjo pouco estável como se fosse um sistema. A desestabilização da noção de papel é indissociável da fragilização da noção de quadro. Para abalar os fundamentos hipernormativos da noção de papel, Goffman (2009) argumenta que os indivíduos fazem seu papel enquanto dura a representação e sentem-se obrigados a controlar sua expressão e evitar o relaxamento. Eles podem representar mal ou representar exageradamente. Sua atuação pode ser percebida de viés; podem sempre simular. O papel e o olhar do outro são conectados: pode-se fazer uma pausa quando se sai do quadro da representação.

O que pretendemos ressaltar ao abordar Goffman (2009) é que uma interação é uma troca de informações, um processo de comunicação cujos papéis definidos só existem por causa de uma contingência social. Essas informações não são necessariamente dadas de forma voluntária. Os participantes tiram conclusões desses fatores de indícios: elas não se resumem sempre a mensagens claras que podem ser enviadas pelos interlocutores.

Ainda para Goffman (2009), a interação e a reciprocidade ocupam um papel fundamental. A reciprocidade é o princípio que orienta as interações, pois a expectativa sobre “o outro” e a influência dos atores sobre o comportamento uns dos outros são fatores essenciais para as estratégias e as ações individuais. Os rituais de interação possibilitam a vida social (GOFFMAN, 2009). Eles se caracterizam por serem relações estruturadas que se constroem entre os atores em configurações situacionais e contextuais. Nesta perspectiva, as interações assumem diferentes formas nos diversos contextos, com as intenções e motivações, explicitamente a subjetividade dos atores sempre de acordo com a interpretação e o sentido atribuído pelo sujeito a um

determinado contexto. O autor procura compreender o efeito das emoções e das intenções nas interações face a face.

Estabelecendo um diálogo entre as teorias de Goffman (2009), de Strauss (1992) e a teoria da dádiva, constata-se que as relações traçadas em espaço sociais distintos não são uniformes. Estão permeadas de microcosmos: de famílias, de comunidades de vizinhança, de amigos, trabalho, de redes ou associações de todos os tipos, atravessadas em um tempo que, por vezes, pode ser ressignificado pelos indivíduos, constituindo, assim, a verdadeira finalidade do processo de conjunto. Tanto em uma chave de interpretação holista quanto na teoria da racionalidade, estas relações são menores ou não são importantes. A aposta na dádiva significa também compreender a importância destes microcosmos para os vínculos, transcendendo o cálculo instrumental. Os indivíduos estão intimamente ligados a um número infinito de coisas. A realidade composta pela sociedade, a cultura e a experiência individual não relaciona esses aspectos, porque estes não se encontram divididos. O coletivo e o individual formam uma realidade alinhavada, composta por um sistema de símbolos e uma rede de valores simbólicos.

2.2 Trajetória, carreira e redes

A Sociologia da militância tem-se revelado como outra abordagem aos estudos anglo-saxões¹⁴, tomando como central ou revigorando as análises voltadas às condições (objetivas e subjetivas) de engajamento e de diferentes compreensões da militância, bem como ao fenômeno do desengajamento ou defecção. Este tem sido um campo de pesquisa particularmente ativo na França nos últimos vinte anos. A Sociologia do engajamento militante retrata a renovação dos estudos sobre movimentos sociais, expressa pela instauração do paradigma interacionista, que se interessa pela dimensão processual do engajamento e das carreiras militantes, como também pelo modo como a

¹⁴ A ênfase do modelo anglo-saxão atribui maior importância de análise às noções de organização e recursos dos movimentos sociais. Nesse sentido, os estudos se baseiam, sobretudo, na dinâmica própria do movimento, suas formas de mobilização e formação. Nesta concepção, está em jogo principalmente a possibilidade de os movimentos acumularem recursos (dinheiro, estrutura física, quadros profissionais), recrutar adeptos, garantir audiência e, enfim, atingir os objetivos propostos. Esta vertente de estudo dos movimentos sociais se transformou em escola em 1977. Entre seus estudiosos principais, destacam-se: John McCarthy e Mayer Zald. Doug McAdam acrescentou, na trilha direta do mentor Charles Tilly, o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”. Procurava-se, assim, dar algum espaço à história, aos contextos e às conjunturas em estudos que tentavam dar conta das lógicas de constituição de movimentos sociais, sobretudo nos Estados Unidos, matizando em alguma medida a visão empresarial/logística/racional da escola da mobilização de recursos.

noção de retribuições da militância se constitui. O instrumental interacionista fundado pela Escola de Chicago (Becker, Strauss, Gerth, Mills) compreende que

são os processos de interação – ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca –, ao passo que o exame desses processos se baseia num conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social [...] Assim, essas relações sociais são vistas não como algo estabelecido de uma vez por todas, mas como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade (JOAS, 1999, p. 130).

Nesses estudos, a apreensão das diversas lógicas de retribuição e de percepção envolvidas na ação militante é importante, contemplando processos relacionados ao engajamento, como interesse, participação, trocas e redes tecidas. Além disso, são também importantes “as predisposições à militância, da passagem ao ato, das formas diferenciadas e variáveis no tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida” (FILLIEULE, 2001, p. 172) e da “retração ou extensão dos engajamentos¹⁵”.

O próprio conceito do que é engajamento, designando precisamente um papel assumido na instituição e/ou movimento, mostra que não se trata meramente de um militante, vindo acompanhado de uma forte identidade social e por densas redes de sociabilidade¹⁶. Esses estudos não deixam de investigar o engajamento sindical e partidário; contudo, aproximam-se de “novas” formas associativas: filantropia e voluntariado, humanitário e altermundialista. Nessas associações, são privilegiados, sobretudo, o trabalho militante e as retribuições dos membros, além das trajetórias como aspectos importantes nos mecanismos de participação (FILLIEULE; PÉCHU, 1993).

¹⁵ Id. p. 172.

¹⁶ Em todo caso, a maioria dos trabalhos dos últimos vinte anos tratou das formas de engajamento nos movimentos sociais de uma série de movimentos que se desenvolveram, desde os anos 1970, mais frequentemente sob a forma associativa (BARTHÉLEMY, 2000; HAMIDI, 2002): movimentos de solidariedade (FILLIEULE, 2000; GIUGNI e PASSY, 2001; LECHIEN, 2003), de dimensão altruísta (RAVON e RAYMOND, 1997; PASSY, 1998; DUCHESNE, 2003), humanitários (DAUVIN e SIMÉANT 2002; COLLOVALD, 2002; PARIZOT, 2003; ZUNIGO, 2003), ambientalistas (OLLITRAULT, 2001, 2008), antirracistas (JUHEM, 1998), pelo direito dos enfermos (BROQUA e FILLIEULE, 2000, 2001), das mobilizações de prostitutas (MATHIEU, 2001), dos sem-documentos (SIMÉANT, 1998; BLIN, 2005), dos sem-teto (PÉCHU, 2001, 2004), dos sem-emprego (MAURER, 2001; MAURER e PIERRU, 2001) ou dos três ao mesmo tempo (MOUCHARD, 2002; GARCIA, 2005). Como se pode observar, estes trabalhos norteavam-se em entender estas novas formas de engajamento a partir de expressões como “sem”; e, mais recentemente, as mobilizações “anti”, como o “movimento antipublicidade” (DUBUISSON-QUELLIER; BARRIER, 2007), os anticonsumistas (MICHELETTI, 2003; CHESSEL e COCHOY, 2004); e, enfim, “alter”, com os altermundialistas (AGRIKOLIANSKY e SOMMIER, 2005; AGRIKOLIANSKY, FILLIEULE e MAYER, 2005).

Ainda nesses estudos, há uma relação entre o contexto e a variação dos níveis e das formas de investimento militante.

O esgotamento dos paradigmas marxista e estruturalista, transferindo a atenção dos sociólogos para a ação e as interações, assim como para a história e, portanto, para a dialética ação/instituição, influenciou profundamente a Sociologia do engajamento, favorecendo sua renovação a partir dos anos 1980. De início, levantando a questão tabu das retribuições da militância; em seguida, superando uma concepção bastante redutora da socialização militante - ou como produto da socialização primária ou como resultante principal do trabalho de doutrinação e de controle ideológico realizado dentro das organizações. Paralelamente, a pesquisa se interessou pelas mutações das formas de engajamento e dos repertórios de ação, mais uma vez de modo transversal. Assim, pode-se caracterizar esquematicamente a mudança ocorrida como a instauração de um paradigma individualista, não no sentido estrito do individualismo metodológico, mas integrando a análise das interações entre indivíduos e contextos de ação.

Embora muitas vezes assimiladas uma à outra, a Sociologia do engajamento e a Sociologia da mobilização não se debruçam exatamente sobre as mesmas questões. Os sociólogos das mobilizações, em vista da dimensão pontual dos fenômenos observados, pouco se questionam sobre a perpetuação e a manutenção do papel do militante (o que, de certa forma, procuramos investigar, com os mecanismos de sua durabilidade), cabendo esta tarefa à Sociologia do engajamento. Em última instância, basta-lhes que pessoas tenham sido mobilizadas uma vez para que seu objeto exista. As mobilizações não repousam unicamente naqueles que as fazem e que podem ser considerados mais “engajados”: o êxito de uma mobilização provém igualmente do fato de que a ela se associam, além dos convictos, outros atores cuja mobilização é pensada em curta duração.

Na Sociologia do engajamento, as retribuições são fontes de preocupação. Inicialmente, manifestou-se uma preocupação em especificar a dimensão relacional das retribuições, visto que só podem ser pensadas a partir do que significam em uma posição social específica. Levou-se em consideração a socialização dos indivíduos. Esta Sociologia considera também, em suas investigações, a variabilidade das retribuições no tempo e as causas. Quer se pense na variabilidade das retribuições no tempo ou naquela da atração das causas, o recrutamento deixou de ser visto como fruto de uma socialização linear, com efeitos cumulativos e mecânicos, levantados por meio de indicadores estatísticos padronizados. Assim como os sociólogos do desvio

superaram as explicações deterministas, fundadas na socialização ou na anomia para justificar comportamentos delinquentes (OGIEN, 1999), a Sociologia da militância se voltou para a análise das interações que presidem à adoção e, sobretudo, à estabilização em uma linha de ação militante batizada, seguindo Howard Becker (1960), de “carreira” (FILLIEULE, 2001).

Em uma citação de Becker (1966), na qual o autor faz uma referência literal a Everett Hughes (1897-1983), o conceito de carreira é dividido em duas dimensões, expressando bem alguns dos pressupostos iniciais em que se assenta a Sociologia das carreiras militantes proposta por Fillieule: em sua dimensão objetiva, uma carreira é uma série de novos status e ofícios definidos claramente e não somente nas típicas sequências de posição, realizações, responsabilidade e mesmo de aventura. Subjetivamente, uma carreira é a perspectiva em movimento na qual a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que acontecem com ela (HUGHES, 1937, p. 409-410 in BECKER, 1966, p. 102 apud FILLIEULE, 2010, p. 19).

Para Becker (1966), a “carreira” é originalmente desenvolvida em estudos sobre ocupações de Hughes (1937), servindo para explicar a sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema ocupacional de indivíduos que trabalham nesse sistema. Na análise original, o termo “contingência de carreira” explicaria tanto fatores estruturais (diploma, tempo de serviço, plano de carreira), que levam um indivíduo a assumir outra posição, quanto fatores tais como mudanças nas perspectivas, motivação e desejos dos indivíduos. Este modelo sequencial, base da análise de ocupações, para Becker (1966), serviu para o estudo de carreiras desviantes, considerando não só aqueles que seguem uma carreira marginal, e, por conseguinte, assumem uma identidade e um modo de vida desviantes, mas também para aqueles que têm um contato esporádico ou fugaz com o desvio, cuja carreira os afasta do desvio.

Em seu estudo sobre a Sociologia do desvio intitulado *Outsiders: estudos de Sociologia do desvio*, Becker (2008) inova ao investigar o desvio em um modelo sequencial, levando em conta a mudança ao longo do tempo. O modelo sequencial não estuda o desvio como doença nem tampouco perscruta as causas do comportamento inadequado, mas se interessa em como os padrões de comportamento se desenvolvem. No caso, Becker (2008), adaptando este modelo aos usuários de maconha, analisou a sequência de passos dados pelo usuário, de mudanças no comportamento e nas perspectivas do indivíduo, a fim de compreender o fenômeno. “Cada passo requer

explicação, e o que opera como causa em um passo de sequência pode ter importância desprezível em outro” (BECKER, 2008, p. 34). Cada sequência constitui-se de uma explicação de causas que levam ao comportamento desviante. Utilizado este modelo, Becker (2008) chega à conclusão de que o comportamento desviante deve ser explicado também como consequência da reação pública ao desvio, não “um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante¹⁷”.

Avançando no modelo sequencial, e alinhavados aos eventos, autores como Conick e Godard (1989) ponderam serem as biografias importantes para se chegar a um modo de inteligibilidade das práticas dos agentes. Para eles, uma análise de tal porte deve romper tanto com as posições objetivantes, que tratam as trajetórias independentemente do sentido que o sujeito lhes confere, como também com as análises subjetivistas, que se pautam pelo sentido que o sujeito atribui à sua vida e que, assim, orientam a ação social. A importância da “biografia” está relacionada à combinação desses elementos. Tomada como princípio para a interpretação dos percursos, a inteligibilidade social deve ser considerada primeiramente em sua dimensão temporal, levando-se em conta as sequências dos eventos e os esquemas narrativos que constroem o relato. Dessa forma, podem-se perceber, por exemplo, “os modos de ascensão às posições ocupadas em determinada etapa da trajetória, sobre a posição no ciclo da vida, de certas práticas e sobre as representações imaginárias de existência” (CONICK; GODARD, 1989, p. 33).

Ampliando ainda mais esse debate, a elucidação da “produção da inteligibilidade” passa pela combinação dos modelos que Conick e Godard (1989) intitulam arqueológico, processual e estrutural. O primeiro diz respeito a um ponto de partida, podendo ser compreendido pelo conceito de *habitus* de Bourdieu (1996). Com esse modelo, procura-se a origem, um evento fundador como determinante para as disposições internalizadas pelo indivíduo. Sob essa ótica, no caso das trajetórias, o passado possui uma eficácia cumulativa.

No segundo modelo, o processual, o que está em jogo é a descrição do processo propriamente dito. As conexões dos eventos são esboçadas através da forma do processo, levando-se em conta a transição de um estado a outro. Ainda no âmbito deste segundo modelo, os autores apresentam quatro tipos de transição. O primeiro considera a mudança como o tempo de permanência em cada etapa, assim como o tempo para se

¹⁷ Id. p. 45.

produzirem determinados efeitos. Em um segundo tipo, o tempo heterogêneo estuda os momentos de ruptura, chamados “bifurcativos”. Essas bifurcações são imprevisíveis, e pode-se dizer que, em uma análise sobre as etapas de uma trajetória, podem-se tomar como referência os “pontos críticos” ou as “crises” em que a bifurcação pode ocorrer, estudando-se as “perturbações” que provocam as divergências nos pontos críticos.

O terceiro tipo diz respeito aos fatores que provocam as mudanças, chamados de “energéticos”. A ideia central é que existem destinos prováveis e, “para evitá-los, é preciso despender energia” (CONICK; GODARD, 1989, p. 42). O quarto tipo de modelo, ao contrário do bifurcativo ou dos energéticos, considera o tempo como “um *continuum* e repousam no instante, observando evoluções quase instantâneas” (CONICK; GODARD, 1989, p. 42). Tal modelo parece trazer a caracterização mais importante, pois o eixo central dessa análise é o processo, assumindo uma causalidade dinâmica, ou seja, segundo ele, não há mais uma causa presente que contém o passado e determina o futuro, mas eventos cujo sentido e eficácia evoluem ao longo do processo, dados pelo indivíduo.

No terceiro modelo, o estrutural, “prevalece a ideia de pré-estruturação do percurso de vida ou de relatos por temporalidades externas, organizadas em cadeias causais preexistentes ao desenvolvimento das trajetórias individuais” (CONICK; GODARD, 1989, p. 47). Esse modelo demarca a existência de temporalidades externas anteriores, as quais podem ser apresentadas em duas situações. A primeira, como o jogo das “temporalidades históricas”, que supõe uma teoria do desenvolvimento histórico própria aos campos anteriormente definidos. Esses são campos de historicidade, seguidos de uma teoria de periodizações que confere ritmo às evoluções, podendo-se assim também levar em conta a análise de um comportamento ou atitude como resultado da idade, isto é, do envelhecimento do indivíduo.

A segunda situação caracteriza-se como as formas sociais de organização temporal da existência do indivíduo, apresentando duas subdivisões principais: uma pela qual pretende dar conta das etapas da vida relacionadas à ordem institucional – evidenciando, por exemplo, o Estado como multiplicador dos direitos e deveres dos cidadãos –, e outra que evidencia a ordem cultural, levando em conta os efeitos das prescrições morais para desencorajar ou encorajar certas práticas em determinadas etapas da vida.

Estas explicações, apesar de longas, são elucidativas para o que pretendemos enfatizar nos estudos de trajetória das lideranças. Parte-se do entendimento de que a

produção da inteligibilidade dos itinerários biográficos passa pela combinação dos modelos apresentados (arqueológico, processual e estrutural) para dar conta não somente das origens, ou apenas dos fatores endógenos que levam a certas práticas das lideranças – em especial, as fortalecidas pelas redes sociais –, mas das etapas de suas trajetórias, com suas mudanças e as trocas que nelas ocorrem, dos laços sociais e vínculos, das formas de retribuição. Consideramos, nesta tese, tais combinações quando analisamos as trajetórias e o sistema de dádiva implícito nos diferentes momentos, bem como seus instrumentos simbólicos (reuniões, eventos, passeatas, mobilizações e rituais).

O compartilhamento de propriedades sociais entre um indivíduo e os membros de um grupo mobilizado e, portanto, a existência de uma comunhão de ideias e de *habitus* não bastam para orientar um indivíduo para determinado grupo mobilizado. Na maior parte dos casos, a mediação de pessoas próximas é necessária, senão suficiente (SNOW et al., 1980; GOULD, 1991; PASSY, 1998; DIANI e MACADAM, 2003; DURIEZ e SAWICKI, 2003). Ainda que a existência de vínculos nem sempre comprove sua eficácia ou efetividade, os relatos biográficos frequentemente confirmam o papel dos pais, amigos, colegas, sacerdotes, padres e outros agentes na passagem à ação.

Ainda sobre a Sociologia do engajamento, as pesquisas recentes também insistem sobre o papel das redes sociais como suporte de sociabilidade e de novas identidades, que contribuem para a eficácia e manutenção do recrutamento na ação coletiva. O engajamento pressupõe novos papéis aos seus militantes, bem como novas identidades que lhes permitem ser identificados com uma “luta”. Portanto, ser atribuído um título - “liderança sindical”, “liderança rural”, “liderança dos sem terra” etc. – pressupõe, além de uma nova identidade, uma série de redes construídas ao longo das trajetórias individuais.

Mas o engajamento leva a endossar uma identidade para si mesmo e para os outros, e tudo isso com “custos” que nada mais são do que dádivas passíveis de se relacionadas aos sacrifícios, à partilha, à solidariedade, à adesão e, finalmente, como retribuição. Todavia, no centro desse debate, está a permanência como militante. Nesse patamar, as chances são maiores com os vínculos construídos ao longo das redes tecidas. E mais ainda, a valorização do indivíduo reforça a atividade militante que, por sua vez, deve ser compreendida para além da racionalidade estratégica da possibilidade de cargos, de bens materiais etc., como vimos insistindo nesta pesquisa.

Nesta tese, a análise das interações e das redes sociais permitiu-nos explicar um sistema de dádiva em variadas formas de retribuição, divididas em tempos diferenciados de engajamento das lideranças na Transamazônica e Xingu. Esta temporalidade diferenciada faz com que os indivíduos estejam permanentemente sujeitos à obrigação. Veremos isso mais claramente no capítulo IV.

Ao abordar a trajetória de um indivíduo, considerando as relações e mudanças produzidas em contato com diferentes contextos e instituições, etapa por etapa, uma análise construída sob essa perspectiva de carreira combina movimentos sincrônicos e diacrônicos, dimensões essenciais da identidade social. Na perspectiva diacrônica, a transformação de identidades e os mecanismos sociais operantes nessas transformações; na perspectiva sincrônica, a pluralidade de lugares nos quais os atores sociais devem estar envolvidos (FILLIEULE, 2010).

Desse modo, o trabalho de investigação realizado para a construção desta tese aliou a trajetória individual de lideranças a suas carreiras militantes. Não foi possível separá-las, conforme veremos no capítulo IV, dos sentidos atribuídos, das fileiras e das redes de adesão.

2.3 Trajetória, engajamento, carreira e dádiva

No capítulo I, chamamos a atenção para a necessidade de superar certa dificuldade no que diz respeito à integração entre agência humana e estrutura na compreensão de relações e processos políticos, revisitando o papel dos indivíduos nesses processos e nos resultados por eles alcançados. A relação entre política e militância tem-se tornado objeto de um conjunto de estudos e pesquisas nas Ciências Sociais, estudos estes que buscam visitar o papel dos indivíduos. Nessas pesquisas, tem-se salientado tanto a profissionalização da militância e da política como as retribuições da atuação militante e as reconversões das competências profissionais (OFFERLÉ, 1996, 1999; SAWICKI, 1999).

Procuramos, anteriormente, demonstrar que há uma relação entre a concepção de carreira e o interacionismo, principalmente no que este último denomina de “situação” e “contexto”, quando se refere à materialização das interações no espaço e no tempo. O contexto diz respeito aos fatos estudados. Até porque as interações não se dão no vazio social. A situação é característica da ação individual, sendo construída pelo indivíduo nas situações colocadas em que ele interpreta e age de acordo com as situações.

A carreira não pode ser compreendida sem esta relação de interação, nem tampouco o sentido das ações que são produzidas em seu interior fora do contexto no qual ocorrem. Isto significa dizer que as carreiras de militantes não são produzidas homogeneamente. A ação militante só pode ser compreendida na interação situação e contexto. Assim, justifica-se metodologicamente que, para compreender os vínculos tecidos pelas lideranças na Transamazônica e Xingu, “olhe”-se para as redes sociais, com vistas a identificar os nós e os laços tecidos por elas, mas também como esta liderança age em cada situação colocada.

Quando citamos os laços, além dos fortes e fracos esboçados no capítulo I, referimo-nos também a laços positivos ou negativos. Os positivos (SIMMEL, 1975) são laços de identificação com a causa, com a luta e nos projetos. Os negativos são laços de diferenciação, os quais fazem com que as lideranças demarquem fronteiras de pertencimento a entidades ou campos diferentes.

Tal distinção aparecerá nas análises das redes, pois elas são definidoras das formas de retribuição por parte das lideranças. A importância de adotar categorias distintas partiu da necessidade de expressar o quanto a força dos laços depende da duração da relação, da antiguidade e do tempo despendido, bem como dependem da intensidade emocional, da intimidade e dos serviços recíprocos.

Outra questão no caso da Transamazônica deve ser considerada: a pluralidade de conteúdos de troca existentes no laço. Essa pluralidade ou multiplexidade diz respeito ao laço com mais de um conteúdo e como as lideranças desempenham mais do que um papel na rede. As passagens por diferentes redes engendram também múltiplos papéis que se complementam e fortalecem a militância e sua permanência.

Nas diferentes inserções vivenciadas pelas lideranças, como nos campos religioso, sindical, político partidário, profissional (neste caso, referente a cargos ocupados em instituições governamentais e não governamentais) e escolar, observamos os deslocamentos destas lideranças nos diferentes espaços de atuação, interações, jogos de poder, articulações, ocupações exercidas e formas de reciprocidade organizadas no interior das instituições/organizações. Cada inserção destes militantes reveste-se de sentidos. São prestações e contraprestações revistas nas partilhas, nos eventos, nas reuniões, passeatas, mobilização, adesão a um partido. Sem dúvida, esses momentos são, de fato, importantes para a formação de quadros de liderança ou para alcançar um cargo político, mas também, e fundamentalmente, como símbolos que dão significado à ação social, portanto também importantes para a constituição de suas lideranças.

Nas redes tecidas, uma variedade de laços pode ser observada na narrativa de uma liderança catalisadora que participou ativamente de diferentes espaços, desde a participação nas CEBs, no CSLU, na formação do sindicato de Altamira, na emancipação dos municípios, na formação do sindicato de Medicilândia, na organização do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e da FETAGRI. Atualmente, é Deputado Federal.

Sou filho de agricultor. Cheguei ainda criança, vindo do Espírito Santo com meu pai e mãe. Lembro que fomos para um travessão em Medicilândia e fomos plantar café, experiência que meu pai já tinha. Meu pai não participava de nada lá no Espírito Santo. E eu fui para uma reunião no travessão com um padre que andava pela Transamazônica. Gostei do padre e meu interesse estava mais na possibilidade de abrir a estrada para escoar os produtos. O padre me levou para várias reuniões em Altamira. Nas reuniões, conheci outras pessoas. E cada vez que eu ia para uma reunião, eu me sentia na obrigação de repassar as informações para os colonos do travessão (informação verbal¹⁸).

A carreira de militante desta liderança alça outros espaços:

Fui depois me sentido na obrigação de participar; no começo, meio envergonhado, e depois fui criando gosto pela luta. A luta tem seu lado de abnegação, mas tem seu lado de recompensa. Quando participei da CLSU, já sabia que era irreversível. Minha função era, no início, repassar as informações e levar para as reuniões o maior número de pessoas. Depois, participei da tomada do sindicato de Altamira em 1988, e dizem que me destaquei pelo discurso bom. Aprendi na Igreja, nas viagens pelo Pará e em outros estados, e também na CSLU. De militante, coordenei o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica. Fui para a FETAGRI e depois colaborei na formação do Partido dos Trabalhadores em Altamira. A minha indicação para candidato a Deputado Federal foi construída em várias fases de minha militância. Não veio do nada, não foi da noite pro dia. A recompensa em estar no segundo mandato é o resultado de mais de 25 anos de militância. Da minha parte, continuo a ir na Transamazônica, meu local de origem, e de onde tiro minhas forças (informação verbal¹⁹).

¹⁸ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

¹⁹ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Ao analisarmos as histórias de vida das lideranças na Transamazônica considerando os vínculos, as trocas e formas de retribuição, esta abordagem somente é possível se conjugada para além da história individual, contextualizada às instituições às quais pertence, ao contexto histórico e, fundamentalmente, aos sentidos atribuídos pelas lideranças a essas trocas de retribuições.

Trabalhar em conjunto as questões das predisposições à militância, da passagem ao ato, das formas diferenciadas e variáveis no tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida e da “retração” ou extensão dos engajamentos (FILIEULLE; AGRİKOLIANSKY; SOMMIER, 1997, p. 172).

Para Filieulle (1997), o engajamento torna o ator social ao mesmo tempo consumidor e produtor de informações, estando simultaneamente agindo e sendo influenciado pelas forças sociais dos grupos. A perspectiva teórica deste autor propõe uma distinção entre os motivos do engajamento e as motivações dele resultantes. Filieulle (1997) aponta para a relevância da biografia, considerando as ações dos atores em relação às lógicas sociais coletivas.

Em se tratando de retribuições, não estamos nos referindo a como o engajamento reflete uma possibilidade racional de a liderança ter acesso a recursos materiais ou cargos políticos (é claro que esta racionalidade existe), ou mesmo a de que forma, no processo de socialização das lideranças, podem ser analisados por fatores determinantes para suas escolhas e formas de engajamento. Situamos o engajamento além das situações colocadas anteriormente. A dinâmica, neste caso, é analisada em termos de como as relações de troca, efetuadas nas redes sociais, constituem-se nos diferentes momentos de socialização, por formas de aliança que vão desde a necessidade de não se sentir isolado, da solidariedade entre vizinhos, até o engajamento em movimentos sociais; neste último, o engajamento é revestido por momentos que englobam a relação com a Igreja Católica e a Teologia da Libertação, o sindicato, o partido político e a constituição da representação de liderança. Enfatizamos que estes momentos não são lineares, mas originam um sistema de dádiva (dar, receber e retribuir) com várias dimensões que só podem ser perscrutadas se contextualizadas pelo momento e/ou tempo vivenciado, pelas condições políticas e sociais colocadas, pelas relações interpessoais tecidas com diferentes indivíduos e instituições ao longo de suas trajetórias.

Para Agrikoliansky (1997), as escolhas são mais complexas e devem ser compreendidas em um quadro de análise das trajetórias e sua interface com o sistema de interações no qual esses agentes estão inseridos enquanto militantes. Considerando-se tais pressupostos, o engajamento de militantes não deve ser compreendido como fundamentado unicamente em uma estratégia racional, ou que as retribuições sejam as mesmas almejadas pelos agentes, por mais que esses atores estejam engajados na mesma instituição ou movimento social.

Foi o que observou Santeny (1999) em um estudo realizado sobre os dirigentes ecologistas franceses. Através de uma amostra, o autor percebeu haver uma heterogeneidade das trajetórias políticas dos dirigentes no seio desse movimento, os quais buscavam, através dessa inserção, várias formas de retribuição, sejam profissionais, como no caso dos “técnicos”, sejam políticas, como na situação dos militantes de organizações políticas ou movimentos sociais. Santeny (1999) ressalta, porém, que as lógicas de engajamento não são as mesmas para todos esses agentes, havendo diferentes tipos de conduta conforme a situação, os recursos e os contextos.

2.4 As lideranças da Transamazônica e Xingu: diferenciações no campo da militância

Na organização das entrevistas, elencamos as lideranças a partir de uma divisão criada por nós e baseada em características, semelhanças e diferenças identificadas no curso de sua trajetória. Essa opção pode ser justificada por se tratar de lideranças com tempo e formas de engajamentos diferenciados. Selecionamos lideranças da FETAGRI e SINTEPP com as seguintes diferenciações:

Estabelecemos, primeiramente, um marco temporal como referencial de análise. Consideramos as trajetórias das lideranças a partir do período mais intenso de efervescência dos movimentos sociais na Transamazônica, como situado na Introdução deste trabalho, no início da década de 1980, momento das grandes mobilizações organizadas pela Prelazia do Xingu. Desse modo, mapeamos as lideranças a partir do contexto histórico. A primeira estratégia adotada foi identificar, entre as lideranças, quais participaram diretamente das CEBs, das lutas pela emancipação dos municípios – do território da Transamazônica e Xingu, das primeiras organizações sindicais e outros movimentos sociais que são relatados no terceiro capítulo. Uma parte importante dessas lideranças foi, ou são, deputados federais ou estaduais, sendo outros vereadores. Alguns

ocupam cargos importantes na esfera federal e outros na esfera estadual, tendo participado ativamente da organização e mobilização das entidades selecionadas.

No segundo momento, a partir das lideranças que participaram dos momentos de grandes mobilizações na Transamazônica, mapeamos as outras lideranças.

Foram selecionadas 30 lideranças: nove mulheres e 21 homens. O número foi aleatório; não obedeceu a nenhuma amostra quantitativa, mas à intervenção e influência das lideranças nos movimentos sociais e no território da Transamazônica e Xingu.

Nas 30 entrevistas, analisamos suas trajetórias pela carreira, como já explicado. Assim, encontraremos desde as variadas formas de interesse pela participação em eventos organizados, tais como reuniões, mobilizações para participar tanto de reuniões nas vicinias como em Altamira, a forma de entrada nas CEBS, no sindicato, no partido político, o cargo ocupado, as principais atividades desenvolvidas, pois estas últimas marcam singularmente o desempenho das lideranças. Em cada momento ou situações importantes da carreira, buscamos elucidar os vínculos construídos, as redes tecidas e as formas de reciprocidade.

Construímos três grupos distintos para dar conta das diferenciações destas lideranças, ficando assim caracterizadas:

A) As lideranças catalisadoras: Lideranças cujo processo de aprendizado e recrutamento se deu diretamente por padres e/ou freiras da Prelazia do Xingu. Participaram das Comissões Eclesiais de Base e do CSLU, da luta pela emancipação dos municípios na Transamazônica, despontando para as redes de solidariedade e organização das associações e retomada dos sindicatos, como o de Altamira, e da formação de novos Sindicatos, como o de Medicilândia, Uruará e Ruropólis. Esses militantes participaram do SINTEPP e outros da FETAGRI. Atualmente, não estão mais nestes sindicatos nem participam de suas direções. Contudo, exercem influência, pois muitos de seus diretores estão no mesmo campo partidário, ou outros foram recrutados pelas lideranças catalisadoras.

Estas lideranças serão assim identificadas ao longo do trabalho, por desempenharem um papel catalisador, por quem passam muitos laços fortes e influências para outras lideranças. Desenvolvem suas militâncias atuais principalmente no Partido dos Trabalhadores, mantendo residência em municípios como Altamira, Medicilândia, Ruropólis e Anapu. Foram entrevistadas oito lideranças. Dois são Deputados; um estadual e outro federal. Uma liderança é representante da Casa Civil do Governo Federal. Duas lideranças são ex-vereadores de Altamira. Um vereador em

Brasil Novo, um ex-Deputado Federal e outro ex-Secretário de Transportes do Governo do PT no Pará.

B) Lideranças que participam ou participaram do SINTEPP e FETAGRI:

São lideranças que exerceram ou exercem cargos importantes na estrutura do SINTEPP e FETAGRI e continuam militando. Em suas carreiras, estes foram iniciados pelas lideranças catalisadoras. Foram entrevistadas 10 lideranças, sendo seis da FETAGRI e cinco do SINTEPP.

C) Lideranças jovens: São lideranças mais jovens, não somente segundo o critério etário, mas, sobretudo, jovens na militância. Iniciaram suas militâncias nas seguintes instâncias: Conselhos de Desenvolvimento, Associação Regional das Casas Familiares da Transamazônica- Regional (ARCAFAR), Cooperativas de Produtores Rurais, Pastorais da Juventude. Engajaram-se em sindicatos e partidos políticos. Foram entrevistadas 12 lideranças atendendo a este perfil.

As lideranças serão identificadas na tese por números para resguardar seus nomes e sua entidade. Os números de (1) a (8) são reconhecidos como lideranças catalisadoras. De (9) a (18), lideranças que ocupam ou ocuparam cargos no SINTEPP e FETAGRI e, de (19) a (30), as lideranças jovens.

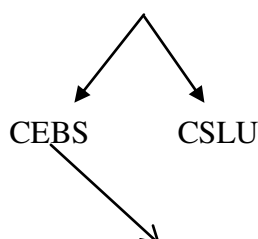
2.4.1 Organograma dos vínculos constituídos nas redes tecidas

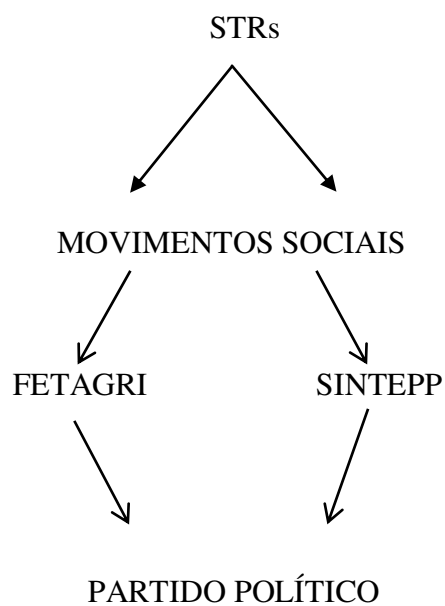
O organograma corresponde às principais redes tecidas pelas lideranças no processo de engajamento. Isso não significa que não houve outras participações ao longo da construção de suas carreiras. Optamos por mostrar os principais vínculos que, a nosso ver, foram decisivos para suas carreiras de militantes.

FIGURA 02 – Organograma 1: Lideranças catalisadoras.

Organograma 1
Lideranças Catalisadoras

PRELAZIA DO XINGU



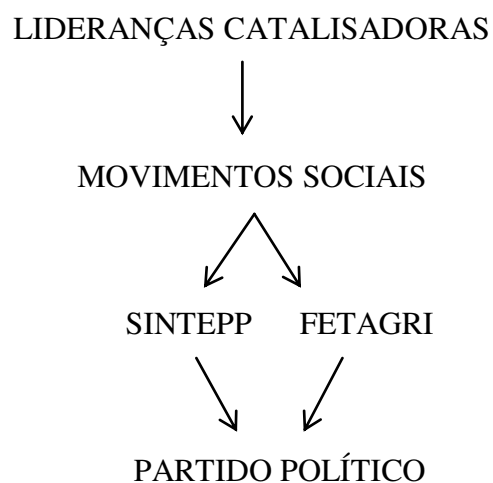


Fonte: Organograma elaborado pela pesquisadora.

FIGURA 03 – Organograma 2: Lideranças que ocupam ou ocuparam cargos no SINTEPP e na FETAGRI.

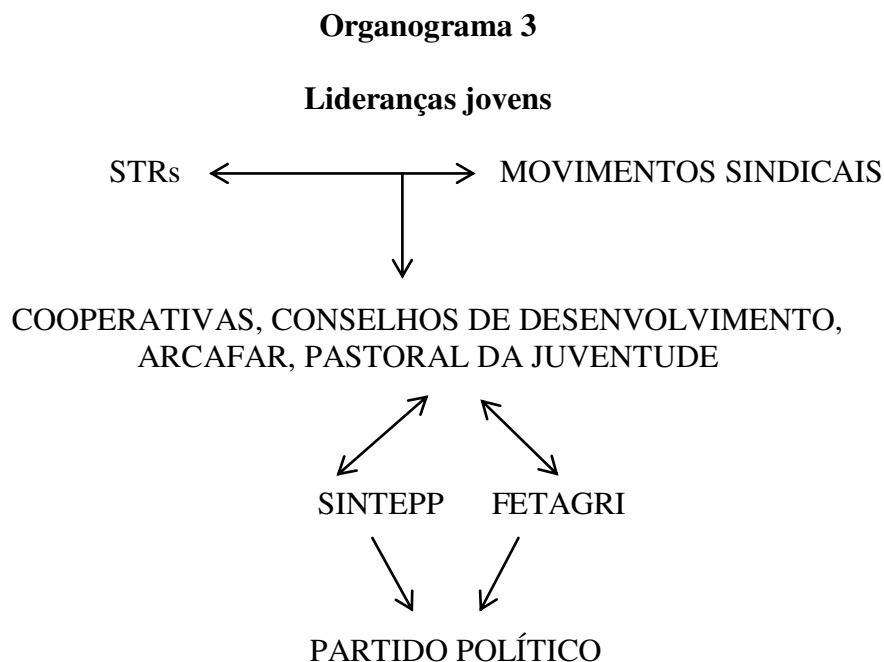
Organograma 2

Lideranças que ocupam ou ocuparam cargos no SINTEPP e FETAGRI



Fonte: Organograma elaborado pela pesquisadora.

FIGURA 04 – Organograma 3: Lideranças jovens.



Fonte: Organograma elaborado pela pesquisadora.

2.4.2 O perfil das lideranças

A idade dos entrevistados varia de acordo com a caracterização. As lideranças catalisadoras atendem à faixa de 45 a 70 anos. Todos os entrevistados são casados e a escolaridade varia da 4ª série do ensino fundamental (segundo a denominação atual) ao 3º grau. Três entrevistados cursaram até a 4ª série. Com o ensino médio, foram dois entrevistados; com o 3º grau (Graduação em Pedagogia e Letras), foram três entrevistados, totalizando oito lideranças.

Entre as lideranças que participam ou participaram do SINTEPP e FETAGRI, a faixa etária varia entre 30 e 55 anos. Nove são casados e um separado. Quanto ao nível de escolaridade, cinco apresentam tempo de escolaridade até a 5ª série do ensino fundamental e outros cinco têm curso superior (Graduação em Pedagogia, Letras, Geografia, Biologia e Enfermagem), totalizando dez lideranças.

Entre as lideranças mais jovens, destaca-se uma faixa etária que varia entre 26 e 40 anos. Quanto ao estado civil, são oito casados, dois solteiros e dois separados. A escolaridade contabiliza mais anos de estudos: oito apresentam curso superior (Pedagogia, Letras, Geografia, Biologia, Matemática e Licenciatura em Ciências Agrárias) e quatro possuem o ensino médio, perfazendo um total de 12 lideranças entrevistadas.

O universo dos entrevistados perfaz 30 pessoas, sendo nove mulheres e 21 homens. O número menor de lideranças femininas, mesmo entre as mais jovens, descortina um outro problema: a baixa atuação feminina em um universo de militância masculina. São vários os fatores que explicam esta conjuntura, os quais não daremos conta de responder nesta tese, tais como: fatores socioculturais, despontando principalmente a condição de mulheres agricultoras com várias jornadas de trabalho: casa, educação dos filhos, o trabalho na roça, aliado à falta de estímulo de seus companheiros para ambicionar cargos de liderança. A segregação a que as mulheres foram conduzidas historicamente está presente no espaço da política, este ainda um campo de homens. As lideranças entrevistadas deixam entrever, nas entrelinhas de suas narrativas, que as formas de inserção no jogo do poder também se alternaram em situações de subordinação e, ao mesmo tempo, situações de dominação. As novas identidades emergiram desse conflito.

Quanto às entidades selecionadas, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI regional - foi criada em 1997, sendo filiada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Central única dos Trabalhadores (CUT). Juntamente com seus Sindicatos filiados, constitui uma rede orgânica denominada Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Atualmente, conta com 11 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Transamazônica e Xingu. A Federação faz parte da FETAGRI-PA, fundada em 30 de dezembro de 1968.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) é uma entidade de representação que congrega 142 sindicatos de trabalhadores rurais do Estado do Pará. O Estado conta com 143 municípios. O único município que não possui sede de sindicato é o de Quatipuru, localizado na região do Nordeste Paraense. A Diretoria efetiva da FETAGRI compõe-se dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretaria de Política Agrária, Secretaria Geral, Secretário de Políticas Sociais, 1º Secretário/a, Secretaria de Finanças Sindicais e de Administração; Secretaria de Assalariados, Secretaria de Política Sindical e Formação e Coordenadoria da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos, sendo limitada a sua competência à fiscalização da gestão financeira e patrimonial da Federação. Há ainda o Conselho de Representantes, formado pelos delegados dos Sindicatos filiados, na proporção de dois por sindicato, além dos integrantes da Diretoria Executiva da Federação, todos com direito à voz e voto.

O Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP) regional foi fundado em 1995, em Altamira. Expandiu sua ação na Transamazônica no mesmo ano e conta atualmente com 10 subsedes nos municípios da Transamazônica e Xingu: Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Ruropolis, Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. O SINTEPP, no Pará, foi fundado em 1993. Em sua estrutura interna, conta com Coordenação Geral, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Patrimônio, Secretaria de Formação Política, Secretaria de Assuntos Educaionais, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Eventos Culturais e Lazer, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Gênero e Sexualidade, Secretaria de Saúde do Trabalhador, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação de Direitos Humanos, Secretaria de Educação do Campo e Ribeirinhos, Secretaria Etno-Racial e Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III- NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA, A OBRIGAÇÃO E A RETRIBUIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA

O objetivo deste capítulo não é reproduzir ou investigar as causas e consequências da expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia. Para isto, há uma vasta literatura que narra a história da construção da estrada Transamazônica e a formação de núcleos de povoamento (ALMEIDA, 1993; MARTINS, 1997; HÉBETTE, 1999). O mesmo se pode afirmar acerca dos conflitos advindos de interesses distintos de grupos de empresários, madeireiros, fazendeiros, indígenas, agricultores, pescadores e seringalistas, ou da expulsão de camponeses (HÉBETTE, 1983; MARTINS, 1993, 1997).

Também não é nossa pretensão discutir os movimentos sociais na Transamazônica, sua formação, suas ações e sua organização interna. Nosso objetivo ao reconstruirmos parcialmente, neste capítulo, a expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia é, primeiramente, contextualizar as condições históricas em que emergem as organizações sociais na Transamazônica e, no interior delas, as lideranças. É no contexto de abandono do Estado brasileiro ao Projeto de Colonização que despontam outros movimentos sociais buscando, ao mesmo tempo, direitos básicos como saúde,

educação e transporte, além do reconhecimento por serem moradores de um espaço construído com muita luta.

Ademais, consideramos que há um peso relativo dos laços sociais traçados herdados e presentes nas trajetórias das lideranças, a partir do papel exercido pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu na construção dos movimentos sociais na Transamazônica. Na formação das lideranças entrevistadas, a constituição dos vínculos não pode estar deslocada desse contexto. É claro que há vínculos traçados na trajetória das lideranças anteriores à sua militância (e não podemos negá-los no estudo de suas trajetórias). Contudo, reiteramos, o marco inicial defendido nesta tese é a importância dos vínculos constituídos e os sentidos da troca entre lideranças na Transamazônica a partir de seu engajamento nos movimentos sociais.

3.1 A expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia

A rodovia Transamazônica (BR-230) foi inaugurada no dia 27 de agosto de 1972 e representou uma parte do processo mais amplo de investimentos em malha viária, à qual se somaram outras rodovias: a Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319), Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá a Manaus, mas nunca foi concluída) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e do Pará-Maranhão (BR-316). As estradas representavam um suporte para os projetos de colonização, coordenados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Plano de Colonização foi lançado em 1970, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, intitulado como Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de elaborar projetos de colonização com a construção de estradas atravessando a Amazônia no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul.

A estrada Transamazônica foi projetada para “integrar” a Amazônia às outras regiões do país, cujo slogan foi reproduzido em vários discursos oficiais do governo. Tratava-se de uma estrada que se estenderia de “terras sem homens para homens sem terras”. As intenções estavam também relacionadas à garantia da soberania nacional, que, segundo os militares, estaria ameaçada por grupos comunistas.

Para o regime militar, a Amazônia representava um espaço geopolítico importante, embora desprovido de organização social e habitada por um povo nômade e sem lei. O general Golbery do Couto e Silva, estrategista militar, traduziu muito bem esta visão preconceituosa no livro *Geopolítica do Brasil*, de 1955. Neste livro, são

estabelecidas tipologias geográficas de polos estratégicos brasileiros e discutidas, com base em preceitos geopolíticos internacionais, as maneiras pelas quais o país deveria se defender de possíveis invasões de estrangeiros, comunistas e “homens sem lei”.

No arco a Noroeste distendido, de Corumbá – ou mesmo mais ao Sul – até a comarca distante do Amapá, pelos territórios do Guaporé (Rondônia) e do Acre, todo o ocidente amazônico do Juruá, do Javari, do Japurá e do Uapés, Rio Branco e a província guianense, sucedem-se as “marcas” semidesertas, instáveis ainda, quase de todo abandonadas, abertas a penetrações de grupos sem bandeira definida e a correrias de nômades sem lei e onde, em torno de um arremedo de organização política pouco adequada, e um rudimentar sistema de guarnições militares tão esparsas como débeis, se cristalizam nódulos de população ativa, desprevenidos inteiramente do grande, do enorme, do vital papel que de fato lhes incumbe, e incumbirá por longo tempo, de colônias de povoamento pioneiro, mas, igualmente, de postos dinâmicos e agrestes de defesa (SILVA, 1955, p. 12).

Com esta estratégia, o governo militar esperava consolidar a colonização das terras no Norte brasileiro, ligando por estradas o Norte ao Nordeste do país. As formas de ocupação previam também a instalação de grandes empresas minerais de exploração de ferro, cassiterita, ouro e empresas agropecuárias para a instalação da pecuária. A ideia de ocupação é uma marca dos projetos e empreendimentos na Amazônia. O que está por trás é uma concepção preconceituosa e alicerçada em uma visão de que a região apresenta um vazio demográfico e os “poucos” moradores são “atrasados”. Esta foi (e permanece ainda nos dias atuais) a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de polos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira, a construção de hidrelétricas e a construção de ferrovias. Todos estes projetos carregavam fortemente uma concepção de modernidade, sugerida por Latour (1994), segundo a qual a natureza e a sociedade são tratadas separadamente.

No regime militar, recaía sobre os humanos a explicação do atraso de uma população acomodada à fartura dos rios e florestas. Ela precisava, portanto ser inserida na modernização, através de programas e projetos. A natureza precisava ser moldada para a entrada destes empreendimentos. O modo de vida dos índios, seringueiros, pescadores e ribeirinhos representava um “entrave” a esta concepção de modernidade.

As populações locais, especialmente as indígenas, sofreram um impacto em suas formas de viver e de organizar-se. Um exemplo do desastre ecológico gerado pela

construção da estrada ocorreu no trecho que hoje liga as cidades de Altamira a Itaituba, no Estado do Pará. A estrada passou a poucos quilômetros de uma das grandes aldeias onde vários subgrupos Arara se reuniam no período de estiagem. A estrada cortou plantações, trilhas e acampamentos de caça tradicionalmente utilizados pelos índios. O que antes já era considerado um grupo pequeno foi apartado pela “estrada da integração nacional”: seu leito principal, suas vicinais, seus travessões, suas picadas e clareiras acessórias formaram barreiras, impedindo o trânsito dos índios pelas matas e impondo limites à tradicional interação entre os subgrupos que, vivendo dispersos pelo território, articulavam-se numa rede intercomunitária coesa. Esta relação assimétrica entre grupos sociais com interesses tão distintos partia do pressuposto de que a natureza precisava ser dominada e a sociedade era culpada de não fazê-lo.

Sugerindo uma antropologia simétrica, Latour (1994) defende que, além de a concepção de “erro e de verdade” serem consideradas dicotomicamente no plano da ciência, também a “natureza e a sociedade” são tratadas separadamente. Para este autor, elas estão sob um mesmo plano, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Não há, de antemão, o mundo das coisas em si, de um lado, e o mundo dos homens entre si, de outro, pois natureza e sociedade são, ambas, efeitos de redes heterogêneas. Isto não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. O princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, sem recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação e da culpa. O social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

A interpretação feita pelos militares divulgava a ideia da ocupação necessária e de responsabilidade dos humanos, para dominar uma natureza indomável de “terras sem homens para homens sem terra”. Para reforçar esta concepção, não bastava a força física ou a violência, foi também necessário convencer os outros. Transformar o modo de vida de populações tradicionais em atraso e empecilhos à modernidade. Significava também deslocar seres humanos e criar dispositivos de convencimento para justificar o extermínio de grupos indígenas e a expulsão de ribeirinhos.

Latour (2000) refere-se às cadeias de “tradução”, à ciência e aos cientistas. Porém, suas considerações são elucidativas como explicações para a intervenção dos militares na Amazônia, pois a operação de tradução implica igualmente engajar outras

pessoas para que elas acreditem na “caixa preta”, mas é também uma forma de disseminação e controle, para que nada seja questionado. “Transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (LATOURE, 2000, p. 194).

Nos projetos de colonização para a implantação de hidrelétricas, de polos siderúrgicos e minerais, o investimento e a propaganda se revestiram como símbolos de atração da modernidade e de integração social, afirmando nas “entrelinhas” que as populações tradicionais faziam parte também da natureza a ser subsumida. Estes símbolos também contribuíram como instrumentos eficazes de comunicação e dominação.

Foi assim, com a inauguração da estrada Transamazônica, que o governo militar preparou uma grande solenidade no meio da floresta amazônica. O então presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici, impetrou o discurso de projetar e integrar a Amazônia às outras regiões do país, oferecendo casas, terras, sementes, subsídio para o agricultor iniciar uma “nova vida”. A propaganda também foi marcada pela ideia de alcançar um “Brasil Grande” do “milagre econômico” e, para tal, a floresta desempenharia um papel econômico importante na condução da modernidade e do progresso.

A estrada foi traçada saindo da Paraíba. Depois, passaria pelo Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas e chegaria até Boqueirão da Esperança, na fronteira do Acre com o Peru. A intenção projetada inicialmente era ligar todo o país e chegar aos portos do oceano pacífico, num percurso de 8.100 quilômetros. O objetivo inicial do governo era instalar, ao longo da Transamazônica, dez mil famílias até 1974, assentando principalmente famílias nordestinas pobres, com um “suporte” de famílias oriundas do Sul do Brasil, presumidamente consideradas pela tradição agrícola e recursos tecnológicos apropriados para “ensinar” agricultores do Nordeste com pouca ou nenhuma experiência no trato com a terra. A pretensão era transferir a tecnologia das famílias oriundas do Sul para os nordestinos que intencionavam fazer à vida no Norte.

Abaixo, a extensão da Transamazônica no plano original.

FIGURA 05- Extensão no plano original da Rodovia Transamazônica.



Fonte: Silva (2009).

O INCRA foi o órgão encarregado de implantar, ao longo da rodovia, três Projetos Integrados de Colonização (PIC): Marabá, Altamira e Itaituba. O módulo de cada lote de terra era de 100 ha. Entre 1970 e 1984, segundo dados do INCRA, foram implantados 64 projetos de colonização oficial (dirigidos pelo INCRA), com apoio de cestas básicas, sementes, instrumentos de trabalho e moradia. Foram assentadas 85.503 famílias, dentre as quais 65.435 na Amazônia (ALMEIDA, 1993).

O plano previa também a construção de “agrovilas”, “agrópolis” e “rurópolis”. As agrovilas foram planejadas como um conjunto de lotes com casas instaladas no espaço de 100 ha, que deveriam contar com uma escola de 1º grau, uma igreja ecumênica e um posto médico. As agrópolis deveriam ser uma reunião de agrovilas fornecidas com serviços bancários, correios, telefones e escola de 2º grau. As “Rurópolis”, por sua vez, constituiriam um conjunto de agrópolis, todas pensadas como um espaço semelhante às cidades e facilitador para o agricultor. Na prática, foram implantadas poucas agrovilas, apenas uma agrópolis (atual município de Brasil Novo) e uma rurópolis.

FIGURA 06- Primeira Agrópolis de Brasil Novo (1972).



Fonte: INCRA (1972).

Com o arrefecimento dos projetos de assentamento na Transamazônica, outra forma de colonização se impôs em um movimento conhecido como ocupação “espontânea” (INCRA, 1984). Nesta nova forma não dirigida, intensificaram-se os fluxos migratórios de camponeses à procura de terras. Nesse contexto, a ocupação em nada era espontânea, pois o fluxo de pessoas que veio para ocupar as terras chegou ou através de parentes e amigos, ou por meio de diferentes informações ou propagandas do governo.

A pesquisa realizada por Alves (2006, 2008) com pioneiros que chegaram à região na década de 1970 até o início da década de 1980 revela que não era uma aventura sem propósito ocupar terras na Transamazônica. Estas pessoas foram atraídas pela propaganda do governo militar, exposta em cartazes, faixas, ou por parentes e amigos que haviam se deslocado e moravam na região. É verdade que muitas famílias abandonaram a área quatro ou cinco anos depois, quando o governo não mais investiu no projeto. Outras persistiram. Estas formas de ocupação não são espontâneas. Nós as compreendemos a partir de Elias (1994), para quem os processos sociais de mudança ocorrem de maneira não planejada (contudo, isto não significa desordem), através de ações e planos, impulsos emocionais e ordens racionais.

Nessas novas formas de ocupação, “a maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará” (HÉBETTE, 1999, p. 390). Mantiveram inicialmente a demarcação de 100 ha do INCRA, mas organizaram outras formas de convivência, trazendo parentes e vizinhos de suas terras de origem, tecendo novos valores e novas formas de comunidade, não exclusivamente baseadas na ordenação territorial, mas nas relações de parentesco e de vizinhança (HÉBETTE, 1999).

Este faraônico projeto do governo militar acabou não saindo integralmente do papel. Somente um trecho da estrada, ligando Aguianópolis (TO) a Lábrea (AM), foi construído e, mesmo assim, o tráfego fluiu apenas durante uma época do ano. Hoje, a Transamazônica tem aproximadamente 2.500 quilômetros de extensão, pouco mais de um quarto do previsto. Hébette (1999) afirma que os migrantes dos primeiros anos de 1970 foram inseridos em um modelo de ocupação arbitrário e imposto pelo governo militar. Destarte,

o modelo de colonização oficial só conseguiu funcionar no trecho da Transamazônica entre Altamira e Santarém, onde o regime concentrou sua intervenção. Outra parte dos migrantes construiu seu próprio modelo de ocupação da terra e sua própria matriz de organização social; do modelo oficial, adotaram apenas o módulo fundiário que era, no início, de 100 ha, e foi reduzido para 50 ha (HÉBETTE, 1999, p. 32).

Muitas famílias foram praticamente abandonadas à própria sorte, não somente pelo isolamento, mas também pela ausência de médicos, de hospitais, de assistência técnica, bem como em virtude de que escassas vias de penetração nos lotes foram abertas. A partir de 1973, o governo militar deu outra orientação à colonização, investindo na instalação de grandes fazendas, estimulada pela política de incentivos fiscais. Neste cenário, surge a segunda fase dos grandes projetos para a Amazônia.

A ideia de fracasso da Transamazônica pelo governo militar e da colonização baseada na pequena propriedade foi substituída pelos megaprojetos (MARTINS, 1997). Um exemplo desses projetos foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Criado em 1974, conjugava a construção de uma infraestrutura com a concessão de subsídios para empresas privadas. Foram projetados 15 polos no Pará, um deles em Altamira. O mais conhecido desses megaprojetos foi o Programa Grande Carajás, que cobria uma área de 900 mil km², correspondendo a um

décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (com o início de operação da hidrelétrica de Tucuruí em 1984) e transporte ferroviário. O Estado também concedeu incentivos fiscais. O crédito governamental fomentou a destruição da floresta e elevou o preço da terra. A modalidade de apropriação da terra definiu-se pela presença de novos atores: empresários e fazendeiros, contrários à lógica da pequena produção.

As transformações socioeconômicas ocorridas na Amazônia não são resultados exclusivamente do período militar - apesar de ser este um período significativo para a Amazônia, considerado por Martins (1987, p. 12) como “militarização da questão agrária” - mas de uma lógica de modernidade já explicada anteriormente, baseada no fato de ser considerada uma região de “vazio demográfico”, isolada dos grandes centros urbanos e de uma “natureza que precisa ser dominada”. É também consoante esta lógica que a concentração fundiária baseada em uma ordem capitalista avançou para além dos poderes locais tradicionalmente reconhecidos como oligarquia.

A oligarquia na Amazônia se caracterizava pela concentração das decisões nas mãos de grupos e/ou famílias ricas detentoras de terras ou dinheiro para investir, reconhecidas como os “donos dos grandes castanhais”, ou “grandes seringalistas”. Além destes, outros grupos econômicos se interessaram pela Amazônia. Pode-se situar como exemplo o caso de um empresário paulista de São José do Rio Preto que, no início da década de 1960, criou uma empresa de colonização privada naquele município, chamada de Colonizadora Belém-Brasília (CBB). O empresário paulista vislumbrava na Amazônia um grande potencial de extração de madeira e de produção de óleos de dendê para fins de uso metalúrgico. Para a expansão desse projeto, foi necessário o apoio do governo do Estado do Pará e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), ligada diretamente à Presidência da República. Enquanto seringalistas e exportadores de castanha brigavam por aforamentos²⁰ e pelo controle do produto extrativista, para os novos capitalistas, a terra nua tornava-se importante como mercadoria.

No relato sobre a concentração de terras na Amazônia, Hébette (1999) analisa esses processos de concentração como resultado da “lei das terras de 1850 até o *boom* do café das primeiras décadas do século XX. A terra não cessou de ser cada vez mais,

²⁰ Grandes extensões de terra sob o domínio de um foreiro.

no sul do país, associada à moeda. O leilão das terras devia, portanto, ser deslançado do Sul para o Norte” (HÉBETTE, 1999, p. 34).

A Colonizadora Belém-Brasília (CBB) se instalou ao leste do Rio Moju, no Pará. Para tal, investiu na divulgação da nova estrada, com o apoio do governador da época. De uma relação de 683 requerentes, 142 clientes foram contemplados com títulos definitivos do Estado do Pará. Eram famílias oriundas de vários municípios paulistas. Algumas dessas famílias se constituíram na base de exploração pecuária e, sobretudo, madeireira do atual município de Paragominas, posteriormente criado em 1965, e do município de São Domingos. Paragominas “é hoje uma das áreas de maior concentração fundiária da Amazônia, da mais extrema degradação dos solos por seu manejo impróprio e um dos maiores centros de exploração madeireira” (HÉBETTE, 1999, p. 36).

A incorporação da região amazônica para os militares correspondeu a algumas das necessidades do mercado nacional, principalmente para o Centro-Sul. Na década de 1950, a demanda urbana de bens industrializados – que caracterizou a era Kubitschek – exigia, para a produção de bens, a construção de estradas, principalmente após a transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília. Foram implantadas duas grandes rodovias: Belém-Brasília e Brasília-Acre.

Assim, o interesse pela Amazônia não é novo, sendo redirecionado pelo regime militar incorporando a segurança nacional e o perigo que representava uma pretensa “invasão de grupos comunistas”. O interesse político pela Amazônia se acentua com as ligas camponesas – segunda metade da década de 1950 e primeiros anos de 1960 – e a repercussão deste acontecimento na elite latifundiária, principalmente do Nordeste brasileiro. Com as ligas camponesas, nasceram os primeiros sindicatos rurais influenciados pelo Partido Comunista. Aliada a esta questão, para os militares, a Amazônia representava uma “fonte privilegiada” de recursos naturais e matérias-primas para o mercado externo (madeira, ferro, manganês, cassiterita, bauxita, ouro, germoplasma, plantas medicinais), assim como um mercado interessante para a distribuição de produtos da indústria moderna.

Os projetos desenvolvimentistas para essa região são todos direcionados à exploração dos seus recursos naturais por intermédio de empresas ou valendo-se de mão-de-obra para isso. O Programa de Colonização implementado pelo INCRA se utilizou da mão-de-obra humana. Atuou em duas linhas, o Projeto Integrado de Colonização (PIC- Altamira) e o Projeto Fundiário de Altamira. Ambos desapropriaram

as terras do Polígono de Altamira e incluíram o município entre as zonas de Segurança Nacional. As consequências destes projetos podem ser percebidas na intensa migração do campo para a cidade, conforme veremos a seguir, priorizando os grandes empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação de madeira, pecuária e mineração.

Na abertura das estradas, entre 1970 e 1974, vários escritórios do INCRA foram dispostos em capitais do Nordeste, sobretudo nas cidades de Fortaleza e Natal, para o cadastramento de famílias que receberiam lotes de terra na Amazônia. Segundo os critérios adotados pelo INCRA, além de selecionar as famílias, considerava-se seu número de membros e a experiência com atividades agrícolas, embora os recursos financeiros e a experiência acumulada tenham sido também valorizados.

O engajamento de setores da Igreja Católica através de religiosos ligados à Teologia da Libertação²¹ foi importante no processo de mobilização dos colonos na Transamazônica, ainda mais porque não havia uma estrutura sindical na área. O sindicato de Altamira, até a sua retomada, em 1988, era dominado por grupos contrários à organização de trabalhadores rurais. Em pleno regime militar, os sindicatos agiam como extensões de instituições assistencialistas, realizando cadastro para aposentadorias, marcando consultas para agricultores etc. Sindicatos “pelegos”, como disse um padre entrevistado. Aliás, para Almeida (1990), a Amazônia, se comparada ao Nordeste, apresentava uma fragilidade quanto à organização sindical: enquanto, no Nordeste, havia 678 sindicatos de trabalhadores rurais, no Norte, não chegavam a 170 na década de 1980.

Na ação sindical no Nordeste, diferentemente da Amazônia, havia uma aproximação de setores da Igreja Católica, na extensão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com a organização sindical. Esta aproximação vinha se definindo desde meados da década de 1950, com as ligas camponesas, e se desdobrou no encontro do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1959, e depois, em 1963. Nestas conferências, havia uma discussão em curso no interior da Igreja Católica e para cuja temática se voltou esta Conferência, atenta à realidade dos

²¹ A Teologia da Libertação tem como pressuposto fundamental a opção pelos “pobres” como principais beneficiários das ações da Igreja - e também como agentes da transformação. Surge a partir da Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe realizada em Medellín, em 1968, e se fortalece com o encontro de Puebla, 11 anos depois. Segundo a orientação ideológica dos religiosos ligados a esta corrente, a mudança social e a criação de uma sociedade justa e inclusiva fazem parte das responsabilidades cristãs. Os religiosos tinham a missão de catalisar este processo.

locais onde atuava a Igreja Católica. Estar mais próximo da realidade significava ficar a par dos problemas do povo, incluindo conflitos de toda ordem.

No âmbito destas novas práticas eclesiais, estava a maior autonomia dos padres e bispos em suas paróquias ou áreas de atuação. Em 1962, a CNBB lançou o Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, em que defendia explicitamente a importância das organizações sindicais no campo. Esta posição diferenciava-se daquela do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que via na organização dos camponeses meramente uma estratégia a ser fortalecida com os protagonistas principais das mudanças na estrutura social, que seria a classe operária. Esta visão marxista ortodoxa afastou este partido dos sindicatos rurais e a Igreja cada vez mais se fortalece no papel de mediadora. O trabalho de base da Igreja procurava assegurar uma ação direcionada para a conscientização dos grupos vulneráveis, como camponeses e índios na Amazônia, e sobre sua organização, com ações de uma educação sindical e a criação ou retomada dos Sindicatos.

O endosso à importância sindical aconteceu em 1963, na Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais, ocorrida em Natal-RN. Este encontro foi promovido pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contando com o incentivo do Arcebispo Dom Eugênio Sales, o objetivo deste encontro era discutir a formação de uma Confederação de Trabalhadores Rurais. Em 1964, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), coordenada pela ULTAB e vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Deslocando a ação de padres e bispos para o campo, impulsionou-se o exercício de uma ação mediadora da Igreja Católica no campo.

O regime militar, instaurado em março de 1964, interrompeu as atividades dos partidos de esquerda, relegando à clandestinidade muitos militantes e os partidos de orientação comunista. Pelo fato de tais partidos estarem na clandestinidade, a Igreja pôde estender sua atuação para o campo sem outras orientações ideológicas. Na segunda metade da década de 1960, as entidades confessionais intensificaram o trabalho de base nas áreas rurais, tornando-se, assim, intermediários políticos entre os camponeses e o Estado.

Na Amazônia, em um contexto de abertura de fronteira, havia fragilidade sindical e uma grande mobilidade humana, analisada anteriormente, por conta das migrações e da proeminência de “posseiros” (sendo esta uma denominação muito usada na literatura sociológica nos anos 1980 até 1990) compreendendo diferentes segmentos sociais, cuja forma de ocupação da terra se diferenciava da ação fundiária oficial,

baseada nos assentamentos de colonos nos lotes dos projetos de colonização oficial. Por outro lado, na Amazônia, os poderes locais estavam representados por seringalistas, donos de castanhais e babaçuais, proprietários de fazendas de gado, donos de garimpo e lideranças locais atreladas a estes poderes locais. O estoque de terras disponíveis, disputadas por estes grupos, aliado à atuação de posseiros, gerou inúmeros conflitos pela terra. Este fator fortaleceu mais ainda a mediação da Igreja nestas áreas. As Prelazias redefiniram sua ação missionária, voltando-se principalmente para a organização dos posseiros, índios e pescadores.

Na Transamazônica, em entrevista com o bispo do Xingu, ele afirma que, em suas viagens antes de ser nomeado bispo, ele fazia muitas incursões no Baixo Xingu e Amazônia, e “as pessoas se admiravam com um padre tão novo enfrentando longas e cansativas viagens” (informação verbal²²).

Para o bispo, “não se podia dirigir uma Prelazia tão grande somente ficando na sua sede, neste caso, em Altamira” (informação verbal²³). Ele ressalta constantemente: “minha missão não era lutar somente em favor do povo, mas com o povo” (informação verbal²⁴). No sacrifício, estava implícita a moral como princípio da vida humana, o “lutar com o povo”. Esta é a moral que incita a troca e a vinculação com os mais pobres. A própria direção discutida desde o final dos anos 1950 pela Igreja Católica pregava a reciprocidade. Havia o interesse, mas também a obrigação de estar mais próximo do povo, de organizá-lo, esperando-se, também, a doação e a retribuição daqueles grupos mais vulneráveis: camponeses, índios e pescadores.

Nesse contexto, podemos compreender, além da atuação dos religiosos que desenvolviam ações na Amazônia, sua importância em um sistema de operações de trocas e reciprocidade baseadas fundamentalmente na mobilização dos colonos e migrantes para ações de protagonismo na retomada do Plano de Colonização Dirigida do INCRA, pois a ausência de continuação destes programas privava os migrantes de assistência técnica, de apoio à produção e moradia. De fato, o Estado, na década de 1980, concedia benefícios às grandes empresas e aos latifundiários, abandonando os pequenos agricultores.

²² BISPO DO XINGU. *Entrevista* [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

²³ *Idem*.

²⁴ *Ibidem*.

Neste cenário, na Transamazônica, a cidade de Altamira representava um importante ponto de confluência dos colonos e migrantes para reuniões que ocorriam geralmente na sede da Prelazia do Xingu.

3.2 A importância de Altamira como espaço agregador no território da Transamazônica

Trazemos o foco para o município de Altamira pela importância que este teve tanto na chegada de migrantes, mas, principalmente, pela referência como local central das reuniões e das grandes mobilizações promovidas pela Igreja Católica. Foi lá que se deu a retomada do Sindicato de Altamira e a organização de vários movimentos sociais em que despontaram várias lideranças. Igualmente importante para a organização dos movimentos sociais foi a criação do movimento organizado também pela Igreja Católica, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), fundado em 1993. Sua importância está na efetivação de lutas organizadas e direcionadas para formar ou retomar sindicatos, em ser um movimento aglutinador de diversos segmentos: professores, agricultores, mulheres. A relevância deste movimento será descrita adiante.

É importante frisar que, por meio da Prelazia do Xingu, a presença da Igreja Católica se fazia notar na região antes mesmo da abertura da rodovia Transamazônica. A escola de formação de professores de Altamira, o Lassale, desempenhou um papel importante: além da formação escolar formal, colaborou com a organização política de setores como os agricultores e os professores. Além de Altamira, o Lassale tinha uma sede em Uruará, antes de ele ser erigido à categoria de município. Os irmãos Lassalistas organizavam muitas formações em Altamira, atraindo vários agricultores e professores de vicinais.

Para apresentar melhor este cenário, situaremos a cidade de Altamira e sua importância estratégica para a formação do território da Transamazônica e outros movimentos sociais.

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas da Companhia de Jesus, na primeira metade do século XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, integrando uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região, dentre os quais, Xipaia e Curuaia. Tem-se, nesse momento, o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, sendo a missão fundada às margens do Igarapé Pannels. As primeiras

bases de Altamira como vila estabeleceram-se às margens deste rio, em 1897. A floresta densa ocupava toda a extensão terrestre. Muitas pedras, verdadeiras rochas, que fechavam os percursos fluviais, foram obstáculos aos navegantes que, para atingir os objetivos de colonizar a região, dispuseram da mão-de-obra indígena. Em 1880, iniciou também o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, o que posteriormente fomentaria a criação do município de Altamira, em 6 de novembro de 1911, pela Lei Estadual n.1.234.

O escoamento de toda a produção de Altamira: madeira, castanha do Pará, seringa, peles de animais, transporte de mercadorias, era realizado pela estrada de Vitória (atual município de Vitória do Xingu). Lá chegando, seguia de barco até Belém. A cidade serviu de entreposto comercial e de troca, principalmente na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, a cidade recebeu mais uma vez um contingente humano formado principalmente por nordestinos que foram estimulados pelo governo, com a demanda crescente por borracha no mercado internacional, para trabalhar nos seringais como “soldados da borracha”. Estes homens e mulheres chegavam à cidade e de lá seguiam para a floresta com a finalidade de extrair e fornecer o látex para os patrões, donos de extensos seringais. Esses homens ricos, que pagavam inicialmente a vinda dos nordestinos, constituíram um conjunto de relações de interdependência desigual, estabelecendo o que Martins (1997) intitula como sistema de “aviamento”²⁵.

Desde sua fundação como município, Altamira passou por várias fragmentações territoriais. Em 1955, houve uma primeira tentativa de desmembramento do seu território para constituir o município de São Felix do Xingu e Souzel. Em 1961, através da Lei n. 2.460, de 29 de dezembro, foi desmembrada para criar o município de Souzel, que passou a se chamar Senador José Porfírio. Altamira teve novamente seu território modificado em 1988, com a Lei n. 5.435, de 5 de maio, criando o município de Medicilândia. Neste mesmo ano, surgiram os municípios de Uruará e Ruopólis. Em 1991, seu território foi novamente desmembrado, juntamente com parte dos territórios

²⁵ O aviamento na Amazônia é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu como uma relação econômica da sociedade amazônica. No sistema de aviamento, o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É, pois, uma forma de crédito, geradora de uma extrema dependência entre patrões empregados.

de Medicilândia e Porto de Moz, formando o município de Brasil Novo. Neste ano, outros municípios se emanciparam, como Placas e Vitória do Xingu.

Atualmente, dos 10 municípios que compõem o território da Transamazônica e Xingu (Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Anapu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas), nove possuem forte relação com o município de Altamira. Estas cidades, criadas, em grande parte, na metade da década de 1980, surgiram também no momento de efervescência do movimento social na região, com a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988, a criação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em 1993, e outras formas organizativas abrigadas principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo, especialmente a coleta do látex e da castanha, depois vinha a caça aos animais silvestres e a garimpagem. Com os Projetos de colonização e os assentamentos implantados, intensificou-se o comércio. A cidade passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. O crescimento demográfico pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 01- População de Altamira-Pará (1970- 2010).

Município	Anos					
	1970	1980	1991	2000	2010	2014*
Altamira	15.345	46.509	72.408	77.439	105.030	106.768
Urbana	5.374	26.911	50.145	62.285	90.068	
Rural	9.611	19.598	22.263	15.154	14.962	

Fonte: IBGE.

* População estimada.

No quadro acima, pode-se observar o quanto a população cresceu da década de 1970 para a década seguinte. Isto se deu por conta do Projeto de Colonização e, na década de 2010, devido à construção da Hidrelétrica Belo Monte. O baixo índice de crescimento em 2014, se comparado a 2010, teve como elemento central a finalização das obras de Belo Monte e o encerramento de um ciclo de pessoas no trabalho da construção. Mas, o que pretendemos mostrar com este quadro, além do crescimento populacional, é o fato de que Altamira transformou-se em cidade polo, dando suporte a vários municípios em setores diversos, como saúde, educação, agricultura e comércio. Se, antes da colonização, o Rio Xingu tinha um papel relevante para a trafegabilidade das pessoas, a construção da estrada dinamizou o comércio local e cada vez mais se tornava ponto de encontros importantes. No que concerne aos interesses desta tese, Altamira serviu de ponto de referência para as futuras lideranças se reunirem, num primeiro momento organizadas pela Prelazia do Xingu.

Por outro lado, os indicadores populacionais do quadro 01 talvez não representem de fato o aumento da população, principalmente nos últimos cinco anos, por conta da construção da Hidrelétrica Belo Monte. Para termos uma ideia do impacto desta barragem e seus efeitos, que atingirão direta e indiretamente, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2011), várias áreas indígenas na bacia do Xingu, serão diretamente atingidas 28 etnias (12 em Mato Grosso e 16 no Pará) em 29 terras indígenas. Duas outras terras indígenas serão diretamente afetadas pela diminuição da vazão do rio: Paquiçamba e Arara na Volta Grande. A área indígena Juruna, do km 17 da Rodovia PA-415, será afetada pelo aumento da trafegabilidade na estrada. De acordo com os dados do ISA (2011), as populações indígenas indiretamente afetadas são: Trincheira do Bacajá, 673 pessoas; Koatinemo, 144 pessoas; Arara, 236 pessoas; Kararaô, 39 pessoas; Cachoeira Seca, 81 pessoas; Araweté, 398 pessoas; e Apyterewa, 411 pessoas, totalizando aproximadamente dois mil indígenas.

Somando-se a população indígena e as populações não indígenas direta e indiretamente atingidas nos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, chega-se a 317.472 habitantes e 350 famílias de ribeirinhos que vivem nas Reservas Extrativistas–RESEX do rio Iriri, riozinho do Anfrísio, Verde Para Sempre e Médio Xingu, além de mais 21 comunidades quilombolas (ISA, 2011).

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram definidos

pela Eletrobras como a área de abrangência da UHE Belo Monte. Trata-se de locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea e cidades nas quais vivem mais de 300 mil pessoas. Estes dados servem também para mostrar como os impactos da construção da barragem são evidentes na cidade de Altamira, permanecendo como o local de chegada de pessoas, de circulação de bens e mercadorias, local das instituições governamentais e financeiras.

Altamira representa um espaço agregador e de mobilização dos movimentos sociais. Estas mobilizações reivindicaram suas demandas perante diferentes setores do Estado por meio de estratégias distintas, como passeatas, caravanas à Brasília etc. Todas estas formas de articulação levaram à consolidação dos movimentos sociais e à emergência de novos atores. No contexto destas mobilizações, deu-se a constituição de um sistema de dádiva baseado na reciprocidade do compromisso com a luta.

3.3 A emergência de novos atores sociais na Transamazônica: os movimentos sociais, a Igreja e o sistema de dádiva

A Igreja Católica, através da Prelazia do Xingu, na Transamazônica, desenvolveu com os movimentos sociais um compromisso contínuo e, com isso, vínculos se refizeram permanentemente de acordo com as lutas travadas. São sistemas de dádiva constituídos desde a metade do ano de 1975, com as primeiras formas de organização dos colonos. Neste trajeto, a Prelazia do Xingu tem um papel fundamental na constituição dos vínculos formados e nas trocas realizadas com as lideranças. Assim, nossa análise compreende o sistema de dádiva em dois momentos distintos de lutas na Transamazônica.

O primeiro momento foi caracterizado por indivíduos imersos em problemas de infraestrutura, ausência de estradas, hospitais e assistência técnica. Este período compreende meados da década de 1970 até metade da década de 1980. O segundo momento, caracterizado pela formação dos movimentos sociais e pelo reconhecimento dos indivíduos como moradores da Transamazônica, culminou com a constituição de um espaço de pertencimento, que é o território. Este período compreende a metade da década de 1980 e toda a década de 1990. Esta separação por datas não é linear. Nós a utilizamos para mostrar o sistema de dádiva nas redes tecidas pelas lideranças com a Igreja- Prelazia do Xingu. Procuramos mostrar que, em diferentes momentos, os

vínculos formados, as trocas e as formas de retribuição apresentam laços distintos, formando um sistema de prestação total (MAUSS, 1999).

Sobre este primeiro momento, podemos destacar a produção de um documento encaminhado ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no ano de 1973, o qual relatava o abandono dos migrantes pelo projeto de colonização da Transamazônica. Este documento foi produzido pela Pastoral da Igreja do Xingu. Segundo Souza (2006), o relatório abrangia, na época, a zona colonizada entre os km 20 e 230 do trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba. Muitas situações foram abordadas; entre elas, a moradia precária dos colonos, a inexistência de postos ou hospitais, a ausência de escolas, saneamento, transporte e o isolamento das famílias.

Os religiosos ligados à Prelazia do Xingu já incentivavam os agricultores a fazer um abaixo assinado ao presidente da República relatando o não cumprimento das promessas por parte do INCRA e demais órgãos responsáveis pelo projeto. No referido documento, há trechos importantes ressaltando a “importância da organização”, desde as de base familiar quanto as sindicais. Também neste momento acontecem várias reuniões em Altamira na sede da Prelazia do Xingu, destacando constantemente a importância da “união” entre os mais pobres e o fortalecimento de relações de vizinhança.

Ao longo da estrada Transamazônica, surgiram várias comunidades, muitas inspiradas pelas formas de organização direcionadas pela Prelazia do Xingu priorizando os laços de vizinhança. A ideia estava em uma concepção de comunidade que deixava de ser o local de moradia e de produção para também ser o espaço da construção de laços de solidariedade e de vínculos que se constituíam entre os colonos e a Igreja.

A insuficiência do Estado em dar conta das desigualdades sociais, com menos de cinco anos depois de implantado o Projeto de Colonização Dirigido na Transamazônica, saltou aos “olhos” de todos os colonos. As obras de construção de escolas, postos médicos, saneamento, estradas vicinais etc. foram interrompidas. As famílias, que deveriam receber seus lotes em três semanas, passavam até vários meses nos precários alojamentos do INCRA. Aquelas famílias assentadas nos lotes não contavam com a estrutura planejada das agrovilas, descritas anteriormente. Os colonos – e, com o tempo, também os não colonos – encaminhavam ao INCRA um amplo conjunto de problemas, como pragas nas lavouras, chuvas, mosquitos, falta de escolas, saúde precária, violência. Com o desmonte do INCRA na metade da década de 1970, a

população perdeu a instância à qual recorrer. A reação era a organização, estimulada, por sua vez, pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu.

Ainda podemos destacar, em 1975, apoiadas pela Prelazia do Xingu, mobilizações de colonos e indígenas contrários à Eletronorte e à projeção da construção de várias barragens: de Kararaô (atual Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kikraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. Somente em 1980 a empresa iniciou os estudos sobre o complexo hidrelétrico de Altamira, formado por duas usinas; a de Kararaô e a de Babaquara. Estas usinas, juntas, inundariam 8 mil km² de terras. Várias mobilizações articuladas pela Prelazia do Xingu, formadas por produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos, contestavam os resultados destas políticas. Aliadas às pressões de forças políticas internacionais, movidas pelos movimentos ambientalistas, tais manifestações de descontentamento acabaram levando as agências financiadoras internacionais a reverem os critérios de financiamento adotados para as grandes obras de energia hidráulica na Amazônia. A avaliação das agências incidia sobre os possíveis impactos do empreendimento sobre o meio ambiente e as populações afetadas.

Neste período, o trabalho inicial da Igreja era, segundo um padre entrevistado, “romper com a individualidade daqueles que achavam que poderiam resolver seus problemas sozinhos” (informação verbal²⁶). Ainda segundo este padre, “foi necessário uma dose de sacrifício de todos para romper com o individualismo” (informação verbal²⁷). O sacrifício ao qual se referia traduzia-se em pequenos gestos organizados, como garantir, através de “vaquinha” (coleta de dinheiro de várias pessoas) entre os agricultores, que uma ou duas pessoas viessem até Altamira participar de reuniões ou eventos. Essas “vaquinhas” precisavam garantir o transporte e a alimentação do(s) representante(s) que saíam de suas vicinais geralmente até Altamira.

O sacrifício, naquele momento, constituía-se como uma forma de dádiva (alimento e transporte) do representante para com a Igreja e esta contribuía com o lugar para o colono dormir, tomar banho etc. Além disso, pode-se entender o sacrifício neste momento como uma forma de consagração – passagem do domínio egoísta ou individualista para o coletivo. Há, então, nestes sacrifícios, a dádiva como a “obrigação espontânea” e individual com vistas a um projeto coletivo. Estabelecem-se vínculos

²⁶ PADRE DA PRELAZIA DO XINGU. *Entrevista* [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

²⁷ *Idem*.

sociais através da ação (participar das reuniões); em retribuição, o representante socializa, em sua vicinal ou comunidade, o ocorrido na reunião e quais são as deliberações a serem realizadas por todos. O contrato é ao mesmo tempo voluntário e obrigatório, de dar-receber-e-retribuir. A dádiva “é por natureza aquilo que permite superar a antítese entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade” (CAILLÉ, 2002, p. 11). Neste momento, a dádiva é uma abertura para além do egoísmo e do interesse. É uma aposta na capacidade de transcender a individualidade sem perdê-la por completo, pois as conquistas serão para todos.

A lógica que preside a dádiva neste momento faz parte de uma competência da Prelazia do Xingu, consistindo em perceber que a mudança na Transamazônica não surgirá do cálculo ou da coerção, mas, sobretudo, da crença compartilhada em princípios morais de solidariedade e união. A dimensão da crença aqui é importante, pois, apesar da sua incerteza e imprevisibilidade, ela é essencial para a ação e o estabelecimento da confiança e da luta possível somente se os indivíduos estiverem unidos.

No segundo momento, identificamos como marco importante para a formação dos movimentos sociais o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1988, em Altamira. Naquele encontro, a índia Kaiapó Tuirá passou o facão no rosto do então representante da Eletronorte, em um gesto simbólico de advertência e indignação ao projeto de barragem. O projeto, antes intitulado Kararaô (*grito de guerra*, em Kaiapó), mudou o nome para Belo Monte. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região. Uma das exigências foi a de que o Banco Mundial - BIRD retirasse qualquer apoio financeiro a novas usinas na Amazônia. Compreende-se que este evento em Altamira foi também “[...] significativo ao contribuir para materializar alterações na correlação de forças políticas locais, quer seja por meio de uma rearticulação das forças ou por meio do reconhecimento de mobilizações (ou movimentos)” (CASTRO; ALONSO, 2005, p. 174).

A valorização da Transamazônica passava pela organização dos “mais pobres”: agricultores, migrantes, professores, e era estimulada pela luta e pela criação de espaços simbólicos de resistência. Nas reuniões ocorridas nas vicinais, o discurso procurava instituir o “nós” como efeito contrário à individualização dos interesses. As reuniões não eram simples momentos de agregação de pessoas; eram espaços simbólicos onde

cada um tinha algo a dar e a receber dos outros. A singularidade destas reuniões estava na solidariedade necessária para manter-se em situações adversas.

Nas primeiras reuniões na Vicinal da 18, eu via e não entendia nada. Mas era bom; cantávamos, rezávamos. As reuniões tinham uma força de agregar todo mundo. Que quando vi, não podia mais faltar. Fui chamando outras pessoas para lá e dizia: “vamos, nós precisamos nos reunir, não somente para jogar futebol, mas para reivindicar” (informação verbal²⁸).

Nestas reuniões, os padres e freiras da Prelazia do Xingu estabeleciam um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica importante para estabelecer os vínculos entre eles e os participantes, como rezar antes das reuniões, cantar, dar as mãos uns aos outros. Nas narrativas, encontramos uma série de rituais formalizados nestes espaços de reuniões:

Antes das reuniões, rezávamos e pedíamos pela boa condução da reunião. Depois, cantávamos e, no final da reunião, cantávamos de novo. Eu ficava emocionado e me sentia fazendo parte de tudo aquilo. Era bom para enfrentar os problemas que tínhamos pela frente e para aguentar o dia-a-dia, que era muito duro (informação verbal²⁹).

Havia, nestas reuniões, decerto uma ação performativa exibida ao longo de um rito que, por sua vez, caracterizava-se por objetos, por sistemas de linguagens que atingiam diretamente a realidade dos indivíduos. Isto implicando comportamentos específicos e signos reconhecidos pela coletividade, como o uso, nos eventos, de enfeites, como espigas de milho, e material de trabalho (foice, enxada), ou mesmo a repetição de expressões como *luta*, sendo valorizadas nas atividades militantes (ANEXO 2). Estas linguagens e signos reconhecidos pelos participantes possibilitavam a interação.

Existia uma mistura de laços espirituais entre as coisas, os indivíduos e os grupos; “tudo se passa como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens” (APGAUA, 1999, p. 43). Assim, temos o princípio da dádiva que fundamenta as trocas. Há, entre as trocas, um *hau*, entendido como aquilo

²⁸ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

²⁹ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

que força as coisas a circular, “a propriedade mágica” das coisas trocadas de carregar em si algo de seu doador e, como retribuição, os laços sociais entre os grupos sociais representados. A intenção está presente nestas trocas. Porém, com intenções distintas do interesse utilitário, pois se sagram como sendo voltadas para que camponeses, índios etc. possam enfrentar os problemas do cotidiano através de laços de solidariedade. O fundamento das trocas é, sobretudo, moral, fazendo surgir um sentimento amistoso entre as partes.

Ademais, o que mais impulsionava e estimulava nessas reuniões não era somente o discurso da desigualdade, as reivindicações a serem feitas ao Estado e como superá-las, mas, simbolicamente, estabelecia-se um compromisso através do vínculo que se queria perene e na missão fundamental de “trazer mais companheiros para a luta” como retribuição. Segundo uma das lideranças entrevistadas, “não era só o interesse em conseguir algumas coisas (bens materiais), mas principalmente aumentar a nossa força, trazendo mais gente” (informação verbal³⁰). Essa característica de desinteresse por bens materiais e voluntariedade presente nos variados desdobramentos da teoria da dádiva corresponde até hoje a um dos mais importantes atributos do “sistema de prestações totais” que as relações da dádiva desencadeiam. No entanto, embora o ato de dar algo a alguém seja aparentemente um exemplo de altruísmo, acredita-se que existe uma regra que, de certa forma, cria no doador uma expectativa de retribuição, mesmo sabendo-se que o contra-dom não é imediato e é fixado numa zona de incerteza (GODBOUT, 1998).

Dentre as práticas da Prelazia do Xingu, estava a formação de lideranças. Nesse interim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um papel importante. As CEBs fazem parte de um sistema cultural composto por uma série de símbolos (cartilhas com histórias de colonos, com vitórias e sacrifícios e, como recompensa final, a tranquilidade de viver da própria terra), além dos inúmeros cursos ofertados sobre conjuntura política para agricultores etc. Em conjunto, estes elementos forneciam uma sintonia entre as lutas reivindicatórias e o reconhecimento com os ideais das CEBs. A religião funciona como um sistema cultural. Nesse diapasão, segundo Geertz (1989, p. 104),

³⁰ LIDERANÇA 3. *Entrevista* [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

A religião, na Transamazônica, fornece os elementos necessários para impulsionar as mobilizações, principalmente de agricultores. Nesse caso, as demandas deixam de estar centradas na infraestrutura negada pelo Estado e se revigoram na luta também pelo reconhecimento do espaço de vida. A Transamazônica será vista pela ótica do lugar de viver. Deixa de ser somente “a rodovia” e passa a ser o território.

Nesse processo de organização de movimentos sociais, cada vez mais tornava-se relevante a valorização da identidade da Transamazônica como território³¹ de pertencimento, ultrapassando, portanto, a representação de fronteira através de um marco físico.

A ideia de território como pertencimento reivindica a igualdade, ao passo que respeita as diferenças. A igualdade faz referência ao direito à saúde, educação, transporte, melhoria das estradas, reforma agrária. A identidade territorial é construída neste contexto de lutas, mas também pelos vínculos nem sempre pacíficos constituídos entre grupos residentes na área: agricultores, indígenas e pescadores. Contudo, tais conflitos assumiam também formas de pertencimento muitas vezes fomentadas através de oficinas, palestras, eventos e workshops promovidos pela Prelazia do Xingu.

Nesses eventos, constituíam-se espaços de confiabilidade, de relação interpessoal, da expectativa mútua das partes envolvidas, estabelecendo como atributo o valor-confiança. Este atributo se desenvolve primariamente no nível das relações da dádiva, no dar ao outro gratuitamente um crédito de honra, no acreditar que, ao se dar esse crédito a alguém, ele será retribuído com algo que faça circular entre os outros adequadamente a confiança inicialmente depositada. Em retribuição ao valor confiança, em cada reunião, traziam-se “novos companheiros”. “Cada reunião, o padre Sávio perguntava, vamos ver quem trouxe um amigo?” (informação verbal³²). E cada novato

³¹ Oficialmente, o território da Transamazônica foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Possui área de aproximadamente 251,8 mil km², localizando-se na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR-230) e baixo Xingu. É formado por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010).

³² LIDERANÇA 3. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

era apresentado com muita festa e cantoria. “Fazíamos um esforço e várias ‘vaquinhas’ para levar outros companheiros” (informação verbal³³). Para Caillé (2002, p. 19), “é dando que se declara concretamente disposto a tomar parte no jogo da associação e da aliança e que se solicita a participação dos outros nesse mesmo Jogo”.

A ação dos agentes pastorais procurava estabelecer com grupos indígenas e, principalmente, com agricultores formas de organização, as quais se baseavam em assumir os sindicatos de trabalhadores rurais naquela conjuntura atrelados ao Estado, como o Sindicato de Altamira, com os índios fortalecendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Se a retribuição, no primeiro momento, estava em romper com o egoísmo, neste segundo momento, reside na adesão à luta de outros “companheiros”. No estímulo às formas associativas propostas pela Prelazia do Xingu, ganhavam destaque a voluntariedade e a solidariedade como expressões políticas e organizadas do circuito de dádiva. Esta era a resposta dos “pobres”: a organização destes setores em sindicatos, em mobilizações que extrapolavam o local e se dirigiam à Brasília em vários ônibus com demandas preparadas em forma de relatórios pelos professores. Os valores principais que traziam mais adesões não eram as vantagens materiais, mas a solidariedade, só que, desta vez, organizada em associações de moradores de vicinais, professores, agricultores.

Nesse aspecto, a retomada dos sindicatos, de base assistencialista, tornava-se um dos mecanismos de luta importantes para a reivindicação de políticas sociais para a região. Este movimento visava a fortalecer comunidades, sindicatos, divulgar a importância de formas organizativas para reivindicar direitos básicos, como moradia, saúde, educação e terra para todos. Este cenário de lutas e a garantia de direitos não estão dissociados nacionalmente da formação de um campo democrático formado por movimentos populares e pluriclassistas, como de mulheres, negros e ecológicos. Para Gohn (2007), na década de 1980, o novo campo democrático formado por diferentes movimentos sociais “[...] desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta, como prática principal para viabilizar o encaminhamento das demandas que compunham suas agendas” (GOHN, 2007, p. 52).

Nos movimentos da Transamazônica, as lideranças surgiram principalmente das organizações sindicais. O mais importante foi a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988. Mas também há, neste período e na década seguinte, uma concepção de

³³ Idem.

comunidade que extrapola a organização interna de um grupo e passa a ser incorporada como força popular, capaz de participar efetivamente do exercício do poder. Culminando com o período de redemocratização do Brasil, o mote articulação, mobilização e participação torna-se carro chefe dos movimentos sociais. Com todos estes avanços de novos espaços de participação e reivindicação de cidadania, os movimentos sociais na Transamazônica se ressentem do isolamento e do não reconhecimento de sua área.

Na década de 1990, a luta também se identifica pela sobrevivência da Transamazônica, na formação de recursos humanos e projetos de sustentação econômica para o território.

Neste período, há uma profusão de organizações não governamentais, embaladas também pela discussão da ECO 92, em que se fortaleceram os acordos e parcerias, as possibilidades de recursos e financiamentos internacionais, bem como a necessidade de profissionalização dos movimentos sociais (LANDIM, 1998) para gerenciar e administrar os recursos financeiros. Há um reconhecimento dos problemas globais, mas se ressalta a importância de resolver as especificidades, de criar condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável. A reivindicação de igualdade não está separada do reconhecimento das especificidades regionais.

O discurso dos movimentos sociais se caracteriza por uma base regionalista e de reconhecimento. Regionalista porque é de “defesa da nossa região, de respeito àqueles que vieram para cá, mas também, e ainda, pedíamos o retorno do Projeto de Colonização” (informação verbal³⁴). As demandas por igualdade vão além dos investimentos em infraestrutura para as estradas, assentamentos rurais, mais escolas e saúde e políticas para a agricultura familiar. São demandas também pelo reconhecimento de suas especificidades e de seu território. Neste discurso, o não reconhecimento é uma injustiça, pois deprecia as formas culturais e econômicas de viver de grupos que se estabeleceram mesmo com as adversidades de adaptação e políticas que enfrentaram. As narrativas abaixo traduzem bem esta forma de injustiça.

Quando cheguei em Altamira, fui para o arraial do Zé Pezinho, no KM 23 de Altamira. Meu sonho acabou ali, pois tinham mais de 200 famílias esperando para serem “jogadas” em um lote. Era desumano. Meu sonho terminou de morrer quando cheguei no lote que me deram

³⁴ LIDERANÇA 1. *Entrevista* [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

em 1976, hoje município de Medicilândia. Não tinha nada, nem escola, nem postinho de saúde, e ainda enfrentávamos pium, que picava a gente e dava febre, além da malária. Peguei 17 vezes malária e tudo era longe. Nossas reclamações de nada valiam, pois sempre nos diziam que estávamos melhor que antes. Muitos colonos foram embora. Aquilo não era vida, não tínhamos direito a nada. Fiquei, mas sofri muito (informação verbal³⁵).

Quando cheguei aqui na Transamazônica, antes de ganhar meu lote em Brasil Novo, o INCRA me disse que eu ia aprender a produzir na terra, que era pra eu esquecer como eu vivia antes, que era para eu pensar como fazendeiro, não mais como lavrador. Me senti fraco, pois cheguei aqui com 28 anos e minha vida toda tinha vivido no Ceará de forma errada. Senti que a pobreza era culpa minha. E achei isso por muito tempo, até entrar no sindicato (informação verbal³⁶).

O que mais se destacava nos colonos era a baixa autoestima. Além da falta de escolaridade e da pobreza, muitos achavam seu modo de vida atrasado, eram incentivados a serem fazendeiros e produzir em larga escala. O modo de vida dos índios era desprezado, dos pescadores eram atrasados e dos colonos considerados “rudes”. O trabalho de valorização foi anterior ao de conscientização (informação verbal³⁷).

As entrevistas acima, com lideranças e com a Prelazia do Xingu, revelam que a valorização foi construída através das lutas. Estas não eram marcadas somente pela reivindicação de melhorias, mas de reconhecimento do seu modo de vida. O passado de pobreza, antes ocultado, era agora valorizado como aprendizado, destacado como luta e vitória. Na década de 1990, o discurso de reconhecimento repercutiu na criação, apoiada pela Prelazia do Xingu, de um movimento que articula diferentes atores militantes e sindicatos. O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica foi fundado em 1991 e, logo após, em 1992, transformou-se em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

O MDTX representava a expressão formalizada das propostas reivindicatórias, articuladoras e propositivas de diferentes movimentos sociais: sindicatos de professores, sindicatos rurais, cooperativas e associações. Comportava-se como entidade mediadora para propor e executar projetos que visassem à melhoria das condições de vida dos moradores da Transamazônica, articuladas com uma visão do desenvolvimento

³⁵ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

³⁶ LIDERANÇA 3. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

³⁷ PADRE DA PRELAZIA DO XINGU. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

sustentável da região. Em 1994, este movimento novamente se transformou em uma Fundação: a Fundação Viver, Preservar e Produzir. Atualmente, a FVPP tem 113 organizações filiadas nos municípios da Transamazônica e Xingu, e em 12 municípios do Sudeste paraense. Exerce um papel importante na mobilização de recursos financeiros para projetos, através de parcerias com organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Tais parcerias mobilizam e implementam políticas na área da educação do campo, assistência técnica e crédito agrícola. Sua atuação está mais dirigida para as populações rurais da Transamazônica e Xingu.

Outro marco importante para a constituição dos movimentos sociais foi a fundação, em 1991, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade. Este movimento foi estimulado também pela Igreja Católica. O Movimento de Mulheres organizou a formação dos Conselhos Tutelares logo nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Através deste movimento, foram implantados em Altamira os Conselhos de Saúde.

O Movimento de Mulheres ganhou mais visibilidade, denunciando e reivindicando a apuração de responsabilidades das crianças emasculadas em Altamira e colaborando na criação do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, fundado em 1993. Outra organização com a participação do Movimento de Mulheres foi significativo para a formação de lideranças: o Mutirão pela Cidadania, constituído de diferentes movimentos sociais que atuavam na Transamazônica reivindicando melhorias no saneamento, infraestrutura, mais postos de saúde para as cidades, mais escolas para a cidade e área rural. No Mutirão pela Cidadania, estavam o Movimento de Mulheres, MPST, SINTEPP, Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses e a Prelazia do Xingu.

Em todas estas mobilizações, vão se constituindo redes de movimentos sociais e se destacando lideranças que assumem as negociações diante das instituições, que influenciam as decisões tomadas, que organizam passeatas, mobilizações até Belém ou Brasília. A ação coletiva dos militantes de movimentos sociais vai além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica. Vejamos a narrativa abaixo:

Quando vi, eu já estava organizando várias mobilizações. Ora! Não podia mais voltar para o Espírito Santo, minha família, toda estava morando em Medicilândia, que nem era município. Não havia saída, tínhamos que resistir para sobreviver. Quando descobri que juntos

éramos mais fortes, não deu pra outra, passava dias e noites participando de reuniões, mobilizações para ir até Brasília, reclamar do abandono da Transamazônica. Meu lote ficou meio de lado, deixei de vender muita pimenta do reino e cacau. Mas valeu a pena (informação verbal³⁸).

As redes sociais seriam um mobilizador para a participação dos atores nas ações coletivas. Melucci (2001) destaca os processos de interação e negociação com diferentes orientações e projetos políticos dos atores. Estes atores não se apresentam de forma homogênea e diferem profundamente do ator coletivo politicamente organizado. Dois conceitos são importantes para este autor e para a tese: o conflito e a solidariedade. O primeiro não se reduz à luta para a satisfação das necessidades e a aquisição de bens materiais, ao passo que a solidariedade não está separada da busca pessoal e das necessidades de seus membros, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos. Reforça, então, as redes de movimentos em sociedades complexas como desdobramentos de “redes subterrâneas de grupos de encontro e circuitos de solidariedade” (MELUCCI, 2002, p. 98). As redes de ação coletiva teriam as seguintes características:

As redes estariam ligadas (1) à vida cotidiana (2) à identidade do grupo e transformariam em ação coletiva visível, em situação de latência (3) a mudança é apenas uma condição de mobilização (4) a agregação que resulta da mobilização não persegue os objetivos de longo prazo (MELUCCI, 2001, p. 98).

Assim, os movimentos estavam ligados pela solidariedade do cotidiano comum. Reivindicavam direitos, aliados ao reconhecimento de sua região de pertença. Todavia, por ser uma área marcada por intensas migrações, a reivindicação de políticas públicas para a agricultura familiar, por demarcações de terras e assentamentos rurais diferenciados marcou este território e foi bandeira de luta nos Gritos da Terra Brasil³⁹ (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002).

³⁸ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

³⁹ O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne, anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural (CONTAG, 2014).

A educação foi também uma bandeira de luta caminhando em paralelo à luta pela terra. Já nas comunidades formadas nas vicinais, havia muitos professores sem formação de qualquer graduação, mas com escolaridade acima da maioria dos colonos. Tornar-se professor nessa situação era quase automático. A Prelazia colaborava, promovendo pequenos cursos de capacitação através dos Irmãos Lasalistas. Estes tinham uma boa formação em diferentes áreas: Filosofia, Educação, Sociologia. Quando os professores não iam a Altamira em suas férias ou em cursos organizados em poucos dias, os irmãos Lasalistas iam até a vicinal. Nessas reuniões pedagógicas, o tema da organização dos professores já era ponto de pauta.

Lembro como hoje, os irmãos Lasalistas conversando com os professores das vicinais de Altamira sobre a importância de nos organizarmos. Mas eles falavam em Sindicato de categoria de professores, diziam que nossa luta por educação precisa ser compreendida como bandeira essencial para o desenvolvimento da Transamazônica. Já falavam que precisávamos reivindicar à Universidade Federal do Pará para trazer cursos para Altamira (informação verbal⁴⁰).

A narrativa mostra que, se a luta pela terra era o mote central de reivindicação, a educação caminhava *pari passu*. Quando, nos primeiros aglomerados urbanos da Transamazônica, foram criadas dentro do planejamento original como agrovilas, as escolas funcionavam dentro das Igrejas. A organização dos professores, incentivada pela Igreja Católica, construía a ideia de um órgão da própria categoria, cuja bandeira fosse capacitação e profissionalização dos professores, reconhecimento dos professores nas vicinais, demanda de cursos de Licenciatura em nível de 3º grau em períodos de férias escolares.

Os movimentos sociais como o MPST e depois o MDTX, além do Movimento de Mulheres, estimularam essas reivindicações. Foram várias passeatas de professores e agricultores às Secretarias Municipais de Educação.

Em 1988, uma dessas passeatas, organizadas pela Prelazia do Xingu, reuniu mais de 300 pessoas, entre agricultores e professores de vicinais, na frente da Secretaria de Educação, em prol da construção e regularização das escolas.

Em 1990, foi realizado um Seminário Regional, também conhecido como “Debate de Altamira”, que teve como tema “O futuro do projeto de colonização –

⁴⁰ LIDERANÇA 3. *Entrevista* [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Transamazônica 20 anos depois”. O foco do debate eram os problemas da Transamazônica, acompanhados de uma proposta alternativa dos movimentos sociais da região. No seminário, foram apresentados dados que apontavam que havia apenas nove médicos na Transamazônica para uma população de 200 mil habitantes, num raio de 1.000 km de distância. Mais de 70% da população adulta era analfabeta ou semialfabetizada. Havia 2.840 km de estradas vicinais habitadas sem conservação; nenhum dos municípios, com exceção de Altamira e, mesmo assim, de forma precária dispunha de energia elétrica; pessoas morriam no fundo das vicinais por falta de assistência médica. A sistematização desses dados contou com a participação de representantes de comunidades, categorias profissionais, grupos de jovens, mulheres, estudantes, autoridades políticas das diversas esferas do poder (ligadas à educação, saúde, agricultura, energia, transporte e infraestrutura de modo geral).

Órgãos financiadores e lideranças nacionais, como José Rainha, do Movimento dos Sem Terra (MST), Jair Meneguelli, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) participaram deste seminário. Do debate, resultaram indicações de políticas públicas para diversos setores, apresentadas como reivindicação aos diferentes níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). Foram formadas quatro comissões com a missão de fazer acontecer, em 1991, uma grande ação de alcance nacional e internacional, através da utilização dos meios de comunicação de massa (emissoras de rádio, redes de televisão, jornais e revistas). Devia-se informar sobre a existência do Projeto de Colonização da Transamazônica, denunciar a situação de abandono em que ela se encontrava e apontar propostas de solução para o seu desenvolvimento. Também fazia parte da estratégia buscar apoio de sindicatos urbanos, organizações não governamentais e universidades.

Em 1992, o MDTX, juntamente com vários professores da Transamazônica, foram à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade do Estado do Pará (UEPA) entregar um documento com mais de 1.000 assinaturas pedindo cursos de extensão e graduação nas áreas de Licenciatura. Essas demandas foram também incorporadas nos Gritos da Terra Brasil de 1995 e 1996. Em 1994, a UFPA se instala em Altamira, onde antes funcionava um Campus da Universidade de Viçosa, que apoiava alunos do Projeto Rondon. Os primeiros cursos de Pedagogia e Letras funcionaram em períodos de férias escolares. Em maior número de alunos, estavam os professores de municípios da Transamazônica. Em 1997, a UEPA inicia seus cursos, alojada nos prédios da UFPA, com Enfermagem e Licenciatura em Ciências Naturais.

Em 1995, foi inaugurada a primeira sub-sede do SINTEPP em Altamira, que se estendeu, nos anos seguintes, para os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá e, por último, em Anapu. Em 1997, a FETAGRI foi inaugurada na Transamazônica, com sede no MDTX.

Fui o primeiro coordenador do SINTEPP em Altamira. Concorremos com muita gente da direita; havia professores que nos chamavam de comunistas. Fizemos uma gestão difícil, pois não sabíamos direito o que fazer. Era muitos problemas, professores sem qualificação, salário baixo, poucas escolas e falta de conscientização dos próprios professores em ver a sua situação. Me reforcei nos movimentos que fazia parte; o Mutirão pela Cidadania e do MDTX, senão não aguentaria. Hoje, o trabalho foi solidificado no SINTEPP, mas, no começo, se não fosse os outros movimentos, o SINTEPP seria mais uma sigla de aluguel para os interesses dos prefeitos (informação verbal⁴¹).

As lideranças exercem atividades em diferentes movimentos: ao mesmo tempo, participam do Movimento de Mulheres, mas também do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do SINTEPP e do Movimento Xingu Vivo, da saúde, mas também da FETAGRI. Essa mistura de participação é igualmente marcada pela origem das lideranças: ou vieram com suas famílias para a região ou são filhos e filhas de pessoas que chegaram durante o Projeto de Colonização. No entanto, essa “mistura” de militância reforça os espaços de ação principal em suas entidades e no Partido Político, como veremos no capítulo seguinte. A participação em movimentos sociais consolida os laços de solidariedade e potencializa os vínculos criados nas redes sociais.

Em todos esses encontros, as lideranças iam se projetando, construindo redes de pessoas que as apoiariam em decisões futuras, como a formação de Sindicatos Rurais, culminando com a FETAGRI e o SINTEPP. Não só isso: as alianças serviam para projeções futuras, como cargos políticos e coordenações nas entidades. Estes laços fortes, construídos nessas redes, foram, de certo, reconvertidos como um recurso utilizado na obtenção de cargos e posições sociais. Entretanto, estas práticas não se esgotam somente nas estratégias racionais das lideranças. Como afirma Mauss (1989) sobre a sociabilidade humana, “é algo híbrido” (MAUSS, 1989, p. 267). Interesse e gratuidade, obrigação e liberdade se mesclam para compor esta sociabilidade. Veremos, no capítulo seguinte, que as lideranças desenvolvem um conjunto de práticas que não

⁴¹ LIDERANÇA 2. *Entrevista* [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

podem ser identificadas por um único objetivo, sendo movidas por força de seus próprios interesses particulares ou constringidas pelos movimentos sociais e pelo condicionamento de sua cultura.

CAPÍTULO IV - VÍNCULOS SOCIAIS, TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E REDES: A DÁDIVA E A CONSTITUIÇÃO DE TEIAS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Neste capítulo, analisaremos as constituições das teias tecidas pelas lideranças, através das redes sociais, até a chegada à FETAGRI e ao SINTEPP. Com relação a estas teias, chamamos a atenção para os vínculos, compreendendo-as como as alianças estabelecidas, as trocas realizadas ao longo de suas carreiras, a circulação nos diferentes espaços que abrangem a adesão, os laços sociais estabelecidos, as interações, os jogos de poder, as articulações e as formas de retribuição. Buscamos mostrar que as trocas e as dádivas nos espaços da Igreja, dos sindicatos, movimentos sociais e partido político se apresentam com uma multiplicidade de situações e uma pluralidade de conteúdos, tornando o engajamento e as possibilidades de retribuição as mais diversificadas, sem se limitar à ocupação de postos nas entidades representativas das categorias que representam.

Reconstruiremos estes vínculos, deixando-os claros, como foi indicado no capítulo II, a partir dos vínculos de origem de suas militâncias. A esfera do ativismo será sempre considerada em relação às outras esferas de vida (profissional, familiar etc.). Nessa evolução temporal, serão abordadas as teias tecidas, os vínculos que foram construídos, as situações singulares que orientam para as mudanças nos comportamentos das lideranças, compreendidas pela análise de suas trajetórias.

Neste capítulo, buscaremos apresentar as formas de dádiva entre os grupos de lideranças, constituídas em suas diferenciações a partir dos vínculos estabelecidos com determinado grupo, sindicato ou movimento social. Retomaremos o conceito de “Relé Social” enquanto mecanismo criador de novas redes sociais. Procuramos analisar como os vínculos e as formas de reciprocidade foram responsáveis pela extensão do comprometimento com a causa dos movimentos sociais e das entidades nas quais estão enredados.

Finalmente, por entendermos a importância dessas narrativas, quase todas elas estarão destacadas no corpo do texto, como também, para cada grupo, ressaltaremos duas trajetórias como significativas das redes traçadas.

4.1 As teias na construção da carreira de militante: os vínculos e as formas de dádiva

O pertencimento a uma pluralidade de redes sociais está presente nas trajetórias das lideranças. As mudanças nesses pertencimentos, ao longo do tempo, fazem com que as lideranças assumam outros papéis. Para tanto, faz-se necessária a inserção em novas redes, produzindo e mobilizando as lideranças para outras redes e criando, destarte, “redes de redes”. Nessas passagens, há várias formas de troca, jogos de poder e reciprocidades que interconectam o doador e o receptor por meio de diversificados mecanismos de dádiva, com rituais e temporalidades significativas para as lideranças. Nessas redes, identificam-se as formas de adesão, mais precisamente quais as formas e condições de seu recrutamento para os movimentos sociais e militância para o SINTEPP e FETAGRI, até a esfera partidária.

4.1.1 As lideranças catalisadoras e as formas de dádiva

Dentre as lideranças catalisadoras (8), duas são mulheres, cujas famílias chegaram à Transamazônica em 1974, vindas do Nordeste. Uma é de Caicó, no Rio Grande do Norte, e a outra de Quixadá, no Ceará. Outras quatro (4) lideranças vieram com a família de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. Uma liderança é de Santa Catarina, da cidade de Barra Velha, e outra é de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Não havia nenhuma relação de parentesco ou amizade entre elas, mesmo entre os migrantes do Rio Grande do Sul. Todos chegaram com suas famílias através do Projeto de Colonização para a Transamazônica e se estabeleceram em lotes em Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Rurópolis.

Neste grupo, todas as famílias traziam consigo certa experiência na agricultura, principalmente aquelas vindas do Rio Grande do Sul, pois possuíam, em suas cidades de origem, pequenas terras, que venderam para iniciar uma nova vida na Transamazônica.

Todas as famílias eram católicas. Ao fundarem suas comunidades, trataram de construir em mutirão as primeiras Igrejas. Mantém-se a filiação religiosa ao catolicismo entre as lideranças entrevistadas. Quanto à participação sindical, das oito lideranças,

somente duas tinham suas famílias participantes de sindicatos na cidade de origem. Nenhuma família tinha filiação partidária. Até o momento em que foram entrevistados, todos são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma liderança é Deputado Federal, um é Deputado Estadual, outra é o Representante da Casa Civil do Governo Federal no Pará. Duas lideranças são vereadores e outra é assessor de Deputado Federal. Entre as duas mulheres, uma é a presidente do PT em Altamira e a outra é secretária de educação em Medicilândia.

Abaixo estão identificadas as principais redes tecidas pelas lideranças individualmente, as quais as levaram à militância:

- Duas (2) lideranças → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira → FETAGRI → Partido político.
- Uma (1) liderança → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasil Novo → SINTEPP → partido político.
- Uma (1) liderança → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → Movimento de Crianças Emascaradas de Altamira → Movimento de Mulheres Campo e Cidade → SINTEPP → partido político.
- Duas (2) lideranças → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rurópolis → FETAGRI → partido político.
- Uma (1) liderança → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → Sindicato de Trabalhadores Rurais de Uruará → FETAGRI → Partido político.
- Uma (1) liderança → religiosos da Prelazia do Xingu → CEBs → CSLU → SINTEPP → partido político.

Entre as lideranças catalisadoras, os processos de engajamento apresentam um padrão inicial em que o compadrio foi uma ferramenta importante para intensificar as relações sociais, principalmente porque essas lideranças estavam em momentos de formação de comunidades na Transamazônica. O isolamento dos migrantes e o reforço

à organização marcam o início da adesão de muitos colonos, como foi analisado no capítulo III.

As primeiras redes têm no compadrio seu vínculo tecido com os padres da Prelazia do Xingu e se caracteriza pela extensão de um convite realizado aos padres ou freiras para se tornarem padrinhos ou madrinhas. Os religiosos não aceitavam o convite, mas indicavam pessoas de sua confiança. A indicação apontava para aqueles que participavam das reuniões nas vicinais, iam a Altamira e mantinham uma relação constante com os padres. Configurava-se como um momento solene de confiança estabelecida.

Muitas vezes, fui chamado para ser padrinho em travessões que eu andava, mas meu exercício não me deixava ser um bom padrinho, presente. Eu costumava aconselhar quem seria um bom padrinho, claro que indicava quem o colono conhecia. Já tinha também um conhecimento prévio. Naqueles momentos de isolamento, começando a organização dos colonos, era importante tecer laços mais fortes. Ter uma rede de pessoas que se apoiavam mutuamente (informação verbal⁴²).

Nessa narrativa, percebe-se que a indicação e o aceite era o caminho para as relações de confiança. O compadrio não significava um simples mecanismo para intensificar relações ou fundamento da vida social. Era mais do que isso: foi também uma troca cujo valor moral definia formas de retribuição por parte dos colonos, como não perder o foco na organização política. Se pensarmos na relação de compadrio⁴³, na forma de batismo, significa pertencimento, incorporação a uma comunidade, mas é principalmente uma dádiva em que o padrinho podia dar seu nome ou qualquer nome.

O batismo tem um valor moral e estabelece três tipos de dádiva. A primeira trata-se da confiança ao ser indicado pelos religiosos para “apadrinhar” uma criança. A segunda é a dedicação à criança que o padrinho deve dar e a incorporação do afilhado e da família à comunidade. E o terceiro é a permanência da futura liderança na comunidade. Afinal, este é um colono que, igual a outros, estava desapontado com a ausência do Estado e as dificuldades enfrentadas.

⁴² PADRE DA PRELAZIA DO XINGU. *Entrevista* [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante na região da Transamazônica.

⁴³ Este é o caso das análises de Woortmann (1995) em algumas regiões do Brasil, em que os padrinhos dão o nome (supostamente) cristão à criança, o qual representa um elo entre o santo e o afilhado. Em alguns locais, há a preferência por certos nomes, assim como há preferência por certos padrinhos.

O compadrio pelo batismo está presente nas primeiras teias significativas das lideranças catalisadoras. E é somente neste grupo de lideranças que ele se torna um aspecto da dádiva. Implicada ao aceitar o batizado, a futura liderança se comprometia com os religiosos da Prelazia do Xingu. Esta dívida divina (LANNA, 2012) era uma forma de aliança fundamentada em relações de confiança por ter sido indicada.

Tive muitos afilhados, não podia negar o convite. Às vezes, os padres nos indicavam porque éramos de confiança e estávamos perto da criança que ia ser batizada. Nosso compromisso aumentava na travessia quando tínhamos afilhados e criávamos uma relação de solidariedade importante naquele momento que só tínhamos nós, e o Estado contra nós (informação verbal⁴⁴).

A troca, no compadrio, é uma síntese entre dois movimentos em sentidos opostos, cada um criando sua dívida. Do colono participante, a continuação com a luta e a formação de organização política e, por parte dos religiosos da Prelazia do Xingu, o voto de confiança e o apoio em diferentes momentos, desde a mobilização nas vicinais até a chegada a Altamira, que representava custos altos para o colono, que se deslocaria por estradas pouco trafegáveis, piorando no período de chuvas, o que dificultava ainda mais a mobilização de agricultores.

Todas as oito lideranças catalisadoras tiveram afilhados nesse processo inicial de adesão à militância. O ato de ser padrinho gerava uma posição privilegiada em relação aos outros colonos: representava a “troca da pessoa física pela pessoa social” (LANNA, 2012, p. 63), simbolizando um valor superior dado ao receptor. Cria-se uma rede de proximidade em que as futuras lideranças sentem-se acolhidas, aliada a outras modalidades de apoio, como contribuições financeiras para se chegar às reuniões promovidas pela Prelazia do Xingu em Altamira, a formação de comunidades nas vicinais, o convite para participar das CEBs. Dar, neste caso, envolve a confiança e, como troca, a solidariedade e a continuação de uma política de conscientização dos agricultores. A dádiva, destarte, é uma relação instável e desequilibrada, pois ainda não há uma militância constituída e organizada.

Entre os colonos, suas indicações significavam um passo à frente nas redes tecidas. Para os padres da Prelazia do Xingu, este compromisso representavam etapas da militância e, dependendo do nível de adesão, mais compromissos a serem assumidos no

⁴⁴ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

futuro. Este período é o momento em que se destacam colonos nas suas comunidades pelo carisma, capacidade de liderar ações coletivas e de mobilização de outros agricultores, estendendo-se do final da década de 1970 até a metade da década de 1980.

Aqui, a dívida é também agonística e desigual, porque recaem sobre as lideranças as obrigações diretas com os colonos: chamá-los, mas principalmente convencê-los a participar de reuniões em seus “travessões”, de tomarem as decisões como coletivas. Caso os mecanismos de solidariedade não funcionem, significa também que a força do egoísmo venceu. Mesmo o compadrio pelo batismo apresentava este outro lado da dívida, pois se alguma das obrigações com a família não fosse prestada, corria-se o risco não apenas de fracassar no projeto migratório, mas de desconfigurar a família. Logo, os valores envolvidos nesta relação não são apenas materiais e dizem respeito a um contexto particular de aliança confundido com a linguagem do parentesco. É desigual e agonístico porque retribuir a confiança e a lealdade, para as futuras lideranças, representava também um esforço muito grande de convencimento de si mesmo de que valia a pena lutar pelo lugar de moradia.

No começo, nem eu sabia se devia continuar me esforçando para unir os colonos. Tudo era contra: estradas ruins, sem luz, assistência técnica, e morávamos longe um do outro. Não gosto nem de me lembrar deste período (informação verbal⁴⁵).

O dom agonístico também endivida e obriga, sendo o retorno e a gratificação muito mais difíceis.

Apesar do medo e da solidão, pois não éramos muitos, sentia obrigação de convencer outros a ficar em seus lotes. Às vezes, pensava: “não vou ganhar nada, só perder tempo”. E a minha lavoura lá me esperando (informação verbal⁴⁶).

O aspecto sacrificial dessa dádiva está muito além de aceitar. Residia na obrigação de retribuir com as idas até Altamira para reuniões, além da mobilização na vicinal de sua comunidade. Os laços de compadrio estabelecidos foram relevantes nesse primeiro momento, pois os moradores raramente saíam de suas comunidades. Recebiam

⁴⁵ LIDERANÇA 3. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁴⁶ LIDERANÇA 4. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

esporadicamente a visita do INCRA e de técnicos da EMATER e, quando estes “apareciam”, era para dar “ordens”, configurando-se uma relação de assimetria muito comum em áreas rurais. Como aponta Neves (2008) em estudos sobre os tipos de mediadores, entre eles, a forma reconhecida como tradicional é estruturada no poder e na dominação.

O sacrifício é individual, já que não existia ainda uma ação coletiva organizada. O sacrifício é um tipo de dádiva, cujos laços ainda estão se formando para o estabelecimento de uma aliança e seu usufruto. O retorno é muito mais incerto e a dívida está relacionada à esperança. O custo do sacrifício é o reconhecimento de uma aliança que se baseia na confiança. O dar dos religiosos da Prelazia do Xingu se apresenta na confiança e no reconhecimento, por parte das lideranças, da confiança que lhes é conferida. Não se trata de um negócio, mas, sim, de uma aliança estabelecendo um vínculo cuja força de referência é a confiança.

As lideranças também se responsabilizavam por repassar as informações que naquele momento funcionavam como instrumento ideológico muito utilizado pelos órgãos do governo: “Conscientizar da necessidade de se organizar e não acreditar em tudo que as autoridades diziam” (informação verbal⁴⁷).

As mudanças ocorrem nas lideranças também nestes momentos de comunicação, pois indicam a possibilidade de compartilhar mutuamente experiências. “Tentávamos convencer (a eles e a nós mesmos) que sair não era a solução. Resistir e criar condições são o que devíamos fazer” (informação verbal⁴⁸).

No segundo momento, na metade das décadas de 1980 e 1990, as lideranças estão engajadas nas causas sociais defendidas pela Igreja Católica e pelos movimentos sociais. Reivindicam a emancipação dos municípios, conquistam um espaço nas delegacias sindicais e contam com o apoio da CONTAG para a tomada do principal Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Altamira. Os vínculos não estão restritos às redes com os religiosos, mas se estendem com o apoio de entidades de classe. Antes colonos, agora ocupantes de cargos de direção nas delegacias sindicais, representantes de uma vicinal. E depois, militantes de movimentos sociais.

Compreendemos a dívida como positiva e de partilha. As lideranças já têm estabelecidos laços de confiança fortes. Há, na dívida, o prazer e o reconhecimento.

⁴⁷ LIDERANÇA 4. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁴⁸ Idem.

Certamente, há obrigações e dependências mútuas. Porém, todo o esforço pode ser recompensado pelo reconhecimento da atividade militante. As obrigações são muitas, mas a recompensa pode ser maior que a obrigação.

Quando já tínhamos as delegacias sindicais e estávamos começando a discussão sobre a retomada do sindicato de Altamira, fazíamos muitas mobilizações, já conversávamos de igual com os padres, aí valia a pena! Não estávamos mais isolados, já havia muitos companheiros. Aí nós tínhamos apoio da Prelazia do Xingu, dos companheiros de Santarém. Decidi que ali era meu lugar! Algum tempo depois, assumi a coordenação do MPST e depois da FETAGRI. Acumulei, neste tempo, experiência, aprendizado e confiança. Quando fui chamado pelos companheiros para assumir o MPST, era a soma do trabalho (informação verbal⁴⁹).

O dar, neste caso, revela-se pela retribuição no futuro: “acumulei, neste tempo, experiência, aprendizado e confiança. Quando fui chamado pelos companheiros para assumir o MPST, era a soma do trabalho” (informação verbal⁵⁰). Contudo, esta retribuição só foi possível pelo caminho da militância, mesmo que a demora representasse longos anos de espera pelo reconhecimento.

Entre a Igreja e as lideranças, os papéis se definem sinalizando que cada uma tem uma dívida que precisa ser retribuída. Neste momento, já existem laços fortes estabelecidos nas redes entre religiosos da Prelazia e lideranças, com trocas definidas. Por parte da liderança, com sua permanência na luta e buscando a adesão de outras pessoas. Por parte da Igreja, com a confiança e os espaços que vão se abrindo para as lideranças: viagens, projetos com financiamento internacional, relação com autoridades, seminários, palestras. Cada um dos comportamentos ou ações exigidos mutuamente são dons, que endividam e precisam ser retribuídos, mas cuja retribuição não é a anulação da dívida criada pela dádiva inicial: a confiança. O endividamento e a dependência mútua oferecem vantagens para cada uma das partes. Dar é, portanto, partilhar endividando ou endividando partilhando. “O retorno é sempre uma virtude produtora, já que isso está como alma das coisas” (MAUSS, 2003, p. 257).

A dádiva também é baseada na incerteza, pois não significa a aceitação de quem está recebendo, ou mesmo, quando se recebe, não significa que se retribuirá. Em certos

⁴⁹ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁵⁰ Idem.

relatos, foram citados alguns casos de ex-lideranças que optaram por abandonar o sindicato e assumir outra postura.

Tiveram aqueles que se “debandaram” para o lado de lá. Participaram de tudo, receberam nossa confiança e era certo que o companheiro ia ficar do nosso lado. Aprendeu tudo e depois foi se aliar com os fazendeiros, concorrer contra nós nos sindicatos. Traíram a causa, os padres e a comunidade (informação verbal⁵¹).

Como se pode observar nas redes tecidas, os jogos de poder que envolvem as carreiras de militantes, as dívidas podem não ser retribuídas. Não só as trocas se baseiam na incerteza da retribuição, mas o interesse também. Quando o militante, no processo de adesão, vai construindo sua participação em diferentes momentos, ele pode aderir a outras redes que os levem a abandonar a militância ou reforçá-la com outro sentido ideológico. Este foi o caso da liderança citada acima: ela não deixou de ser militante, mas enveredou para o “outro lado”, deixando a rede inicial e, assim, rompendo com o sistema de dádiva constituído na rede de procedência.

Há, entre as lideranças catalisadoras, uma dádiva mútua, observada no segundo momento descrito, nas redes tecidas com a Igreja e a CSLU. Com a Igreja, o dom não significou a ausência de conflito, porquanto havia cobrança pela atuação e permanência na militância. “A prelazia nos confiava uma missão é nós tínhamos obrigação moral de levar adiante. Não se tratava só da obrigação. O que estava em jogo era um bem maior para todos” (informação verbal⁵²).

O valor da aliança, neste dom, não é estabelecido individualmente, mas assume uma conotação de cobrança por parte da Prelazia a todas as lideranças. Era por conta do sentimento de responsabilidade para com a “causa” de coesão da comunidade à qual pertenciam que lhes era cobrado manter-se na luta. É uma dádiva baseada na mutualidade positiva, pois, naquele momento, toda a relação com o governo, representado pelo INCRA e pela EMATER, consistia em uma relação desigual em que os colonos eram então considerados em uma posição inferior, desqualificados para o diálogo. Mas o diálogo tornava-se possível com a Igreja e com seus interlocutores, representados pelas lideranças catalisadoras.

⁵¹ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁵² LIDERANÇA 5. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

A Igreja estava do nosso lado, mas o governo, não. Pra eles, éramos um bando de colonos sem escolaridade e que estavam ali para obedecer. E quando o Estado não mais assumiu a colonização e nem dava apoio, quem nos apoiou foi a Igreja (informação verbal⁵³).

Havia uma pertença comum, em que a luta e o sendo de organização eram um sentimento conjunto, tanto da Igreja quanto da liderança.

Com a CLSU, a dádiva mútua também se baseava na confiança. Afinal, seus líderes tinham o mesmo itinerário. Eram colonos, com a única diferença positiva de se organizarem em um sindicato com sede em Santarém, cuja estratégia estava em expandir as organizações sindicais para toda a Transamazônica. “Os companheiros da CLSU eram colonos como nós, tiveram o mesmo sacrifício” (informação verbal⁵⁴).

Não só o sentimento comum os unia, mas também a semelhança na trajetória de vida e as mesmas dificuldades enfrentadas.

Estas experiências resultam, primeiramente, para algumas lideranças, em uma certa postura “purista” em recusar a participação e o ingresso na política partidária no início da carreira, no processo de engajamento.

No começo, não queria envolvimento com partido político. Pra mim, nossa luta não tinha que se misturar. Quando participava das CEBs, em curso que fiz também, vi que nossa luta passava pelo partido. As decisões vinham de cima (informação verbal⁵⁵).

Assim, a “politização”, conforme intitulada pelas lideranças em algumas biografias, relacionava militância a vida partidária, ou a vida partidária como continuação da militância. Essa “conscientização” se relaciona aos cursos das CEBs, além das redes traçadas com o sindicalismo de Santarém. As mobilizações em torno da retomada do Sindicato de Altamira, em 1988, e a emancipação dos municípios na metade dos anos 1980 foram fatores importantes para essa nova “politização”. De certo, estes dados estão também associados ao período democrático pós-regime militar e à reorganização da sociedade civil.

⁵³ Idem.

⁵⁴ LIDERANÇA 7. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁵⁵ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Havia, naquele momento, um novo compromisso vigorando entre o sindicalismo de Santarém e nas entrelinhas dos discursos de padres e freiras da Prelazia do Xingu. A conotação política das ações se modificara: além da organização dos colonos, o debate girava em torno de que a realidade é sempre política e o engajamento em um partido político era o viés necessário para a efetivação da luta no legislativo. “Não era possível lutar só localmente. Precisávamos pensar mais adiante. Nossa luta não podia ser só organizar sindicato. Precisávamos eleger vereadores, prefeitos para dar outro sentido à nossa luta” (informação verbal⁵⁶).

As redes tecidas principalmente com o sindicalismo de Santarém traziam um novo objetivo às lideranças que viajavam muito para Belém e Brasília para participar tanto de seminários como de representações do território em eventos. Ademais, tais redes também trouxeram a questão partidária como novo elemento de engajamento para a Transamazônica.

É neste momento das redes tecidas que identificamos a inserção política se legitimando como líder, tanto pelas redes tecidas com a Prelazia do Xingu quanto pelo sindicalismo de Santarém. É claro que esses princípios de legitimação remetem tanto às diferentes redes sociais quanto aos laços estabelecidos, aos quais essas lideranças se vinculam em suas trajetórias. O espaço de atividade de suas militâncias as fortalecia como porta-vozes.

Já não tinha medo de me expor e também não ficava toda hora pedindo permissão aos padres pra fazer as mobilizações e para avançarmos na luta sindical. Acho que foi no momento da nossa independência, com a formação dos sindicatos, que nos fortalecemos como líderes. Tomar o Sindicato de Altamira nos deu mais autoestima (informação verbal⁵⁷).

É neste grupo que houve e ainda há a maior presença de lideranças que atuam no legislativo, são vereadores, Deputados Estaduais e Federais. Se não se elegeram para cargos legislativos, todos os outros entrevistados exerceram cargos de confiança em prefeituras na Transamazônica ou quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o

⁵⁶ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁵⁷ LIDERANÇA 7. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Governo do Estado do Pará, no período de 2006-2010. Em duas trajetórias, podemos observar as redes tecidas e os vínculos constituídos no processo de militância

A Liderança 1 foi Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medicilândia, no período de 1988-1994. Foi coordenador do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, de 1989-1994, e da FETAGRI, de 1992-1994. Deputado Estadual por dois mandatos pelo PT, de 1995-1999 e de 1999-2003, e Deputado Federal, de 2003-2007, de 2007-2011 e de 2011-2015.

A liderança 6 foi da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasil Novo, no período de 1989-1991. Foi diretora do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica, no período de 1992-1994. Fundadora do Comitê de Crianças Emascaradas de Altamira, de 1993-1997. Coordenadora do Movimento de Mulheres, de 1995-1997. Coordenadora do SINTEPP, de 1999-2002. Candidata a vereadora por Altamira em 2003, não eleita. Retornou ao SINTEPP até 2004. Diretora da Fundação Viver, Produzir e Preservar, de 2004-2008, Assessora em Brasília, de 2009-2013, e membro da direção do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará. É Presidente Regional do PT desde 2014.

As redes tecidas estão assinaladas pelas indicações a cargos em entidades sindicais e, finalmente, a cargos eletivos no partido político. Suas posições e/ou indicações em eleições para cargos legislativos representam o reconhecimento da liderança e a retribuição dos anos de luta. O reconhecimento não está apoiado nas posições ocupadas no presente, mas nos vínculos sociais constituídos com a Prelazia do Xingu, o aprendizado nas CEBs, a importância dos espaços de socialização com o sindicalismo de Santarém e a participação em Sindicatos, como a FETAGRI e o SINTEPP.

Foram diversos contextos e situações relacionadas à biografia individual associada aos vínculos constituídos nessas redes que resultaram na constituição e modificação das disposições que conduzem à participação em movimentos sociais e garantiram a permanência da carreira de militantes. Os vínculos constituídos nas diferentes esferas de atividade levaram as lideranças a esta posição de destaque no campo da militância. São investimentos que colocam a liderança em um conjunto de situações e de experiências em que a dádiva está presente, não se reduzindo a uma dívida, mas a um conjunto de obrigações que se forma ontologicamente nas relações de reciprocidade, neste caso, com os padres da Prelazia do Xingu, e vai se modificando nas

redes tecidas. A dívida existe em uma zona de incerteza. Por isso, é um comprometimento moral e não contratual.

4.1.2 As lideranças do SINTEPP e FETAGRI e as formas de dívida

Das 10 lideranças do SINTEPP e FETAGRI entrevistadas, quatro são mulheres, cujas famílias chegaram à Transamazônica no período entre 1974 e 1980, vindas do Nordeste. Uma é de Itabuna, na Bahia; duas do Ceará, da cidade de Quixadá, e uma do Maranhão, da cidade de Santa Inês. A essas famílias foram destinados lotes em Altamira, Brasil Novo e Uruará. As famílias de duas dessas lideranças já se conheciam; são as mulheres de Quixadá, no Ceará. Suas famílias vieram em 1980 pelo Projeto de Colonização Dirigida e separaram-se quando suas famílias foram redistribuídas para comunidades diferentes. Uma ficou em Altamira e outra em Brasil Novo.

Entre os homens, seis no total, dois vieram do Rio Grande do Sul, de Tenente Portela, um do Maranhão, da cidade de São Luís Gonzaga, um de Santa Catarina, um do Rio Grande do Norte, da cidade de Santana do Seridó, e um do Pará de São Domingos do Araguaia.

Dos dez entrevistados, oito famílias vieram pelo Projeto de Colonização Dirigida entre 1974 e 1984. Cinco dessas famílias detinham alguma experiência em agricultura e tinham terras que foram vendidas em suas cidades de origem, para iniciar uma nova vida na Transamazônica (as do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Norte). As outras famílias, do Ceará e do Maranhão, não atuavam diretamente na agricultura, mas em diferentes trabalhos na cidade: pedreiros, serventes em escolas. Da parte dessas famílias, o interesse veio pela ampla divulgação, em cartazes em escolas e muros, sobre a real possibilidade de se “tornar” um grande proprietário de terras na Amazônia.

Enquanto as duas lideranças (uma do Maranhão e a outra do Pará) chegaram com suas respectivas famílias atraídas pela expectativa de conseguirem terras, foram “posseiros” no Anapu, ou seja, vieram e ocuparam uma terra sem nenhuma garantia por parte do INCRA, muito conhecida no território e já comentado no capítulo III, de colonização espontânea. Suas famílias eram empregadas ou “peões” de fazendas nas suas cidades de origem, sendo a primeira terra obtida quando chegaram à Transamazônica. Dessas lideranças, uma permaneceu com sua família em Anapu e a

outra liderança paraense foi para Porto de Moz, também se “apossar” de terras que hoje estão em área de reserva extrativista, intitulada “Verde Para Sempre”.

Das dez lideranças, somente uma família do Rio Grande do Sul era de religião Luterana, crença até hoje mantida pelo militante. A primeira Igreja Luterana sediada em Brasil Novo foi fundada por essa família. As outras famílias são católicas e fundaram em suas comunidades as primeiras igrejas. Quanto à participação sindical, das dez lideranças, somente uma família mantinha relações com o sindicato desde a cidade de origem, no Rio Grande do Norte, e já nutria simpatia por um partido político, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). As outras famílias não tinham nenhum vínculo com sindicato ou partido político.

Até o presente momento da realização da tese, nove militantes são do Partido dos Trabalhadores (PT) e uma militante é do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Uma liderança foi do SINTEPP e, atualmente, é vereador em Altamira. Outra liderança foi da FETAGRI e é também vereador em Brasil Novo. Uma liderança foi da FETAGRI e, atualmente, é coordenador da Fundação Viver, Produzir e Preservar. Esta mesma liderança, no governo do PT no Pará (2006-2010), com Ana Julia Carepa na posição de governadora, foi assessora da Secretaria Estadual de Agricultura. Quatro lideranças são do SINTEPP; três foram reeleitas para a atual diretoria (2013-2015) e a outra veio de Uruará morar em Altamira, compondo a atual diretoria. Três lideranças foram da FETAGRI e duas ainda são membros da diretoria e a outra compõe a direção da FVPP.

Abaixo se encontram as principais redes tecidas pelas lideranças individualmente.

- Duas (2) lideranças → lideranças catalisadoras → SINTEPP (Uruará e depois Altamira) → partido político.
- Uma (1) liderança → lideranças catalisadoras → Movimento de Mulheres → SINTEPP (Altamira) → partido político.
- Duas (2) lideranças → lideranças catalisadoras → Prelazia do Xingu → SINTEPP (Vitória do Xingu) → Movimento de Mulheres Negras e Movimento Xingu Vivo Para Sempre → SINTEPP (Altamira) → partido político.

- Uma (1) liderança → lideranças catalisadoras → FETAGRI → Movimento Xingu Vivo Para Sempre → partido político (PSOL).
- Duas (2) lideranças → lideranças catalisadoras → FETAGRI → SINTEPP (Altamira) → partido político.
- Uma (1) liderança → lideranças catalisadoras → SINTEPP (Anapu) → partido político.
- Uma (1) liderança → lideranças catalisadoras → Movimento em Defesa das Crianças de Altamira → Movimento de Mulheres → FETAGRI → SINTEPP → partido político.

Entre as lideranças que participaram ou participam do SINTEPP e da FETAGRI, seus caminhos foram tecidos inicialmente e em grande parte pelas lideranças catalisadoras. Pode-se dizer que essas redes mais informais foram em decorrência de conexões pré-existentes estabelecidas pela amizade, pela convivência em reuniões e até pelo parentesco de batismo, sendo duas lideranças deste grupo compadres de lideranças catalisadoras.

Muitas dessas lideranças foram “reveladas” (expressão muito utilizada pelas lideranças quando se referem a alguém que se expressa bem e se destaca em reuniões) em reuniões na comunidade e no momento em que os movimentos no final da década de 1980 e toda a década de 1990 se organizavam para debater questões como o direito de morar, segurança, cidadania, organização classista e os movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres do Campo e Cidade (MMCC), o Comitê em Defesa de Crianças e Adolescentes Emascarados de Altamira, o Mutirão pela Cidadania e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Estas organizações surgem na década de 1990.

Dos 10 entrevistados, duas lideranças passaram pelas redes iniciais da Prelazia do Xingu, fizeram cursos nas CEBs, mas, segundo seus relatos biográficos, foram as lideranças catalisadoras que as “convenceram” a seguir o caminho da militância. Por isso, elas estão nesse grupo. Entendemos este convencimento como parte do processo militante em se sentir “fazendo parte”. Não é somente a participação que define este “se sentir militante”, mas o engajamento constituído pelo papel assumido na instituição acompanhada de uma forte identidade social, resultantes da dívida moral dos vínculos constituídos em suas trajetórias.

Essas lideranças vinham das vicinais. Eram agricultores, professores que conheceram as lideranças catalisadoras em reuniões pequenas e depois foram convidados para reuniões maiores, em que a presença da Prelazia era constante. As relações dessas lideranças eram diretamente com as lideranças catalisadoras, e estas últimas com a função de expandir o número de militantes, aumentar a participação política nas reuniões e nas mobilizações. Para tal, em muitas vicinais, havia o investimento em criar núcleos políticos, funcionando com cursos, conversas, palestras ministradas pelas lideranças catalisadoras ou religiosos da Prelazia do Xingu. As delegacias sindicais⁵⁸ desempenharam um papel importante nesta estratégia de ampliar a participação. A retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, em 1988, foi o incentivo necessário para outros que vieram antes mesmo da emancipação dos municípios, como Medicilândia, Uruará e Brasil Novo.

Nessas delegacias sindicais, alojadas na casa de um agricultor por vicinal, os temas enfatizados eram a promoção de campanhas de sindicalização e a formação de novos grupos de oposição sindical; a promoção de atividades visando à arrecadação de recursos financeiros para as viagens até Altamira ou outro local de evento; a fundação de delegacias sindicais; reivindicação por assistência médica e fiscalização do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); articulação com os trabalhadores urbanos e luta pela fixação do homem no campo. Há de se entender que toda a articulação inicial dessas delegacias sindicais foi realizada pelas lideranças catalisadoras, as quais mobilizavam muitos agricultores e professores das vicinais para a participação.

Nos registros pesquisados sobre estas reuniões (os poucos existentes ainda escritos à caneta em cadernos), há passagens interessantes sobre as mobilizações para as reuniões nas vicinais, compostas dos seguintes comentários: “quem vai trazer a carne, o arroz, a farinha, o feijão?”; “quem vai iniciar o canto de entrada antes da reunião?”; “quem vai encerrar puxando a oração?” (informação verbal⁵⁹). Tais reuniões, ritualizadas por cantos, rezas e comidas, eram espaços de socialização, comunicação e convencimento a permanecer participando. Uma liderança revela o lado performático das reuniões:

⁵⁸ Com a Criação da CUT, em 1983, a proposta era revigorar o movimento sindical, tirando-o das mãos dos chamados “pelegos”, ligados ainda ao regime militar. As delegacias sindicais eram extensões da nova proposta sindical e funcionavam como pontos de reuniões, debates e deram vitalidade ao sindicalismo de oposição no Brasil.

⁵⁹ Informações manuscritas referentes às atas improvisadas das primeiras reuniões nas delegacias sindicais da Transamazônica e Xingu, datadas entre as décadas de 1980 e 1990.

Fui muitas vezes em Altamira e devo minha militância, ou pelo menos em perder o medo, aos companheiros (cita duas lideranças catalisadoras). Bem, havia uma força nos discursos, nas atividades, nas reuniões, que me emocionava. Antes das reuniões, orávamos, cantávamos e cada um levava alguma coisa para comer. Dividíamos as refeições, contávamos piadas. Havia muita energia boa, que nos unia (informação verbal⁶⁰).

Para Mauss (1999), as palavras, as saudações, os presentes, as danças, os rituais constituem fenômenos tão importantes quanto o mercado na organização da vida social. São “sistemas de prestações totais” (MAUSS, 1999, p. 151). Ou seja, são símbolos que dão significado à ação social. Foram especialmente nestes espaços de socialização (reuniões, palestras, mobilizações, passeatas) que muitos agricultores e professores se destacaram. Entre eles, as lideranças do SINTEPP e FETAGRI.

Com estas lideranças, a dádiva foi baseada inicialmente pela solidariedade - a dádiva-partilha - estabelecida através da amizade e da confiança, em que o “débito” estava na consolidação dos movimentos sociais e no sindicato classista.

Estava sossegada, até que o senhor (liderança catalisadora) me convidou para ir nas reuniões em Altamira. Fui em algumas reuniões e o que vi me agradou. No travessão, diziam que os padres eram comunistas. Depois, comecei a mobilizar os colonos dos outros travessões (informação verbal⁶¹ LIDERANÇA 12, 2013).

Essas lideranças, envolvidas em uma série de mobilizações e de discursos pelo direito de morar, pela segurança das crianças e adolescentes, pelo reconhecimento da Transamazônica como um lugar de cidadãos, estavam em um momento de mudanças não só políticas, com o fim do regime militar, mas também da concepção de direitos com garantia de políticas setoriais para melhorar a produção agropecuária, pela trafegabilidade das estradas, pela oferta de mais escolas etc., como já descrito no capítulo III. Esta é uma passagem no tempo em que assume importância o discurso da cidadania, da reivindicação dos direitos negados pelo Estado. Há um sentimento de justiça aliado ao reconhecimento do lugar de moradia dos colonos. A relação

⁶⁰ LIDERANÇA 13. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁶¹ LIDERANÇA 12. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

estabelecida com o Estado não é de justiça nem de igualdade, e muito menos queriam a sua caridade, traduzida por auxílios temporários como cesta básica, doação de sementes pela EMATER e CEPLAC, ou mesmo a ajuda às famílias carentes. Inclusive, o Sindicato de Trabalhadores Rurais em Altamira funcionava como instrumento de assistência, negando qualquer possibilidade de organização política dos agricultores.

Estávamos jogados à própria sorte, e muitos colonos indo embora Mais pobres do que tinham chegado. E havia uma política para atenuar nosso sofrimento, de ajudar, às vezes individualmente, outras dando sementes, defensivos agrícolas (que hoje eu sei que eram agrotóxicos). Ora! Isso não resolvia nosso problema. Agora já estávamos nos organizando em sindicatos e os municípios se emancipando. Não havia espaço para esse tipo de assistencialismo (informação verbal⁶²).

A dádiva, quando realizada no registro caritativo da “assistência”, não agrada o receptor, seja o doador o Estado ou uma instituição não estatal. O momento indicava a necessidade de solidariedade, mas não de assistencialismo, até porque esta passagem no tempo se caracteriza pelo rompimento com a dádiva hierárquica e a dádiva patrimonial. A primeira funcionara como um vínculo de dependência muito forte em relação às instituições do Estado, como o INCRA e a EMATER. A segunda se estabelece com o poder clientelista dos fazendeiros da região e políticos locais, prestando serviços individuais e favores em troca de serviços, como a venda da produção através de intermediários para o fazendeiro, ou em troca de votos. Nesses tipos de dádiva, a dívida é estruturalmente desigual e caracterizada por relações clientelistas. Portanto, romper com este ciclo estava entre os objetivos das mobilizações. Contudo, nem toda trajetória militante destaca-se por este tipo de empoderamento dado nestas reuniões.

Dentre as entrevistas, destacamos uma trajetória marcada pelo sofrimento da perda de um filho. Esta liderança viria a ser a primeira coordenadora do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, fundado em 1993. O Comitê se organizou em razão dos crimes praticados contra crianças e adolescentes (ANEXO 3) em Altamira, sendo seu primeiro caso conhecido em 1989. As vítimas da violência eram sequestradas, mutiladas, tinham seus órgãos genitais removidos e depois seus corpos eram jogados na mata. A liderança 15 perdeu seu filho de 13 anos assassinado em 1992,

⁶² LIDERANÇA 13. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

em Altamira. Em entrevista, ela nos relata a dor, a fragilidade da sua vida após a perda do filho, o sentimento de injustiça que a levou a lutar.

A dor de perder um filho é quase insuportável. Eu não conseguia carregar. Assim, não levantava, não comia e não via futuro. Depois de um pouco mais de um mês, outro adolescente foi encontrado morto, jogado no mato feito cachorro. Meu filho foi tão bem cuidado e alguém veio e mutilou o corpo do meu filho que cuidei tanto. Todo dia, lembro-me dele. Reagi depois que a outra criança foi assassinada. Aí fui para a rua e encontrei em outra pessoa (Liderança catalisadora) uma força que me chamou para ir à luta. Foi na luta e reação que me manifestei (informação verbal⁶³).

Lacerda (2013), ao analisar os movimentos sociais e ter entrevistado esta mesma liderança na Transamazônica, faz uma interessante abordagem, em que a “passagem entre o estado emocional no qual os familiares não conseguiam retomar suas atividades cotidianas e a decisão de ‘lutar’ se dá pela metamorfose da própria dor” (LACERDA, 2013, p. 161). A dor transfigurada em forma de luta foi o motivo que levou esta liderança a participar dos movimentos sociais.

Na reação a estes assassinatos, em 1992, o Movimento de Mulheres de Altamira Campo e Cidade organizou uma grande passeata mobilizando vários setores, como comerciantes, agricultores, professores e políticos, em Altamira. A caminhada iniciou-se em frente à escola onde estudava o filho da liderança 15, indo para o Fórum da cidade, passando pela delegacia de polícia. Segundo documentos pesquisados, esta passeata reuniu mais de 10.000 pessoas. A reivindicação, além de segurança e a vinda da Polícia Federal para o cumprimento de uma apuração mais neutra, estava acompanhada de outras denúncias sobre prostituição infantil, trabalho escravo e estupro na Transamazônica.

A liderança 15 participou desta passeata e foi incentivada e apoiada pela liderança catalisadora 8.

Fui para a passeata e foi lá minha segunda reação. A primeira foi resolver ir, quando fui convidada pela companheira (Liderança 8). Havia muita gente, e mais pessoas chegavam. A Igreja Católica foi importante na mobilização desta passeata e na formação do Comitê. Depois dessa caminhada, ainda não conseguia reagir. Foi a força da

⁶³ LIDERANÇA 15. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

companheira (Liderança 10) que me levou a participar outras vezes, junto com os padres e freiras (informação verbal⁶⁴)

O vínculo constituído com a liderança catalisadora inicia-se com a amizade e, depois, com diferentes inserções em reuniões.

Confesso que iniciei minha militância pela grande amizade que sentia pela liderança catalisadora. Participava das reuniões na Prelazia, mas achava que os Padres se metiam muito onde não deviam. Comecei a pensar diferente pelas conversas que tinha com a minha amiga (Liderança catalisadora). Sentia-me acolhida, em um momento em que me sentia meio morta. A vida me veio pela luta (informação verbal⁶⁵).

A mobilização iniciada pelos religiosos católicos e por mulheres ligadas ao Movimento de Mulheres para denunciar os crimes de emasculação e a pouca seriedade na condução das investigações da polícia levou a outras mobilizações com participação das famílias das vítimas, estudantes e professores. Eram caminhadas, vigílias, representadas por músicas, cartazes, apitos. Funcionaram como importantes instrumentos de mobilização que marcam até hoje os movimentos sociais de Altamira.

A retribuição desses sujeitos não pode ser calculada pela estratégia racional de “um dia” ou “no futuro” vir a exercer algum cargo. No caso da liderança 15, foi por intermédio dos movimentos sociais que sua dor se transformou em luta. Chegou a ir, em 1996, à Câmara dos Deputados em audiência pública quando já assumira a coordenação do Comitê, junto com outros representantes de movimentos sociais. Na audiência, pedia que a Polícia Federal entrasse em Altamira para averiguar o caso das crianças emasculadas. Ela falou em nome das famílias e das crianças que esperam a proteção do Estado.

Fiquei nervosa, mas falei com meu coração de mãe que perdera um filho. Me senti na obrigação de falar da minha dor porque outras famílias passaram pela mesma situação. Me confiaram esta missão que eu estava para cumprir em nome do Comitê (informação verbal⁶⁶).

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ LIDERANÇA 15. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁶⁶ Idem.

Como se vê, a retribuição não se dá de imediato. A dívida assume as características de solidariedade, de dívida mútua, pois as retribuições não são ignoradas e até são incentivadas, como narra a liderança 16:

Devo aos movimentos sociais que participei meu aprendizado, e se hoje sou militante, é porque confiaram em mim e me deram incentivo. Sempre estive claro para mim que precisava continuar na luta e buscar pessoas para aumentar nosso poder de pressão. Sempre estive claro que a confiança dos companheiros precisava ser recompensada com a minha militância (informação verbal⁶⁷).

Por intermédio dos movimentos sociais, a trajetória da liderança 15 transformou sua dor, até então vista como uma questão individual, em direitos a serem reivindicados. A dívida fortaleceu a sua militância. Primeiro, na sua descoberta como um caminho coletivo de solidariedade; depois, pelo seu engajamento na causa e pela extensão de sua atividade necessária para a continuação da luta e futuras adesões e, finalmente, pela sua retribuição contínua como militante. Essa liderança concorreu por duas vezes para vereadora em Altamira. Para Jacques Godbout (2002), o interesse existe e desempenha um importante papel na condução da aliança. Isto porque o interesse está no final do processo, e não no início.

À frente da organização desse protesto, estava a liderança 8, que não tinha relação com as vítimas, nem com seus familiares. A liderança 8, que havia constituído suas redes principais com os padres da Prelazia e através da participação nas CEBs, veio morar para Altamira, mas antes morou na Vicinal 23, área rural de Altamira. Desempenhou um papel importante para outras lideranças que participaram do SINTEPP.

Foi por meio da companheira (liderança 8) que comecei a participar dos movimentos sociais. Ainda não tínhamos organizado o SINTEPP, era só uma vontade, mas comecei a participar do Movimento de Mulheres e, ao mesmo tempo, no Comitê em Defesa das Crianças de Altamira (informação verbal⁶⁸).

A liderança 16 também teve uma forte influência da liderança catalisadora 8:

⁶⁷ LIDERANÇA 16. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁶⁸ LIDERANÇA 16. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Sou filha de pais agricultores que até hoje moram no travessão 23, em Altamira. Comecei a atividade de magistério no travessão e eu só tinha o magistério que cursei no Maria de Mathias⁶⁹. Já na escola, convivi com padres e freiras muito conscientes dos nossos problemas na Transamazônica. Mas quem me levou mesmo foram primeiro os meus pais, pois era quase forçada a ir às reuniões da Igreja. Meus pais gostavam e tentaram me introduzir. Mas, de fato, o convencimento veio com a companheira (liderança 8), para as reuniões e depois passeatas. Eu tinha criança pequena. Apesar de serem meninas e os emasculados só foram meninos, eu tinha medo. Comecei a participar do Movimento de Mulheres, do Comitê em Defesa da Vida das Crianças de Altamira e depois fui para o SINTEPP. Minha relação é de agradecimento, pois me sentia mais viva participando. Cheguei ao PT e fui candidata a vereadora por duas vezes. Foi nos movimentos que aprendi a conviver com as autoridades do Estado (informação verbal⁷⁰).

As autoridades a quem se refere a liderança são os policiais e delegados, os técnicos da EMATER, quando vão às terras de seus pais na vicinal falar sobre a produção, e os vereadores com quem convivera como militante do SINTEPP. A dimensão *autoridade* é tratada por esta liderança como o aprendizado oriundo da convivência incentivada através do financiamento de viagens, com diárias financiadas em grande parte pela Prelazia do Xingu, para participar de congressos e encontros, representando os movimentos sociais. A participação nestes movimentos capacita os sujeitos a lidar com as autoridades, com as instâncias da burocracia, aprimora o seu discurso, melhora o seu vocabulário e os coloca em contato com novos agentes e instituições e, sobretudo, resulta em um capital social⁷¹ que não pode ser medido somente pela ocupação de cargos.

Esta liderança participou do Movimento de Mulheres e, depois, viria a compor o Mutirão pela Cidadania. Foi participante de todo o processo que fundou o SINTEPP em Altamira e viria a compor como presidente a primeira coordenação desta entidade após sua fundação, em 1995.

Nessas duas trajetórias, podemos observar as redes tecidas e os vínculos constituídos no processo de militância.

⁶⁹ O Colégio Maria de Mathias foi fundado em 1989 pela Prelazia do Xingu. É uma referência no ensino em Altamira, atuando nos níveis fundamental e médio. Em diversos momentos, abrigou várias reuniões das lideranças.

⁷⁰ LIDERANÇA 16. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁷¹ Capital Social, a partir de Pierre Bourdieu, é o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos (BOURDIEU, 1998, p. 67). As várias formas de capital, segundo este autor, foram descritas no capítulo II.

A liderança 15 foi presidente do Comitê em Defesa da Vida das Crianças e Adolescentes de Altamira, em 1993, e também do Movimento de Mulheres, de 1993 a 1995. Coordenou este último movimento no período de 1995 a 1997. Participou da Diretoria da FETAGRI, de 1997 a 2000. Em 1998, concorreu ao cargo de vereadora pelo PT em Altamira. Em 2002, assume novamente a coordenação do Movimento de Mulheres. De 2004 a 2007, participa dos movimentos sociais, mas também faz um curso superior em Pedagogia. Em 2008, assume a Vice Coordenação do SINTEPP, ficando nesta entidade até 2011. Em 2012, concorreu novamente a vereadora por Altamira. Atualmente, está na Fundação Viver, Produzir e Preservar.

A liderança 16 foi do Movimento de Mulheres, coordenando este movimento de 1995 a 1997. Concorreu novamente ao cargo e se elegeu de 1997 até 1999. Neste período, também fez graduação em Biologia. Em 1998, concorreu como vereadora em Altamira pelo PT. Assumiu a coordenação da FUNAI em Altamira no primeiro Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2006), permanecendo no cargo de 2004 a 2006. Até o presente, mora em Belém, exercendo um cargo de assessoria da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

As formas de dádiva não se dão por igual. A entrada e/ou engajamento constitui-se de sentidos diferenciados observados nas trajetórias. O dom é uma troca: o doador sabe o que dá, e quanto mais as lideranças tecem suas teias nas redes ou vão constituindo outras redes (relé), o valor do dom é atualizado. O dom abre um campo de possibilidades indeterminadas, fortalecendo a militância e abrindo caminhos para outras formas de engajamento, como em partidos políticos.

4.1.3 A lideranças mais jovens e as formas de dádiva

Foram 12 entrevistados. Dentre as lideranças mais jovens, três são mulheres cujas famílias chegaram à Transamazônica na década de 1980, vindas de diferentes regiões. Uma de Bodocó, em Pernambuco, outra de Bocaiuva, em Minas Gerais, e a outra de Vargem Alta, no Espírito Santo. As famílias das três lideranças masculinas vieram da região Sudeste: uma da cidade de São Gabriel da Palha, no Espírito Santo, e duas das cidades de Aicaica e Areado, em Minas Gerais. Três famílias vieram do Nordeste: duas lideranças de Bacabal, no Maranhão, e uma da cidade do Crato, no Ceará. As famílias de duas lideranças vieram de cidades paraenses: Paragominas e

Marabá. A família da outra liderança veio do Rio Grande do Sul, da cidade de São Gabriel.

Todas as famílias chegaram à região no início da década de 1980. Dez vieram pelo Projeto de Colonização Dirigida e se estabeleceram em lotes em Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. Estas famílias traziam consigo a experiência do trabalho na agricultura de suas terras de origem, ou tinham lotes de 25 ha, ou trabalhavam para os pais. As famílias das duas lideranças do Pará chegaram para ocupar as terras no Anapu e Pacajá. Estas últimas famílias tinham nas terras ocupadas seus primeiros lotes. Antes disso, viviam como empregados de fazendas.

Não havia nenhuma relação de parentesco ou amizade entre elas.

Dez lideranças tiveram sua religião declarada como católica, havendo uma luterana e uma protestante. Uma característica importante nas trajetórias de duas lideranças desse grupo é que suas famílias já detinham certa experiência e conhecimento da prática cooperada: uma do Rio Grande do Sul e a outra do Espírito Santo. Quanto à participação sindical, das doze lideranças, somente duas tinham suas famílias (as de Bacabal, no Maranhão) participantes de sindicatos na cidade de origem; nenhuma família com filiação partidária. Até o presente momento em que foram entrevistados, todos eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Abaixo estão identificadas as principais redes tecidas pelas lideranças individualmente.

- Três (3) lideranças → Sindicato dos Trabalhadores de Medicilândia → Cooperativas de Produtores de Cacau de Medicilândia → FETAGRI → partido político.
- Duas (2) lideranças → Pastorais da Juventude em Altamira → Movimento Xingu Vivo Para Sempre → SINTEPP → partido político.
- Uma (1) liderança → Pastorais da Juventude em Anapu → Cooperativa de Cacau de Anapu → FETAGRI → partido político.
- Uma (1) liderança → Cooperativa de Produtores de Cacau de Uruará → SINTEPP → partido político.

- Duas (2) lideranças → Conselho de Desenvolvimento Territorial → FETAGRI → partido político.
- Uma (1) liderança → Sindicato dos Trabalhadores de Senador José Porfírio → FETAGRI → Conselho de Desenvolvimento Territorial → partido político.
- Duas (2) lideranças → ARCAFAR → Cooperativa de Cacau de Medicilândia → SINTEPP → partido político.

Entre as lideranças mais jovens, que participam ou participaram dos Conselhos de Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu, a saber: o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER), fundado em 2003, a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará/Transamazônica (ARCAFAR), fundada em Medicilândia em 1996, mas com sua representação no território desde 2002, As cooperativas de agricultores, fundadas inicialmente em Medicilândia na metade da década de 1990, e a Pastoral da Juventude, com sua atuação mais vibrante no final da década de 1990.

Estas são organizações em que atuam ou atuaram as novas lideranças no caminho da rede tecida. Referimo-nos a formas de organização não sindicais e inseridas em um contexto de mudanças globais, nas quais o sentido da participação é modificado. Esta nova ordem, presente no final da década de 1980, modifica o conceito de poder local, antes restrito à gestão político-administrativa do município ou do Estado, e se redefine como esfera também de participação da população. Trata-se da capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentáveis. Nesse novo espaço, conta-se com novas formas de organização como mediadoras: as Organizações Não Governamentais (ONGs), novos educadores populares etc.

Quanto à governança, esta alarga a ação pública estatal restrita a seus órgãos e aparatos estatais, incorporando a relação entre governo e sociedade, supondo “[...] a construção de coalizões entre atores sociais [...] com orientações ideológicas e recursos disponíveis” (GOHN apud HAMEL, 1999, 2007, p. 38).

Nos espaços de poder antes restrito ao Estado autoritário do regime militar brasileiro, novas formas de participação surgem aliadas à organização política dos trabalhadores, desenvolvendo uma cultura política de mobilização e de pressão direta. É neste contexto que se inserem os Gritos da Terra Brasil e a formação de conselhos, no início

consultivos e depois normativos. Estes conselhos representavam espaços diferenciados de atuação, desde os conselhos comunitários até os conselhos de escolas, saúde, transportes. Os conselhos comunitários se diferenciavam dos conselhos populares, sendo estes últimos representados pelos movimentos sociais.

Organizações como a Pastoral da Juventude mudaram suas diretrizes após o *Encontro da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, em 1994. Nesse Encontro, a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil optou pela incorporação de uma nova consciência, incluindo a opção evangélica preferencial pelos jovens das classes populares e pelos jovens marginalizados. Nesse sentido, havia a responsabilidade de expansão das ações pastorais, renovando sua metodologia de trabalho através da inserção da juventude do meio rural, estudantil e universitária.

Neste cenário pós-regime militar, essas lideranças ou fizeram parte de outros sindicatos, como o de trabalhadores rurais, ou de movimentos sociais. Algumas faziam parte de ambos ao mesmo tempo, enquanto outras participavam de sindicatos e cooperativas, ou conselhos de desenvolvimento e/ou pastorais, até chegarem ao SINTEPP e/ou FETAGRI. É entre essas lideranças que a presença do mercado e do Estado são marcantes em suas biografias, pois algumas delas lidam com cooperativas, onde circulam recursos materiais (econômicos) importantes para as famílias envolvidas, como a Cooperativa de Cacau Orgânico, por exemplo.

Tais cooperativas estão localizadas nos municípios de Medicilândia, Uruará, Anapu e Pacajá e integram o Programa de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu, criado em 2005. O programa tem como princípios centrais a certificação orgânica e comércio justo; promoção da qualidade; desenvolvimento do cooperativismo e agricultura familiar; vendas coletivas e diretas; formação e oferta de preços diferenciados; realização de parcerias de longo prazo com os compradores e incentivo à produção e comercialização de produtos de origem orgânica. Participam do programa 105 propriedades rurais de pequeno porte, com 1.327 ha de cacau e produção e comercialização anual de 900 toneladas por ano de cacau orgânico certificado.

O sistema de dom para oito lideranças desse grupo se constituiu primeiramente nas redes de amizade, antes da adesão aos sindicatos e conselhos de desenvolvimento.

Conheci o companheiro (liderança catalisadora) em uma reunião para formar a cooperativa, isso lá por 2001. Ele já era deputado e eu, estudante da Casa Familiar Rural de Medicilândia. Eu não era um homem desinformado. Contudo, achava que cooperativas, sindicatos deviam ter cuidado com a política de partido e ficar afastado se

possível. Conheci outros companheiros nesta caminhada (outras lideranças) que me fizeram perceber que eu estava errado. Sabiam mais do que eu. Precisamos ficar perto da política para entender inclusive as leis do mercado, dos preços. Não existe militância “pura”. Devo dizer que as minhas amigadas me mudaram (informação verbal⁷²).

Nesta narrativa, a dádiva, construída inicialmente pela amizade, foi importante para essas lideranças. Porém, ela não se confunde com o interesse ou a partilha de bens materiais, mas a partilha do conhecimento, do saber sobre a política (das lideranças catalisadoras), sobre o mercado, preços etc. Estas informações isoladas não surtiam efeito nas lideranças mais jovens, mas o discurso organizado do saber que valorizava o mercado, com o aspecto político da organização dos trabalhadores e o papel do Estado na formulação de políticas públicas, isto, sim, transformou-se em forte elemento de adesão para essas lideranças. “O companheiro me mostrava que não adiantava brigar contra o Estado, mas precisávamos dele para executar nossas políticas públicas. Tinha muita coerência no que ele dizia” (informação verbal⁷³).

A amizade introduz esta liderança em uma relação de confiança que a estimula a participar de outras atividades, exercendo, mais tarde, cargos de direção nas cooperativas e, em seguida, alguns outros nos Conselhos de Desenvolvimento, depois assumindo cargos no SINTEPP e FETAGRI.

Há, neste grupo de lideranças, uma diferença no nível de adesão e engajamento. As lideranças que participam de Conselhos de Desenvolvimento e Educação (CODETER e ARCAFAR) são cinco, no total. Trata-se da relação entre formação escolar e engajamento nas organizações. Observa-se, na composição desses conselhos, membros de instituições governamentais (CODETER), pessoas com formação de graduação, como engenheiros e professores (neste último, referimo-nos à ARCAFAR).

Foi neste grupo que, no processo de engajamento, surgiu a necessidade de uma formação escolar mais ampla. Por isso, entre essas lideranças, registra-se o maior nível de escolaridade: oito possuem cursos de graduação (Agronomia, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras, Enfermagem) e dois estão cursando Biologia e Pedagogia. “Em cada

⁷² LIDERANÇA 22. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁷³ LIDERANÇA 23. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

reunião do CODETER, via aqueles discursos dos letrados e sentia que eram contra nós, os colonos. Era uma relação desigual, de poder” (informação verbal⁷⁴).

Nos Conselhos do CODETER, por exemplo, esse espaço de desigualdade ficava mais visível. Havia (e há) relações assimétricas, nas quais o conhecimento escolar exercia um poder de discurso e barganha muito forte em um colegiado onde se discutiam políticas públicas e acesso aos bens. Neste espaço de “desiguais”, o diploma e até o vestuário compunham um aparato de dominação, uma linguagem silenciosa de poder. “Foi no CODETER que decidi que iria fazer Universidade, para disputar de igual para igual com os representantes das instituições do Estado” (informação verbal⁷⁵).

Neste grupo, existe a luta por reconhecimento escolar, o que não se verificava nas redes, por exemplo, das lideranças catalisadoras. A obrigação moral entre essas lideranças mais jovens se dá também pela aquisição do diploma de curso superior. Mesmo depois de formados, voltam a desenvolver atividades nas cooperativas e conselhos. Este é o caso da liderança 25:

Saí da CFR e fui para a Cooperativa e, ao mesmo tempo, para o CODETER. Depois, vi que precisava do diploma. Precisava do diploma para intervir melhor e discutir no mesmo patamar com os outros. Fiquei quatro anos estudando. Nunca saí da militância. Devo isso aos companheiros que inclusive não tiveram tempo de estudar. Mas estudar me deu outro fôlego, pois me ajudou a ver o significado da organização (informação verbal⁷⁶)

Nesta narrativa, o diploma é significativo para a extensão da militância em um espaço onde este recurso é símbolo de poder. O diploma se apresenta como definidor de uma profissão e também como um recurso a ser utilizado para ocupar postos e posições em suas entidades. Ademais, a instituição do militante se valoriza no sentido do reconhecimento, pois, em seu interior, há pessoas com capital escolar suficiente para concorrer e debater em pé de igualdade.

As lideranças mais jovens constituem redes e tecem outras que correspondem às expectativas levantadas para manter sua militância. Para tanto, a permanência na organização ou movimentos sociais assume uma importância estratégica. É estranho falar em estratégia quando se tem como centrais as formas de dádiva! A estratégia, aqui,

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ LIDERANÇA 28. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

está relacionada à continuidade da própria entidade. Nem a FETAGRI nem o SINTEPP, como entidades de classe, não sobreviveriam se não conseguissem renovar suas ações e suas expectativas. Isto passa por revitalizar as estratégias, inclusive sobre os seus quadros militantes, na adoção de novas redes (relé), revalorizando ainda mais a associação. Para Martins, citado por Godbout (2003, p. 15),

o fato associativo desenvolve-se na interface dos planos primários e secundários, entre a comunidade orgânica e a sociedade contratual. Ou melhor, ele opera uma transformação de lógicas opostas “permitindo realizar tarefas funcionais sob a forma da personalização, ou de formar alianças em grande escala sem renunciar à forma da pequena sociedade” (CAILLÉ, 2003, p. 79). A dádiva é o meio pelo qual se nutre o fato associativo e as redes sociais que se expandem a partir do mesmo. Por isso, a associação se apoia sobre um princípio da liberdade e de obrigação estreitamente associados, permitindo a realização de interesses comuns. A dádiva e a ação associativa incitam a entrada dos atores num ciclo de circulação de dívidas que, quando funciona bem, quando reina a confiança, cria um certo endividamento mútuo positivo.

A renovação baseada na expectativa marca também as lideranças da Pastoral da Juventude. As extensões de suas militâncias se fundamentam na valorização da formação universitária, porquanto, para se chegar a organizar a Pastoral Universitária, este é um critério fundamental. O valor do diploma e o exercício profissional não existem à parte da retribuição, vinculada ao comprometimento com a prática militante e com a adesão de outros indivíduos à causa. Oliveira (2008), em sua tese de doutorado trabalhando com os militantes de causas ambientais no Rio Grande Do Sul, observa que

as concepções que fundamentam definições de “militância” e de “profissão como esferas de atuação interligadas e inseparáveis, de modo que o valor da formação universitária e do exercício profissional é considerado como indissociáveis do engajamento e da participação política” (OLIVEIRA, 2008, p. 213).

A formação escolar é uma forma de extensão ou prolongamento da atividade militante para est grupo: uma reforça a outra:

Entrei na UFPA foi para melhorar minha atividade dentro da cooperativa. É claro que me qualifiquei. É importante o diploma nos dias de hoje, inclusive para falar a mesma linguagem das firmas exportadoras. Melhorei minha atividade, mas o meu interesse maior

em fazer um curso superior foi para melhorar a gestão da cooperativa. É uma pena não ter Administração. Eu ganharia muito mais! (informação verbal⁷⁷).

Esta biografia traz à tona um tipo específico de retribuição entre as lideranças muito forte neste grupo, baseada na formação escolar universitária e nas possibilidades alcançadas pelo diploma, seja na ocupação de cargos mais importantes dentro da cooperativa, do SINTEPP ou FETAGRI, seja para a projeção nos conselhos de desenvolvimento e, finalmente, constituindo-se como um espaço de poder no partido político, diferentemente do apelo político muito forte entre as lideranças catalisadoras, com menor significado atribuído à formação universitária e profissional. Dentre as lideranças mais jovens, a formação universitária adquire sentido de retribuição. Vejamos, na narrativa abaixo, essas diferenciações entre as lideranças catalisadoras e as mais jovens:

Morava em uma vicinal em Brasil Novo quando comecei a fazer parte de reuniões para organizar uma nova proposta de sindicato. Não gostava de reuniões; tinha uma filha pequena. Fui muitas vezes levada pelo meu atual marido. Conheci padres engajados, professores e sindicalistas de Santarém, que mostravam para a gente a importância de nos organizarmos. Hoje, tenho mais de 20 anos de militância e fiz a Universidade depois dos 35 anos. Fiz Pedagogia. Não uso meu diploma, mas ele me serviu para refletir sobre minhas práticas quando estou em contato com as comunidades de extrativistas e pescadores (informação verbal⁷⁸).

Essa narrativa de uma liderança catalisadora mostra como as expectativas reforçam a ideia de ser merecedor não só da confiança, mas de galgar outros postos, seja em sua entidade, seja em cargos legislativos. “Quando concorri a vereador, me perguntaram se eu ia dar conta, até porque não tinha escolaridade. Não tinha escolaridade, mas tinha vivência de luta, tinha trabalho em anos de luta” (informação verbal⁷⁹).

A retribuição de “ser indicado” vem acompanhada de uma moral do trabalho que, nesse caso, é mais forte que a escolaridade. É o resultado de anos de engajamento,

⁷⁷ LIDERANÇA 30. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁷⁸ LIDERANÇA 7. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁷⁹ LIDERANÇA 2. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

de passagens nem sempre prazerosas. “Ora! apostamos no que ninguém queria fazer e não tinha coragem, porque enfrentamos, no início, o regime militar, as distâncias, a falta de dinheiro, chuva, calor e estrada ruim” (informação verbal⁸⁰).

Portanto, a indicação atua em termos de merecimento/retribuição de tanto sacrifício.

Muito tarde fiz Pedagogia na UFPA. Antes, estive preocupada com tantas coisas, participava de vários movimentos, não dava para estudar. Mas, depois de formada, pude compreender melhor a educação. Meu diploma, e mais a Especialização em Educação Étnico- Racial, já me renderam bastante. Até já dei aulas no PARFOR pelo Instituto Federal do Pará (em Altamira). Mas acho que a Universidade está ainda muito distante da sociedade. É preciso participar mais (informação verbal⁸¹).

Nestas situações, o nível escolar não pode ser caracterizado como um requisito para tornar-se membro dos movimentos. Não obstante, o valor simbólico pela posse do diploma pode ser utilizado nas variadas atividades do movimento. Nesta última fala, nota-se que as esferas de socialização familiar ou afetiva construíram uma percepção que influenciou de forma determinante a identificação com a causa dos movimentos sociais e, conseqüentemente, o engajamento.

Entre as lideranças mais jovens, a utilização dos recursos escolares faz com que os militantes fundem novas percepções de concorrência ancoradas não somente na experiência de luta, mas no uso do diploma como novas disposições de militância em suas carreiras. Nas novas redes dos Conselhos de Desenvolvimento, as relações de desigualdade nas condições de origem e capital escolar atualizam a dívida e as formas de retribuição.

Hoje em dia, é necessário um curso superior pra nós dos movimentos sociais, que lidamos direto com a elite, que sempre acha que não sabemos nada e somos incompetentes. Mostrar que somos capazes de estudar, se formar, e voltar termina sendo uma arma. E quando avançamos para fazer mestrado e doutorado, eles dizem que deixamos de ser colonos (informação verbal⁸²).

⁸⁰ Idem.

⁸¹ LIDERANÇA 6. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁸² LIDERANÇA 30. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

O paralelo entre esses grupos é importante para mostrar os diferentes sentidos atribuídos pelas lideranças à formação universitária. Nas narrativas de lideranças catalisadoras, o diploma tem um tom sacrificial: é o merecimento pelos anos de militância. Indo do sacrifício/dar, receber o diploma é a retribuição às práticas nas comunidades. Entre as lideranças mais jovens, o sentido se modifica: o diploma é um recurso que os conduz a cargos e esferas de decisão. Não se trata de um sacrifício, mas de um tempo significativo para a atividade profissional. Por isso, são mantidas nos conselhos e nas cooperativas enquanto estudam. O receber se traduz nos cargos indicados da FETAGRI e SINTEPP e, como ápice, o ingresso no partido político. A retribuição é a militância mais qualificada “inclusive para falar a mesma linguagem das firmas exportadoras. Melhorei minha atividade” (informação verbal⁸³).

Nas lideranças do SINTEPP e FETAGRI o diploma tem um peso relativo, pois algumas lideranças já eram professores em vicinais, sem curso superior, alguns com o magistério do que se chamava 2º grau. Muitos desses professores ingressaram no SINTEPP sem o curso superior. Uma das lutas do SINTEPP era trazer a UFPA para o território. Nesse diapasão, o curso superior era uma meta, uma realidade a conquistar. Logo, o valor atribuído ao diploma estava ainda na dimensão da conquista.

Nessas duas trajetórias, podemos observar as redes tecidas e os vínculos constituídos no processo de militância

A liderança 30 foi do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Medicilândia, de 2000 a 2002. Veio morar em Altamira em 2002 para estudar na UEPA. É formada em Graduação em Ciências Naturais por esta instituição e cursou Licenciatura em Ciências Agrárias pela UFPA. Participou de 2003 até 2006 da FVPP. De 2008 a 2012, foi do CODETER. De 2012 até o presente momento da entrevista, era da FETAGRI e assessora a Cooperativa de Cacao Orgânico de Medicilândia. É também professor da UFPA em Altamira.

A liderança 31 foi do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasil Novo, de 1999 até 2001. Estudou em uma Casa Familiar Rural de 1998 até 2000. Membro da ARCAFAR de 2002 até 2004. Um dos idealizadores do Programa de Cacao Orgânico e membro dela até hoje. É membro da FETAGRI desde 2012 e assessora o Programa de Cacao Orgânico. Cursa Agronomia na UFPA desde 2012.

⁸³ LIDERANÇA 30. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Ressaltamos que as lideranças desenvolvem vínculos nas redes sociais com sentidos diferenciados e, portanto, o sistema de dádiva não está ancorado em um esquema rígido. Retribuir algo ao doador pode ser realizado de diferentes maneiras e com significados múltiplos. A retribuição não é simétrica, nem há um tempo definido para a devolução do bem dado.

As diferenciações no campo da militância entre as lideranças da Transamazônica e Xingu decorrem das experiências e dos diversos contextos históricos interligados à biografia individual, e mais ainda às diferentes redes sociais associadas ao seu engajamento e à sua participação anterior ou simultânea em outras atividades militantes.

4.2 A relé social e os “nós” que entrelaçam as lideranças: os vínculos constituídos pelas lideranças até a FETAGRI e o SINTEPP

A diversidade de maneiras pelas quais as lideranças se relacionam diz respeito aos laços que entrelaçam suas redes sociais. Nessas redes, há grupos e subgrupos, com opiniões diferentes e várias participações no poder que são alteradas com a entrada de novas pessoas. Observando a dinâmica das redes sociais, constatamos que há dimensões que denominamos *unidades sociais* presentes nas trajetórias das lideranças. Estas tanto podem ser compostas por indivíduos como por grupos de indivíduos, instituições ou associações de classe. Ou seja, isto deixa transparecer que as redes de relações sociais se convertem em um “espaço” de interação entre indivíduos e de estabelecimento de novas interações com outros indivíduos ou grupos, os quais denominamos aqui de *relé social*. Estas unidades envolvem laços analisados pela sua duração, conteúdo, frequência, diversidade e força, conforme exposto no capítulo I. São estes laços vínculos demarcadores das formas de reciprocidade ou ausência dela nas redes tecidas.

Verificamos várias formas de laços que, ao longo do processo de engajamento, tornam-se vínculos constitutivos da militância.

Nos **laços positivos** (relembrando que estes servem para fortalecer a identificação com a causa e a entidade às quais pertencem), foram todos os vínculos constituídos nas redes pelas lideranças com forte apelo à lealdade e à confiança. Nestes laços, incluem-se interações diretas, apoio e interferência. Na Transamazônica, são identificadas pelos laços constituídos com a Prelazia do Xingu e com a CSLU inicialmente. Há laços passivos, que não envolvem uma interação cotidiana, mas são igualmente importantes e podem ser identificados pelo acesso a entidades como

CONTAG e bancos, nas relações que as cooperativas mantêm com os exportadores, alguns técnicos e Organizações Não Governamentais. É nestas redes que se desenvolvem também os laços fortes, demarcando as relações de confiança e lealdade com outras lideranças. Os laços negativos são laços de diferenciação, mas que também fazem com que as lideranças demarquem seus espaços e sua adesão a entidades diferentes. Esta é uma relação que pode ser analisada entre os membros do CODETER quanto às lideranças mais jovens. Ou nas relações com o INCRA e a EMATER entre as lideranças catalisadoras, por exemplo.

Os **laços fracos** envolvem baixa percepção de amizade e confiança. Não raro, são necessários para o desenvolvimento de um trabalho ou a negociação de políticas e ações para o território, como a relação com setores do Estado. Apesar de terem baixa percepção de confiança, desempenham um papel importante no acesso a informações, na relação com autoridades, na busca de soluções externas para suas demandas. São relevantes para dar legitimidade às ações das lideranças. Apesar de Granovetter (1993) utilizar os laços para identificar sua intensidade em relações familiares, foi importante trazê-la nesta tese pela sua significância para os tipos de vínculos tecidos nas carreiras das lideranças, tornando-se uma categoria significativa quando analisada em um processo de recrutamento e adesão aos movimentos sociais.

Consoante o conceito de relé social (FONTES, 2004), exposto no capítulo I, os laços são componentes importantes quando analisados, pois estabelecem pontes a partir de contatos sociais preexistentes, gerando novas redes e acesso a outros espaços institucionais.

Quando participei do sindicato, fui convidado para ir nas reuniões do PT. No começo, era puro, achava que partido não devia se meter em sindicato. Fui porque tinha construído uma relação forte de companheirismo com o amigo (liderança) em tantos anos de luta e não poderia dizer não! Fui e comecei a gostar. Depois, vi a importância de ir mais adiante na luta, pela via do partido. Esta vontade fui adquirindo com o tempo (informação verbal⁸⁴).

As redes estabelecidas entre as lideranças apresentam uma dinamicidade à medida que elas criam novas redes, reelaboram outros significados às ações dos indivíduos e renovam o conteúdo das redes antigas (redes de procedência). Tal

⁸⁴ LIDERANÇA 10. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica. Membro da FETAGRI.

dinamicidade dá extensão à militância porque renova o repertório de ações, enquanto o sentimento de pertencimento é reafirmado em outros espaços, constituindo, assim, novos laços: “Depois, vi a importância de ir mais adiante na luta pela via do partido” (informação verbal⁸⁵).

Os laços positivos estão presentes nas obrigações que reparam: “[...] porque tinha construído uma relação forte de companheirismo [...] em tantos anos de luta e não poderia dizer não!” (informação verbal⁸⁶).

Mesmo os laços negativos tecidos com setores ideologicamente distintos do militante exerceram seu papel para que esta liderança se posicionasse como membro ativo de sua entidade.

As relés se estruturam também em círculos sociais, que são curtos canais de interação. Vejamos:

Passei pelo movimento de educação, mas foi por pouco tempo. Minha área é a saúde e não conseguia dialogar sobre este assunto. Quando fui para o Conselho de Saúde, aí me encontrei, e fui depois para a FETAGRI, mas participava dos dois. E pude fornecer muitos elementos para a importância sobre os agentes de saúde em áreas rurais (informação verbal⁸⁷).

A liderança teve curtos canais de interação, pois não havia laços identitários fortes. Não havia quem discutisse sobre saúde e ela estava terminando o curso de Enfermagem. Contudo, estes canais, apesar de curtos ou passageiros, reafirmam a identidade da liderança e afirmam sua militância. A extensão da militância revigorada em outros espaços é o que permite a continuação de seu engajamento: “Quando fui para o Conselho de Saúde, aí me encontrei [...]” (informação verbal⁸⁸).

Todas as lideranças se caracterizam pela participação em múltiplas redes, pois são militantes em outros movimentos sociais, ou seja, estão em diferentes campos de luta e assumem diferentes papéis, bem como incorporam laços de vários tipos. “Participo do Movimento de Mulheres, do Movimento Xingu Vivo e sou do SINTEPP.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ LIDERANÇA 19. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁸⁸ Idem.

Convivo com minhas tantas atividades como se fossem complementares” (informação verbal⁸⁹).

As múltiplas inserções em redes, ao invés de ser um problema, ou a falta de “quadros militantes” é, sobretudo, uma afirmação e o fortalecimento de laços fortes, estabelecidos pelas lideranças com os movimentos sociais e outros campos de luta.

A afirmação decorrente de sua participação em outros movimentos constitui uma noção que não é contábil - mas de apoio - em outras esferas de militância. Isto não é a garantia de sua continuidade, mas fortalece a liderança em novas empreitadas. Os laços operam de modos distintos, mas a frequência dos contatos, o tempo despendido para uma atividade e a influência de outras lideranças permitiu identificar quais as redes e os vínculos mais importantes para a continuação da militância das lideranças.

As trocas são generalizadas, isto é, o equilíbrio é estabelecido entre laços ativos e laços fracos e se faz presente no processo de militância, indo do interesse à adesão, da adesão ao engajamento como militante. Os laços ativos também se encontram nas interações envolvendo ajudas diretas da Prelazia do Xingu, da CSLU, em forma de auxílio financeiro, viagens, crítica à atuação como militante, possibilidade de ampliação da militância para outros canais, como o sindicato e o partido político. Os laços passivos têm um caráter irregular e não estão na interação cotidiana dos militantes. Todavia, são importantes para a segurança e apoio da liderança que os aciona caso seja necessário, a exemplo da CONTAG e da CUT.

Vejamos em uma narrativa como os laços fortes emergem:

O que mais me marcou na minha vida desde que comecei a me conscientizar politicamente foi o papel e a atuação dos padres da Prelazia do Xingu. Foi com eles que aprendi o que é lutar. Convivi muito tempo com eles, participei dos cursos e manifestações e eles estavam lá. Aprendi com eles e depois por conta própria na luta sindical e partidária. Com o tempo, aprendemos a separar a luta política da religião, pois falavam para a gente, lá nos anos 80 e 90, que éramos comunistas “paridos” pela Igreja Católica. No começo, dependíamos, sim. Aliás, estávamos aprendendo a lutar. Agora, caminhamos por conta própria. Mas o ensinamento daquela época me serve de lição. Agradeço muito ao padre X; foi ele que me incentivou e devo grande parte do meu aprendizado a estes padres. Depois, segui em frente. Tudo tem um começo (informação verbal⁹⁰).

⁸⁹ LIDERANÇA 18. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁹⁰ LIDERANÇA 1. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Nesta narrativa, foi possível identificar também os laços positivos, de identificação: “[...] aprendi com eles”; “[...] devo em grande parte o meu aprendizado a estes padres” (informação verbal⁹¹). Estes laços mostram que as lideranças se consideram membros de uma entidade ou luta em comum. Os laços negativos estão representados nesta parte da narrativa: “aprendi com eles e depois por conta própria na luta sindical e partidária. Com o tempo, aprendemos a separar a luta política da religião” (informação verbal⁹²). Como se pode observar, em uma mesma rede, existem laços que são constituídos e percebidos pelo indivíduo dependendo da sua força.

4.3 Redes sociais, dádiva, reconhecimento e retribuição entre lideranças na Transamazônica e Xingu

A dádiva entre as lideranças nas redes sociais está relacionada à participação, lealdade e confiança, esta última também baseada no risco, pois “o risco emerge somente como componente de uma decisão e uma ação” (LUHMANN, 1988, p. 1.003) a ser realizada. As formas de dádiva apresentadas comprovam que estas são variadas e não se caracterizam somente pela gratuidade, tendo a dívida adquirido, para as lideranças, valores e sentidos possíveis de serem compreendidos quando nos afastamos das metodologias utilitaristas. As formas de dádiva, distintas pelo tempo, contexto e sentindo atribuído, permitiram internalizar, em cada liderança, valores de lealdade que fortalecem suas entidades, bem como sua militância. É o que Godbout (2000) intitula de dívida positiva: “a dívida positiva existe quando o receptor não percebe no doador a intenção de o endividar através do seu gesto – o que está estreitamente ligado ao prazer de estar em dívida, elemento essencial do estado de dívida positiva” (GODBOUT, 2000, p. 47).

Esta condição marca a biografia da maior parte das pessoas entrevistadas, em algum momento de suas carreiras, ao lado das formas de retribuição que variam não de acordo com as estratégias racionais, mas como obrigação moral nos vínculos constituídos no processo de adesão, engajamento e militância.

A retribuição não pode ser interpretada em termos utilitaristas e mercantis (não que estes não existam, mas a retribuição não se constrói unicamente nessas bases), mesmo quando o recebimento de quem espera a doação se dê sob a forma de cargos. A

⁹¹ Idem.

⁹² Ibidem.

dádiva ganha mais expressão com as formas de associação, nas quais estão inseridas as organizações sindicais, movimentos sociais e classistas, pois, por princípio, definem-se pelo pacto. Este pacto, segundo Caillé (2002, p. 202),

só poderá formar-se no registro da “incondicionalidade condicional”, em que cada um se compromete a dar incondicionalmente ao outro, mas mostra-se também preparado para retirar-se do jogo, a qualquer instante, se os outros deixarem de jogar.

Se a dívida é o elemento fundante e que dá continuidade à dádiva, a retribuição não se apresenta na mesma escala. Apresenta diferenças entre os vários líderes entrevistados, mesmo entre os que estão no mesmo grupo. Ela é difusa e dilatada no tempo: “eu levei muitas pessoas para as reuniões, e depois para o partido. Era justo que um dia, no futuro, eu tivesse um cargo político quando chegássemos ao poder” (informação verbal⁹³). A dívida também está ligada à ideia de reconhecimento e justiça.

As diferentes retribuições vinculam-se às trocas. Estas últimas, por sua vez, apresentam duas características. A primeira refere-se ao fato de que aquele que recebe não retribui imediatamente àquele que dá, mas confia que alguém no interior da rede um dia retribuirá. Portanto, ela se caracteriza por um fluxo de liberdade, obrigação, compromisso e expectativas.

A segunda característica da troca apresenta uma sequência de ações que engendram assimetrias de posições entre as lideranças envolvidas. É uma cadeia de prestações, contraprestações e mudança de posições de doador e receptor. Em um momento da carreira da liderança, esta pode ser doador e, em outro momento, receptor. A narrativa abaixo deixa mais clara essa questão:

Quando comecei, eu precisava mostrar que acreditava na nossa força. Por isso, levei companheiros para a militância, no sindicato, na fundação. Era cobrar; afinal, tinham confiado em mim. Depois, passei a cobrar que os companheiros mobilizassem mais pessoas, se empenhassem mais em nossas atividades, fossem mais propositivos. Não se faz mais movimentos sem proposição e ação concreta! Se hoje posso cobrar, é porque recebi o reconhecimento de tudo isso. Minha vida não veio de paraquedas; levei tempo construindo, nunca desisti (informação verbal⁹⁴).

⁹³ LIDERANÇA 9. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁹⁴ LIDERANÇA 8. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

A cadeia pode ser rompida se a liderança se recusar a receber. Então, temos, nesse caso, uma forma de dádiva que é também indeterminada, pois constrói uma relação em que os envolvidos nunca são apenas dadores ou receptores. Assim, a reciprocidade não é uma ação unilateral. Ela liga o doador e o recebedor por meio de variados mecanismos, rituais e temporalidades que são significativas para as lideranças. Destarte, não é uma relação equilibrada; apresenta inúmeras nuances e assimetrias, inclusive.

A reciprocidade na relação dar e retribuir opera também com expectativas e os bens que circulam representam muito mais do que eles são de fato.

Não saí da militância porque sabia que havia espaço para mim. Por isso, quando fui convocado para ficar e morar em Altamira, numa casa pequena e calorenta, deixei meu lote para me submeter ao calor e carapanã, mas sabia que ia dar certo (informação verbal⁹⁵).

Não esperar retorno significa aceitar uma diferença. A submissão à possibilidade de que aquilo que retorna difira do que foi oferecido remete a um prazo desconhecido, a algo que talvez seja retribuído por outros que não aqueles a quem foi oferecido, ou mesmo talvez nunca seja retornado.

A liberdade e a autonomia das lideranças na construção das regras não podem ser confundidas com independência. Esta não se coaduna com dádiva. Independência refere-se à autossuficiência do indivíduo. Portanto, a dependência faz parte da trama de laços que se estabelece entre os membros e de princípios que regem as relações no interior das redes. A dependência inscreve-se no ciclo longo do dom e contra-dom, nas teias tecidas entre lideranças, as quais permitem conciliar obrigação e liberdade, interesse e dependência.

A dádiva também não é impositiva nem ela é racionalmente negociada. Por isso, não deve ser confundida com um sistema de direitos, como a seguridade social. A dádiva corresponde a um valor simbólico constituído, sustentado e orientado pelos vínculos e trocas que caracterizam a militância na Transamazônica e Xingu, mesmo em um período em que a presença e a intervenção do Estado tenham se tornado um elemento essencial para a manutenção das garantias de políticas sociais e investimentos,

⁹⁵ LIDERANÇA 13. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

e com um mercado estabelecido, a exemplo das lideranças mais jovens militantes que passaram por formas cooperativas. Mesmo com a existência de bens e serviços, a dádiva permanece como um operador de confiança e lealdade entre as lideranças da Transamazônica.

As redes sociais estão em movimento para as lideranças, pois ampliam o repertório de sentidos dados às suas ações. O poder não está descartado nas redes. Ao contrário. Em muitas biografias, principalmente entre as nove mulheres entrevistadas, o poder não apenas está inscrito “[...] como coercitivo e negativo, mas como produtivo e positivo” (FOUCAULT, 1997). Vejamos isto na narrativa abaixo:

Morava em Brasil Novo e fui participar das reuniões do Sindicato Rural na sede. Já gostava de participar de tudo. Era também uma forma de sair de casa, de conversar com outras pessoas. Entrei no Sindicato, mas não falava muito. Fui despertando e sendo valorizada pelos companheiros; eles me passavam confiança e fui acreditando. Depois, fui para a FVPP e agora sou uma das diretoras da FETAGRI. Se não tivesse passado por estas etapas de aprendizado e sido reconhecida no meu potencial, ainda estaria calada e muda. Isto pra mim foi mais importante que tudo (informação verbal⁹⁶).

O poder, nesse caso, produziu novos arranjos sociais na vida dessa militante. As experiências adquiridas através do pertencimento a uma categoria social ou da ocupação de uma posição dentro de uma instituição foram decisivas na orientação e na maneira como essa mulher se vê e se posiciona em relação à realidade, em especial, em relação aos assuntos políticos.

As mulheres lideranças mostram-se dispostas a tomar parte no jogo da associação e da parceria, desejando a participação dos outros neste mesmo jogo. Logo, a identidade dessas mulheres na dimensão temporal é resultante do processo de coordenação e de negociação, o qual não exclui, em seu princípio, de modo algum, as situações de dominação ou de conflito. Em outra narrativa, isto fica mais bem exposto:

Morava em uma vicinal perto de Altamira. Fui contratada pelo Estado para dar aulas. Ajudei a fundar o SINTEPP em Altamira. Minha cor não ajudava; fui diversas vezes humilhada. Como mulher, militei no Movimento de Mulheres. E sentindo que este movimento não dava conta das questões relativas ao racismo, organizamos o Movimento de

⁹⁶ LIDERANÇA 15. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

Mulheres Negras da Transamazônica. Hoje, temos muitas mulheres engajadas. Participo de diferentes movimentos. Gosto de participar, não vivo sem isso (informação verbal⁹⁷).

As redes se constituíram como relações que orientaram a conduta das lideranças a se engajarem nos movimentos investigados. Nas entrevistas, as falas apontam para o fato de os nexos das relações tecidas terem influenciado as adesões aos movimentos. O sistema que alimenta esta militância se encontra na dívida e também em um estado que chamamos de “situação de dívida”, pois ela se revigora a cada rede tecida e novos compromissos assumidos, mesmo que os laços entre as lideranças sejam muitas vezes trançados por conflitos e tensões. O laço é desejado; fornece um apoio fundamental a ambos os envolvidos e justifica que os problemas associados às dívidas que por ele circulam sejam suportados. Essa é a razão pela qual o dom é, ao mesmo tempo, troca, sem se reduzir a esta, sendo simultaneamente condicional e incondicional, interessado e desinteressado.

Não pode haver dom que seja desconhecido do doador e do donatário. Não pode haver dom que constitua a figura do impossível. Consideramos, então, que só é dom quando se sabe que o é, quando se é capaz de apreciar o fato da perda e do risco. O doador sabe que dá. Ele não sabe, entretanto, o que dá, uma vez que é o donatário quem atualiza o valor do dom. Na Transamazônica e Xingu, o dom é atualizado com as novas redes tecidas pelas lideranças. O sentido de participação deve ser compreendido nas concepções e práticas envolvidas por obrigações morais modificadas por vínculos novos, através da militância em diversos tipos de organizações e movimentos sociais, cargos ocupados no Estado. Há a obrigação de retribuição de dívidas que vêm, de um lado, com aquelas geradas no percurso que vão para outro lado. Assim, quanto mais a liderança dá e retribui, mas ela gera e fortalece o laço social.

O ingresso como militante em uma entidade não é o ponto de partida para defini-lo enquanto tal. Antes disso, há o sentido atribuído pela liderança à militância, os caminhos percorridos envolvendo vínculos significativos e, com isso, o dar, receber e retribuir se modificam ao longo da carreira. Por fim, as modalidades de retribuição são muitas e diversas, podendo ser verificadas somente mediante a compreensão das trajetórias.

⁹⁷ LIDERANÇA 17. **Entrevista** [mai. 2012]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

CONCLUSÃO

A análise da dádiva em uma tese sobre lideranças em processo de militância não foi um caminho fácil, pois diferentes leituras poderiam ser abordadas. A escolha, como citado na introdução, toma a dádiva como centro da análise, principal categoria que baliza e explica a militância na Transamazônica e Xingu. O agir em rede dessas lideranças demonstra que o circuito da dádiva está na base da interação entre elas e não se traduz unicamente como um sistema mercantil, contratual ou a busca racional de postos e cargos em suas entidades ou visando às eleições.

De certo, não foi um caminho fácil operacionalizar a militância e os tipos de engajamento a partir da dádiva, até porque várias análises e estudos a compreendem pelo viés da luta, das demandas e/ou da sua representatividade. Como por várias vezes foi salientado, estas visões limitam o engajamento por compreenderem como princípio a participação nas entidades, pouco se debruçando sobre o movimento que os militantes realizam em seus vários espaços de atuação. Procuramos ultrapassar as perspectivas racionalistas e utilitárias sobre a inserção de militantes em movimentos sociais e órgãos de classe.

Desse modo, buscamos compreender a militância e a construção de lideranças por mecanismos de reciprocidade indo além dos ganhos materiais, constituindo-se também por símbolos e valores ampliados e modificados nas redes sociais, garantindo, assim, a extensão e a permanência dos militantes em suas organizações. A originalidade deste estudo está na demonstração de que a militância é potencializada por ciclos de circulação de dívidas, estabelecendo a confiança e gerando um endividamento mútuo (GODBOUT, 2000) importante para a continuação da militância nos quadros das entidades e movimentos sociais aos quais pertencem.

A militância não se inicia na participação de indivíduos em movimentos, mas sua compreensão é anterior. Está nas bases de adesão aos vínculos que podem ou não reforçar a aliança, em carreiras militantes construídas com símbolos e valores que organizam as experiências das lideranças na Transamazônica. Portanto, o símbolo se coloca como o real cravado no histórico. “Na origem, o símbolo não é senão o próprio signo da aliança que deve perdurar apesar de qualquer separação ou afastamento, a celebração sempre viva da aliança contraída pela dádiva” (CAILLÉ, 1998, p. 30-31).

A participação das lideranças e os processos de socialização experimentados caracterizam uma outra dimensão da dádiva revista em suas trajetórias: a aliança

proveitosa como efeito da dádiva que estabiliza relações e satisfaz interesses dos seus militantes e grupos sociais mutuamente envolvidos. Nesse sentido, cai por terra a dádiva como desinteressada. Ela existe nas relações sociais e estabelece hierarquias e posições sociais que podem ser modificadas, como vimos na ideia do doador e receptor. Portanto, há, certamente, benefícios, pois causa satisfação a todos. Não haveria dádiva se não houvesse a satisfação, mesmo sendo na obrigação.

Para demonstrar essas questões, a análise de trajetórias individuais tornou-se um procedimento fundamental. Por meio delas, foi possível mostrar tanto as especificidades da adesão e engajamento como a permanência e continuação nos movimentos. Chamou-nos a atenção para os vários tipos de líderes, com itinerários vinculados muitas vezes às mesmas redes sociais, mas com comportamentos diferentes e a capacidade de atuar em diferentes esferas sociais. Para tanto, a divisão das lideranças em grupos com características semelhantes, mas com trajetórias mostrando que os caminhos da inserção não são iguais, foi importante como estratégia de análise.

Primeiramente, pelas formas de dádiva tecidas nas redes, correspondentes a um tempo e aliadas à biografia individual. Em segundo lugar, por nos mostrar que o fator associativo explicado pela dádiva se revela como um fenômeno que não pode ser reduzido às explicações pela via da racionalidade do mercado ou pelo princípio da personalização da liderança, ou mesmo por uma lógica contratual. As escolhas das lideranças estão embasadas em um sistema de dádivas, em que o dar, receber e retribuir se diferenciam nas trajetórias em sua interface com o sistema de interações no qual essas lideranças estão inseridas enquanto militantes.

As análises também evidenciam as estratégias das entidades para fazer valer sua posição em cenários de disputas de mercado e de poder. Nesse interim, o diploma se revelou como um mecanismo de eficácia, pois o investimento nas lideranças traduz-se como acumulação de capital de relações sociais a ser utilizado como um recurso nas mais variadas esferas de negociação de políticas e ações reivindicatórias. Ademais, funcionam como um trunfo para algumas lideranças, permitindo-lhes um capital de relações sociais, mas, sobretudo, a manutenção de suas militâncias e do *status* de liderança.

Mesmo a profissionalização pela formação escolar está impregnada por uma “conotação política”, na medida em que se trata da realização de um “compromisso” para atender as novas inserções de sua instituição no mercado. O exercício profissional, para algumas dessas lideranças está, em geral, associado ao engajamento e à

participação política em diferentes esferas de atividade. Traduz-se por uma “formação” “comprometida” com causas políticas e sociais.

O título escolar não é uma garantia exclusiva de acesso ao recrutamento e à seleção dos militantes, mas depende da articulação com outros recursos sociais possuídos pelo indivíduo e conversíveis para o espaço profissional pleiteado. Assim, há a compreensão de não desvincular a profissão gerada por um diploma do compromisso com a instituição que se representa.

Na análise das carreiras das lideranças, vimos como determinadas formas de percepção e de continuação de seus engajamentos foram tecidas pela dádiva no processo de dar, receber e retribuir. Os recursos adquiridos, sejam materiais ou simbólicos, não são mais que o resultado de vínculos estabelecidos em diferentes momentos no decorrer de suas trajetórias individuais, muito antes de ocuparem funções, cargos ou indicações como candidaturas aos cargos de vereador, deputado estadual e/ou federal. Dessa forma, podemos compreender os movimentos sociais e seus dirigentes a partir da política constituída como uma “missão” gerada pelo “compromisso” ou a retribuição do exercício “militante”.

Finalmente, podemos concluir que a reciprocidade nos casos analisados só existe em virtude da possibilidade do reconhecimento como uma forma de justiça. As relações de reciprocidade comprometem a liderança em sua totalidade, tanto do ponto de vista material (econômico) como simbólico e social. E os contratos realizados no processo de militância como resultados das redes tecidas tanto são úteis como também simbólicas.

Ao expor tais questões, parece que a associação gerada pelas organizações aqui expostas é plenamente harmoniosa e livre de conflitos. De certo, a resposta é não! O que buscamos compreender e apresentar nesta tese é que toda relação de dom precisa ser contextualizada e a sua compreensão só é possível observando e desnudando os laços pelos quais os dons circulam. Como defendem Godbout e Caillé (1997, p. 295), “o dom não é bom nem mau em si, nem sempre é desejável. Tudo depende do contexto da relação que lhe dá um sentido”.

Tentamos problematizar situações exemplares de que a dádiva tem uma dimensão de liberdade, embora sujeita a constrangimentos estruturais e circunstanciais específicos. O dom “puro” é impossível na medida em que for visto como desinteressado. Mas, se o interesse não for reduzido ao interesse instrumental, ele pode se revelar como um caminho explicativo à longevidade da militância e às escolhas

realizadas por seus membros. Essa lógica se estende às entidades, instituições não governamentais e movimentos sociais.

Qual outra razão para entender, por exemplo, a longevidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)? Este movimento é emblemático em sua atuação valorizada por rituais: as canções, a mística, a hierarquia ritualizada e organizada desde a limpeza do acampamento até a divisão de tarefas, como cozinhar, horário do banho, das saídas, da vigilância do acampamento, das reuniões e da escolha de seus mediadores. Como se vê, este movimento não pode ser dissociado de valores e obrigações morais que bem podem ser compreendidos pela operacionalização da dádiva.

A formação das lideranças na Transamazônica e Xingu se dá em um contexto de múltiplas redes complementares, compostas de pessoas e entidades assegurando mais o engajamento e também de novos contextos que podem modificar as posturas assumidas anteriormente. Este é o caso da construção do Empreendimento Belo Monte. O território da Transamazônica passa por transformações visíveis nas cidades como consequência dessa construção e cujos impactos foram citados no capítulo II. Em face dessas novas demandas, podemos nos perguntar: quais os efeitos dessa construção nos grupos de lideranças entrevistadas? É possível refletir em termos de dádivas quando essas lideranças participam de Câmaras Técnicas, que definem o orçamento para projetos que são apresentados para financiamento pelo Consórcio Construtor Norte Energia?

Nas entrevistas realizadas até o início de 2013, as lideranças ainda não estavam participando dessas câmaras técnicas, mas, de fato, já se dividiam entre a oposição radical ao projeto, inclusive ao financiamento de demandas para os movimentos sociais e por grupos e lideranças, defendendo um discurso de usar o financiamento em dinheiro que, segundo algumas lideranças, “é público” para ampliar a capacidade de infraestrutura e de atendimento de suas entidades.

O embate de opiniões de três lideranças entrevistadas, que saíram do PT e ingressaram no PSOL, mostram o conflito evidente. No momento das entrevistas, somente uma havia deixado o PT. Recentemente, outras duas lideranças do SINTEPP deixaram o partido e também ingressaram no PSOL. Elas continuam participando do SINTEPP e dos outros movimentos sociais, como o de mulheres e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Aliás, este último movimento claramente se coloca contrário à Barragem e qualquer forma de financiamento que venha por parte dela. Uma liderança chegou a

comentar que não entendia “[...] como certos companheiros, antes contrários à construção da barragem, hoje são defensores e dizem para mim que a barragem vai sair. Então, é melhor garantirmos nossos direitos e as condicionantes da Norte Energia” (informação verbal⁹⁸). A resposta dessa liderança foi afirmar que não tinha interesse em ganhar nada da barragem, pois não fazia “[...] movimento para ter bens ou reconhecimento, quero é justiça. Que se cumpra o direito às informações negadas às dezenove populações indígenas, pescadores, extrativistas” (informação verbal⁹⁹). Assim, voltamos à pergunta central que gerou esta reflexão: é possível pensar em termos de dádiva nesta situação? Será que as novas redes tecidas se configuram por princípios mercantis?

A análise dessas novas configurações certamente pode ser desdobrada em novas teses. Por ora, podemos refletir em termos de outros papéis assumidos em contextos que, de fato, são impactantes e remodelam outras formas de alianças e trocas, sinalizando que a presença da dádiva em um universo de relações mercantis não deve ser pensada sobre o “[...] prisma exclusivo da equivalência dos objetos dados e recebidos - o prisma de valores econômicos, de mercadorias -, nem sobre o prisma exclusivo da pura gratuidade” (TEMPLE, 1998, p. 09). Nesses novos tempos de barragem, talvez devêssemos compreendê-las e reatualizá-las com as ideias de valores, justiça, equidade, obrigação e gratidão que embasam uma cultura e suas novas dimensões de reconhecimento e justiça.

A teoria da dádiva apresenta, como ressalta Alain Caillé, um paradigma aberto a futuras investigações. A diversidade de trabalhos realizados pelos autores próximos a Mauss – como é possível ver no conteúdo da *Revue du MAUSS* - torna difícil a avaliação do quanto a discussão em torno deste paradigma já avançou e qual o seu estado da arte atual. Mesmo diante desses fatos, propusemo-nos, nesta tese, a analisar, a partir das trajetórias de lideranças, a dádiva e sua competência em constituir vínculos sociais a partir do simbolismo. Nas trajetórias desses indivíduos, está a gramática da dádiva como a interpretação dos atores acerca da ambiguidade de certas situações sociais, aquelas nas quais só é possível manter o vínculo num tênue equilíbrio entre interesse e gratuidade, entre liberdade e coerção.

⁹⁸ LIDERANÇA 16. **Entrevista** [mai. 2013]. Entrevistadora: Juliete Miranda Alves. Atuou como militante no território da Transamazônica.

⁹⁹ Idem.

Vale assinalar duas questões: primeiramente, que a dádiva oferece certos elementos decisivos para o desenvolvimento da crítica antiutilitarista na contemporaneidade. Resgatando Marcel Mauss, ela é um fato social total. Portanto, precisa ser interpretada em sua realidade como uma totalidade, não havendo necessariamente algum elemento mais importante que outro na explicação dos fundamentos do contrato social. Outro fato é a compreensão da dádiva sob a ótica da religião, comparando-a à resignação coletiva ou à ideia de caridade. O dom não deve ser subvertido a um “solidarismo” mimético, sob pena de comprometer o entendimento das diferentes formas de reciprocidade construídas nas relações humanas.

Nesta tese, empenhamo-nos em demonstrar que a dádiva não pode ser definida como um sistema social baseado em um modelo linear da racionalidade instrumental (fins-meios), nem igualmente pela equivalência mercantil que visa a suprimir, no instante da troca, qualquer dívida entre as partes contratantes. Na militância da Transamazônica, os vínculos constituídos se baseiam em uma dívida que se alonga, em geral, no tempo e se modifica com o conteúdo das redes traçadas pelas lideranças, não obedecendo a qualquer racionalidade estratégica ou cálculo de equivalência. Isto mostra que a dádiva é um sistema social essencialmente paradoxal: ninguém é obrigado a dar nada a alguém, mas, desde que se doa algo e alguém recebe o bem doado, estabelece-se uma dívida simbólica, uma obrigação moral de retribuição que não é, porém, simétrica, mas sempre desigual e irregular no tempo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Os paradigmas do capitalismo agrário no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1992.

AGRIKOLIANSKY, E. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen. Depuis 1945*. Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. *Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les militants de la LDH dans les Annés 1980*. **Revue Francaise de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, février-avril, 2001, p. 199-215.

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. *Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira*. In: CARDOSO, Ana Cláudia (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O intransitivo da transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988)*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras**. Antropologia e Indigenismo, n.1. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1993.

ALVES, Juliete M. **Relatório de Estágio de campo I**. Faculdade de Engenharia Agrônômica: UFPA, 2006.

_____. **Relatório de Estágio de Campo I**. Faculdade de Engenharia Agrônômica: UFPA, 2008.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói/RJ: Ed. UFF, 1996.

BALTAZAR, Bernadete. **Quando a militância e a vida cotidiana se (des)encontram: Um estudo das concepções de lideranças sobre as relações do movimento popular com suas vidas**. 1998. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

BARNES, J.A. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOLTANSKI, L. **Les Cadres: La formation d'un groupe social**. Paris: Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

_____. **Poder simbólico**. Lisboa: Ediel, 1989.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** São Paulo: Ed. da USP, 1996.

_____. Ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas/SP: Papyrus, 1996.

_____. **Meditações pascalinas.** Oeiras/PI: Celta, 1998.

BOTT, Elisabeth. **Família e rede social.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRIGUEL, Breno. Movimentos sociais e democracia: Os dois lados das “Fronteiras”. **Revista CRH**, v. 21, n. 54, Salvador, 2012.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1998.

_____. **Critique de la raison utilitaire.** Paris: La Découverte, 1989.

_____. Fondements symboliques du revenu de citoyenneté. **La Revue du M.A.U.S.S.**, n. 15-16, 1992.

_____. **Anthropologie du don: le tiers paradigme.** Paris: Desclée de Brouwer; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000 (Tradução portuguesa: *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*).

_____. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CALVI, Miqueias. F. **Fatores de adoção de sistemas agroflorestais por agricultores familiares do município de Medicilândia-Pará.** 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. O poder da identidade. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999 (v. 1).

CHANIAL, Philippe. Todos os direitos por todos e para todos: Cidadania, solidariedade social e sociedade civil em um mundo globalizado. In: MARTINS, P.H.; NUNES, B. (Orgs.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea.** Brasília: Paralelo 15, 2004.

CLASTRES, Pierre. Préface. In: SAHLINS, M. (Org.). **Age de pierre, age d'abondance: L'économie des sociétés primitives.** Paris: Gallimard, 1978. p.11-30.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory.** Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta: Sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

CONICK, F. de e GODARD, F. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation; Les formes temporelles de la causalité. In: **Revue Française de Sociologie**, XXXI, 1989.

CONNIFF, M. L. A elite nacional. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites.** São Paulo: FGV, 2006.

CORADINI, L. **Em nome de quem?:** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: BARREIRA, C; PALMEIRA, M. **Política no Brasil: Visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

COSTA, Francisco de Assis. A produção da agricultura familiar em Igrape-açu. **Cadernos NAEA 11**, Belém, NAEA, EDUFPA, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

DIANI, M; McADAM, D. (Eds.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action.** New York: Oxford University Press, 2003.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique: osmose, filières et vivieres. In.: OFFERLÉ, M. (Dir.). **La profession politique: XIXe. Siècles.** Paris: Belin, 1999.

DULONG, D. Quand l'économie devient politique: La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. **Politix**, Paris, n. 35, p. 109-135, 1996.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ECHART, Enara. **Movimientos sociales y relaciones internacionales: La irrupción de un nuevo actor.** Madri: IUDC/Catarata, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

FERRAROTI, F. **Histoire et histoire de vie: le méthode biographique das les sciences sociales**. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

FICHER, Claude S. **To Dwell Among Friends: Personal Networks in Town and City Chicago and London**. The University of Chicago Press. Foley, Michael W.; Edwards, Bob (1997), **Escape from Politics? Social Theory and the Social Capital**, 1982.

FILLIEULE, O.; PÉCHU, C. **Lutter Ensemble: Les théories de l'action collective**. Paris: L'Harmattan, 1993.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, v. 51, n. 1/2, fev./avr. p.199-215, 2001.

_____. Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement. **Social Movement Studies**, v. 9, n. 1:1-15, 2010.

_____. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. **Intersticios – Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v. 7, n.1, 2013.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Sobre trajetórias de sociabilidade: a ideia de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais. **Revista de Sociologia Política**, UFSC, out. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 1997.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madrid: Morata, 2006.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento?: dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

GALASKIEWICZ, J.; WASSERMAN, S. Introduction: Advances in the Social and Behavioral Sciences From Social Network Analysis. In: WASSERMAN, Stanley; GALASKIEWICZ, Joseph (Eds.). **Advances in Social Network Analysis: Research in the Social and Behavioral Sciences** (pp. xi-xvii). Thousand Oaks: Sage, 1994.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir?: Capital Social Collectif et Carriere Politique. In: BIRNBAUM, Pierre (Dir.). **Les élites socialistes au pouvoir – 1980-1985**. Paris: Universitaires de France, 1985.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 1, p. 123-154, 1997.

_____. Rétributions du Militantisme et paradoxes de l'action colletive. **Political Science Review**, n. 11, p. 157-188, 2005.

_____. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 2, p. 145-178, 2002.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11 (1): 157-188, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GODBOUT, Jacques. **Les bonnes raisons de donner. La revue du MAUSS semestrielle: l'obligation de donner**. La découverte sociologique capitale de Marcel Mauss, n. 8, 1999.

_____. **Le don, la dette et l'identité: homo donator vs. homo economicus**. Paris: La Découverte, 2000.

_____. Homo donator versus homo economicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____; CAILLÉ, Alain. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GODELIER, M. **Coleção Os Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1981 (n. 21).

_____. **O enigma do dom**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

_____. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.T; GARCEZ, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938.1973.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Belém: Vozes, 1999.

_____. Os movimentos sociais na Transamazônica. In: **CAT: Dez anos de atuação**. Belém: EDUFPA, 2003.

HOMMA, Alfredo. **A constituição do mercado na Amazônia**. Belém: EMBRAPA, 2008.

HONNETH, Axel. Redistribución como reconocimiento: Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madrid: Morata, 2003. p. 89-148.

_____. Reconhecimento ou redistribuição?: A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 79-94.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. In: **Teoria e Pesquisa**, v 1, n 46, 1952, 2005, p: 163 – 173.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte**: Cronologia Histórica. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/search/node/Especial%20Belo%20Monte>>. Acesso em: 17 set. 2011.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

LACERDA, P. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://teses2.ufrj.br/72/teses/784602.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: história das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, L. et al. (Orgs.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

LANNA, Marcos. **A dívida divina**: Troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas/SP: Unicamp, 1995.

_____. Reciprocidade e hierarquia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111- 144, 1998.

_____. Notas sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14: 173-194, Paraná, 2000.

_____. O dom e a teoria ameríndia. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 4, n. 1, jan.-jun., p.10-20, 2012.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

LEFORT, Claude. **L'invention démocratique**: Les limites de la domination totalitaire. Paris: Fayard, 1979.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989. p.167-182.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Tradução de António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 2005.

LIMA, Vilma Soares de. **Dádiva e voluntariado**: ações de apoio junto a portadores de câncer. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Eds.) **Comparative Perspectives on Social Movements**: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril, 1978.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: UNESP, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

_____. Pobreza, sociabilidade e tipos de redes sociais em São Paulo e Salvador. **Visioni Latinoamericane**, v. 8, p. 42-59, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

_____. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss e sua atualidade teórica: o paradigma da dádiva e as ciências sociais no Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25, 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: [s.n.], 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Roberta/Downloads/PMartins A sociologia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno (Orgs). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004a.

_____. Etat, don et revenu de citoyennete. **Revue du MAUSS de la reconnaissance, Don, identité et estime de soi**, n. 23, 2004b.

MARRE, J. L. **História de vida e método biográfico**. Cadernos de Sociologia, v. 3, p.55-88, 1991.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1989 (v. II).

_____. An intellectual self-portrait. In: BESNARD, P. (Ed.) **The sociological domain**. Mimeo. 1999.

_____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, mai.- ago., nº. 5; set.- dez., n.6, 1989.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Tradução de J. Corrêa. Belo Horizonte: Interlivros, 1974 (Texto original publicado em 1942).

MORENO, Jacob Levy. **Fundamentos de la Sociometría**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MULLER, Pierre. Les politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In: FAURE, Alain et al. **La construction du sens dans les politiques publiques: débats autour de la notion de référentiel**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

MUTZENBERG, R. A questão dos movimentos sociais na atualidade. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa T. de Souza (Orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 1999 (v. 3, p. 405-440).

NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. et al. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. Mediação social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

OFFERLÉ, M. Entrées en politique. **Politix**, Paris, n. 35, p. 3-5, 1996.

_____. Professions et Profession Politique. In.: OFFERLÉ, M. (Dir.). **La profession politique: XIXe. Siècles.** Paris: Belin, 1999.

OHLEMACHER, Thomas. **Social relays:** micro-mobilization via the mesolevel. Wissenschaftszentrum Berlin. 1992.

OGIEN, Ruwen. Responsabilidade: podemos fugir às nossas responsabilidades?. In: **Café Philo:** as grandes indagações da filosofia. Tradução de Procópio Abreu. Ed. Le Nouvel Observateur. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Honra, dignidade e reciprocidade.** Brasília: UNB, 2004 (Série Antropologia).

OLIVEIRA, W. J. F. Maio de 68, mobilizações ambientalistas e sociologia ambiental. **Revista Mediações,** Londrina, UEL, v. 13, 2008a, p. 87-108.

_____. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008b, p. 751-777.

_____. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política,** v. 3, 2010, p. 49-77.

PASSERON, Jean-Claude. Biografias, fluxos, itinerários, trajetórias. In: **O raciocínio sociológico:** o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

PASSY, Florence. **L'Action Altruiste.** Paris/Genève: Droz, 1998.

POLANYI, K. **A grande transformação:** As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** Lisboa, n. 271, mar. 2007.

PUDAL, Bernard. **Prendre Parti:** Pour une sociologie historique du PCF. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função na sociedade primitiva.** Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

RICOEUR, P. **De L'interpretation:** essai sur Freud. Paris: Seuil, 1965.

_____. **O conflito das interpretações.** Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. **O mal:** um desafio à filosofia e à teologia. Campinas/RJ: Papirus, 1988.

_____. **Teoria da interpretação:** o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 1999.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALLES, Maria do Rosário; SALES, Gabriela Arantes. O sistema da dádiva nas relações comunitárias e a constituição de alianças pelo trabalho tradicional. **Revista CULTUR**, UESC, ano 06, n. 02, jun. 2012.

SAINTENY, Guillaume. Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. CVI, p. 175-200, 1999.

_____. **L'Introuvable Écologisme Français?**. Paris: PUF, 2000.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques: Les usages des indicateurs de position sociales pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. (Dir.). **La profession politique: XIXe. Siècles**. Paris: Belin, 1999.

SILVA, Drance Elias. **A representação social do dinheiro entre os neopentecostais**. 2000. 171f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. **A sacração do dinheiro no Neopentecostalismo: Religião e interesse à luz do sistema da dádiva**. 2006. 291f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIMMEL, G. **On individuality and social forms**. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

SILVA, Golberi do Couto. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. São Paulo: José Olympio Ed., 1955.

SNOW, David. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (Eds.). **Les formes de l'action collective: Mobilisations dans des arènes publiques**. Paris: Éditions L'EHESS, 2001. p. 27-49.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso e muitas vozes**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

STRAUSS, A. **La trame de la négociation: Recueil de textes par I. Baszanger**. Paris: L'Harmattan, 1992.

TAMER, Alberto. **Transamazônica: Um milagre brasileiro**. São Paulo: Contexto, 1970.

TAROT, Camille. Marcel Mauss et l'invention du symbolique. **La Revue du MAUSS semestrielle: Plus réel que le réel, le symbolisme**, n. 12, 1998.

TEMPLE, Dominique. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du Mauss**, 12: 234-242, Paris, 1998.

_____; CHABAL, Mireille. **La réciprocité et la naissance des valeurs humaines**. Paris: L'Harmattan, 1995.

TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. 2. ed. New York: PAJ Publications, 1982.

KARSENTI, Bruno. **Marcel Mauss: Le fait social total**. Paris: PUF, 1994.

VANDENBERGUE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru/SP: EDUSC; Belém: EDUFPA, 2005.

WEBER, M. **A política como vocação: Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WOORTMAN, Klaas. "Com parente não se negueia": O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UNB, 1990.

ANEXOS

ANEXO 01: Registros imagéticos acerca do território da Transamazônica e sua repercussão nacional.

FIGURA 07 - Construção da Rodovia Transamazônica.



Fonte: Jornal do Brasil. Recorte pertencente ao acervo particular da pesquisadora.

FIGURA 08 – Marco de inauguração da Estrada Transamazônica.



Fonte: Jornal do Brasil. Recorte pertencente ao acervo particular da pesquisadora.

FIGURA 09 - Movimento no final da década de 1970 para cobrar do Estado a retomada do Projeto de Colonização para a Transamazônica.



Fonte: Foto pertencente ao acervo do MPST (1979).

FIGURA 10 - Os pioneiros da Comunidade de Uruará (1972).



Fonte: Foto pertencente ao acervo da Prelazia do Xingu (1972).

FIGURA 11 – A primeira escola da Comunidade de Uruará (1979).



Fonte: Foto pertencente ao acervo da Prelazia do Xingu (1979).

FIGURA 12 – Os pioneiros da Transamazônica, (1979).



Fonte: Foto pertencente ao acervo da Prelazia do Xingu (1979).

FIGURA 13 – A agrópolis de Brasil Novo (1982).



Fonte: Foto pertencente ao acervo da Prelazia do Xingu (1979).

FIGURA 14 - Retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Altamira (1988).



Fonte: Foto pertencente ao acervo do FVPP (2000).

ANEXO 02: Mobilizações acerca do descaso do Governo Federal para com o território da Transamazônica.

FIGURA 15 - Passeata em Brasília no ano de 1998.



Fonte: Foto pertencente ao acervo do FVPP.

FIGURA 16 - Paralisação da Transamazônica em 2000.



Fonte: Foto pertencente ao acervo do FVPP.

FIGURA 17- Passeata contra a Barragem Belo Monte em Altamira (2011).



Fonte: Foto pertencente ao acervo do FVPP.